

Anderson José M. de Oliveira

Cláudia Rodrigues

Marcos Sanches

Paulo Cavalcante

Volume 1

História do Brasil I





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História do Brasil I

Volume 1

Anderson José M. de Oliveira

Cláudia Rodrigues

Marcos Sanches

Paulo Cavalcante



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente
Masako Oya Masuda

Vice-presidente
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História
UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Anderson José M. de Oliveira
Cláudia Rodrigues
Marcos Sanches
Paulo Cavalcante

COORDENAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL
Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE
DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL
Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL
E REVISÃO
Fabio Peres
Henrique Oliveira
Jorge Amaral
Paulo Cesar Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO
Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR
Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE
REVISÃO
Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA
Carolina Godoi
Cristina Freixinho
Elaine Bayma
Janaina Santana
Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE
PRODUÇÃO
Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE
Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL
Bianca Lima
Carlos Cordeiro

ILUSTRAÇÃO
Clara Gomes

CAPA
Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA
Verônica Paranhos

Copyright © 2010, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

H673

História do Brasil I. v. 1. / Anderson José M. de Oliveira, Cláudia Rodrigues, Marcos Sanches, Paulo Cavalcante. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.
260 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-700-5

1. Portugal - Expansão comercial. 2. Descobrimento do Brasil.
3. Sistema colonial. 4. Sociedade escravista colonial. 5. Escravidão indígena. 6. Brasil holandês. I. Oliveira, Anderson. II. Rodrigues, Cláudia. III. Sanches, Marcos. IV. Cavalcante, Paulo.

CDD 981

2011.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralses

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Malvina Tania Tuttman

Aula 1	– Portugal e a expansão comercial. O descobrimento do Brasil _____	7
	Anderson José M. de Oliveira/ Paulo Cavalcante	
Aula 2	– Conquista e colonização: estruturas político- administrativas _____	49
	Marcos Sanches	
Aula 3	– Sistema colonial e formação do capitalismo: uma polêmica _____	85
	Paulo Cavalcante	
Aula 4	– A sociedade escravista colonial _____	119
	Marcos Sanches	
Aula 5	– Domínio filipino, expansão territorial e escravidão indígena _____	143
	Marcos Sanches	
Aula 6	– Tráfico atlântico e diáspora africana na América portuguesa _____	173
	Anderson José M. de Oliveira	
Aula 7	– O Brasil holandês: guerra e comércio no Atlântico Sul _____	195
	Marcos Sanches	
Aula 8	– A idade de ouro do Brasil _____	227
	Paulo Cavalcante	
Referências	_____	247

Aula 1

Portugal e a expansão comercial. O descobrimento do Brasil

*Anderson José M. de Oliveira
Paulo Cavalcante*

Meta da aula

Apresentar as relações entre a expansão comercial europeia, em especial a portuguesa, e o processo de conquista e formação da América portuguesa.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar as especificidades do processo da expansão portuguesa à Época Moderna;
2. apresentar discussões historiográficas em torno do processo de expansão dos chamados descobrimentos.

INTRODUÇÃO

A crise do século XIV e as origens da expansão comercial

A partir do século XIV, a Europa ocidental se viu inserida em um agudo quadro de crise econômica, social e política. Para alguns autores, como Maurice Dobb, uma crise geral do sistema feudal que mergulharia a Europa em uma longa transição do feudalismo para o capitalismo. Para outros, como Marc Bloch e Georges Duby, uma falência limitada e temporária do senhorio feudal, já que as estruturas do feudalismo não seriam imediatamente superadas, vindo a constituir-se numa das bases da sociedade de Antigo Regime, que se estruturou entre os séculos XVI e XVIII. Nessa linha, a historiadora Ellen Wod argumenta que a ideia de transição transformaria o capitalismo numa condição necessária para a humanidade, desconsiderando-se as particularidades e as vivências históricas da época em questão, traçando-se uma linha evolutiva quase que natural entre feudalismo e capitalismo, como se o último já estivesse contido no primeiro apenas esperando para emergir.

De qualquer forma, embora existam inúmeras discordâncias historiográficas na forma de abordagem da questão, alguns pontos unificam a opinião dos historiadores no que tange às origens da crise. Há um certo consenso em se reconhecer que a expansão do feudalismo entre os séculos X e XIII tenha gerado questões estruturais que se transformaram em problemas para o funcionamento da economia. Tal expansão foi marcada fundamentalmente pelo crescimento das áreas de cultivo e pela melhoria das técnicas agrícolas. Como consequência, observar-se-á um significativo crescimento demográfico decorrente da melhoria das condições de existência – maior produção de alimentos – e um espaço para um desenvolvimento comercial, já que o aumento da produção de excedentes agrícolas possibilitou o crescimento do consumo de produtos como as famosas especiarias orientais e outros artigos de luxo, principalmente pela nobreza feudal.



Renascimento ou crescimento do comércio?

Os séculos XI-XIII serão marcados, também, por um aumento da atividade manufatureira e mercantil. E, aqui, é bom notar que o termo utilizado é *aumento* e não “renascimento” ou “surgimento”, visto que o período anterior conheceu uma importante atividade mercantil, adaptada às condições e necessidades da sociedade naquele período. O historiador americano Carol Barks realizou, no seu trabalho *As origens da Idade Média*, uma excelente crítica às visões “naturalistas” que lembram a alta Idade Média como uma economia agrária de consumo direto. Mesmo nos momentos de maior depressão, a Escandinávia, a Inglaterra e os países bálticos continuaram seu comércio com Bizâncio e com os árabes, principalmente por intermédio dos russos. Mesmo o Império Carolíngio continuou vendendo, para o norte, sal, vidro, ferro, armas e pedras de moinho, principalmente através do porto de Durested (SILVA, 1988, p. 58).

Que problemas, portanto, teriam decorrido desse quadro expansionista? Um deles estava relacionado ao avanço sobre as áreas de pastagens e de florestas. No que se refere aos pastos, a sua ocupação limitou em muito a capacidade de adubação natural das terras, o que se refletirá mais adiante numa diminuição da produtividade do solo. Além disso, algumas dessas áreas não eram tão férteis quanto os terrenos originais utilizados para a agricultura.

Em relação às áreas florestais, os problemas se colocaram também sob duas formas. A primeira dizia respeito à limitação que se impunha à capacidade de os trabalhadores servis complementarem sua dieta alimentar. Originalmente, bosques e florestas compunham as chamadas áreas comuns dos feudos, onde, por meio da caça, da pesca e da coleta de frutos, os servos obtinham recursos

complementares à manutenção de sua condição de existência. Por outro lado, para os historiadores que acompanham o desenvolvimento climático, a intervenção nessas áreas teve relação com as alterações climáticas que no século XIV se traduziram em chuvas torrenciais que alagaram campos e destruíram colheitas.

Um segundo problema relacionava-se ao crescimento demográfico do período anterior. À medida que a produtividade agrícola diminuía juntamente com a quebra de colheitas, a quantidade de alimentos se tornou insuficiente para uma população que crescera de forma significativa. O quadro era mais dramático em relação aos servos, que já se viam limitados em sua dieta alimentar em função do avanço agrícola sobre bosques e florestas. As crises de fome, portanto, tornaram-se inevitáveis. Em meio a estas, a chamada “estrela da morte” chegou à Europa. Era a peste negra! Segundo alguns cálculos, a epidemia vitimou entre 33% a 40% da população europeia, a partir de 1348. Considerada à época como “um flagelo de Deus”, hoje denominada peste bubônica, a doença encontrou solo fértil em meio a uma população fragilizada pela fome.



Figura 1.1: Tela *O triunfo da Morte*, de Pieter Brueghel (1525/1530-1569).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:TheTriumphofdeath.jpg>

Em termos gerais, a peste, ao promover a diminuição da população, melhorou momentaneamente a situação dos camponeses. As colheitas melhoraram, os preços dos alimentos caíram e os salários subiram. Os camponeses, em número menor, puderam cultivar mais e melhor os campos. Por outro lado, essa situação atingia diretamente as rendas da aristocracia agrária que, para fazer frente à diminuição dos preços agrícolas e à elevação salarial, passou a aumentar os impostos e tabelar os salários. Tal quadro, caracterizado por uma superexploração feudal, originou uma onda de revoltas camponesas que varreram a Europa ocidental entre 1378 e 1381. Diga-se de passagem, como afirma Georges Duby, que tais revoltas não eram contra o feudalismo enquanto sistema, mas sim contra a ruptura de relações consuetudinárias – costumeiras – que estavam na base dos contratos de enfeudação estabelecidos entre nobres e servos. Não se arguia o direito dos nobres de cobrar impostos, mas sim o abuso desse direito.

O confronto entre camponeses e aristocratas fez com que estes últimos recorressem às monarquias como forma de conter as revoltas. Esse processo se transformou em uma das bases de constituição dos Estados Nacionais modernos, que viriam a concentrar o monopólio da força, sobrepondo-se, em parte, aos localismos feudais e subjugando o campesinato revoltoso.

Um terceiro problema decorrente desse quadro do século XIV foi a chamada crise monetária. O aumento das atividades comerciais passou a demandar de forma crescente a necessidade de cunhar moedas. Todavia, havia na Europa uma escassez de metais preciosos, que se agravou em função da crise econômica mais ampla. A classe mercantil, igualmente ávida por ampliar seus negócios, iria demandar dos Estados Nacionais nascentes oportunidades de ampliação da rotas comerciais e, conseqüentemente, de acesso ao meio circulante.

Enfim, ao encerrar-se, o século XIV deixava a Europa ocidental em meio a uma grave crise que exigia a formulação de respostas para a sua solução. Essas respostas, como veremos, foram variadas, e nem todos os países adotaram as mesmas soluções. No entanto,

para Portugal, a expansão marítima e comercial apareceu como o caminho mais adequado às particularidades e necessidades do pequeno Estado ibérico.

A expansão como resposta à crise em Portugal

Luís Filipe Thomaz, ao analisar a expansão portuguesa moderna, questiona a ideia de uma expansão europeia vista na sua generalidade. Segundo esse autor, deve-se analisar a expansão marítima e comercial moderna dentro de sua singularidade afeita a cada país europeu. Deste modo, a expansão portuguesa se construiu para dar respostas a questões gerais da Europa, mas ao mesmo tempo próprias, relacionadas às características do reino português.

Deste modo, se no século XV a expansão foi uma resposta à crise do século XIV em Portugal, o mesmo não pode ser generalizado para toda a Europa. Na Inglaterra, por exemplo, uma das formas privilegiadas de enfrentamento da crise do século XIV foi um processo de expansão, inicialmente interna, que veio a intensificar o processo do cercamento dos campos. Na Europa do leste, a resposta se deu com a expansão do próprio sistema feudal, intensificando-se os laços de servidão.

Em Portugal, o ultramar se constrói como uma solução, embora outras medidas tenham sido implementadas anteriormente. Um exemplo desse fato é a Lei de Sesmarias de 1375, baixada por D. Fernando I. Essa lei procurava atuar sobre dois aspectos relacionados à crise. Eram eles: trabalho e cultivo das terras. Com relação ao primeiro aspecto, estabelecia-se, por parte do Estado, um forte processo de combate à vadiagem, obrigando os mais pobres a aceitar qualquer tipo de trabalho, o que, por sua vez, atuava como um forte critério de limitação dos salários. No seu segundo aspecto, a lei obrigava os possuidores de terras a ocupá-las de forma produtiva, sob pena de perdê-las por um determinado número de anos.

Todavia, no caso português, tais medidas demonstraram-se ainda insuficientes para vencer os efeitos da crise. Para agravar o

quadro, em meio a tais questões instala-se em Portugal uma crise sucessória ao trono provocada pela morte de D. Fernando I, em 1383. Este morre sem deixar herdeiro masculino legítimo, e sua filha, Dona Beatriz, era casada com o rei de Castela, D. João I. Tal situação criou em Portugal, principalmente por parte da burguesia mercantil e da pequena nobreza, o receio de uma união dinástica, isto é, entre os dois países. Para o setor mercantil, principalmente o lisboeta, tal possibilidade configurar-se-ia num desastre para os seus interesses, já que a política econômica de Castela era feudalizante e, sob muitos aspectos, obstaculizava o desenvolvimento do comércio.

Diante desse quadro político, a burguesia mercantil e a pequena nobreza reúnem-se em torno do meio-irmão de D. Fernando, o mestre da Ordem de Avis, D. João, dando início a uma revolução que culminaria em 1385 com o fim da dinastia de Borgonha e com a ascensão do mestre de Avis ao trono. O movimento em si não promoveu mudanças estruturais profundas na sociedade lusa, embora se tivesse notado a ascensão de algumas famílias da pequena nobreza e de alguns grupos mercantis aos postos da alta nobreza.

No entanto, a Revolução de Avis não colocaria fim aos problemas econômicos e sociais vividos pelo reino. Ao contrário do restante da Europa, a falta de gêneros agrícolas continuava a ser um problema além da contínua queda das rendas senhoriais. Portugal era um país pequeno, com 89 mil km², e com terras que em grande parte não atendiam às necessidades das atividades agrícolas. Mesmo tendo sido a agricultura a base econômica e social da organização do país, é importante salientar que as atividades mercantis, desde o século XIII, sempre tiveram um importante papel. Lisboa era um porto de suma importância na ligação do Mediterrâneo com a região de Flandres, ao norte da Europa ocidental. Todavia, como ressalta Vitorino Godinho, persistiu na mentalidade dos comerciantes portugueses a ideia de que o comércio geraria recursos a serem investidos em bens que dão honra, os bens de raiz (a terra).

O ultramar, portanto, apresentava-se como uma solução para a nobreza, ávida por recompor suas rendas e estender seus domínios,

e para os comerciantes profundamente interessados em tornar seus empreendimentos mais prósperos e com pretensões aristocratizantes. Deste modo, os segmentos da elite portuguesa viram no Estado um condutor para uma política que atendia de forma satisfatória aos seus interesses e apontava para a superação da crise do século XIV em Portugal.

A gênese da expansão portuguesa, portanto, segundo Vitorino Godinho e Luís Felipe Thomaz, dar-se-ia pela conjugação dos interesses de um Estado mercantil, porém sem uma lógica comercial. Para Thomaz, a ação do Estado português, dirigido por uma jovem dinastia, estruturou-se no sentido de afirmar-se diante do cerco de um vizinho poderoso – Castela –, de drenar para o exterior os conflitos externos e ao mesmo tempo garantir rendas que o sustentassem e lhe dessem capacidade de continuar a distribuir privilégios entre a aristocracia.

Os outros dois polos dessa conjugação de interesses eram a nobreza e a burguesia mercantil. A primeira, preocupada em garantir a sua própria sobrevivência. A segunda, interessada em ascender socialmente, reinvestindo seus lucros em um processo de aristocratização, criando a figura do mercador-cavaleiro ou mercador-fidalgo, como denomina Godinho. Desta feita, como afirmam alguns autores, Estado e nobreza em Portugal se mercantilizam, mas não se aburguesam. Com efeito, a expansão portuguesa atuou como o fator fundamental na superação da crise do século XIV, porém, sem desestruturar o ideal antigo de sociedade. A expansão serviria para reforçar os ideais aristocráticos, cultuados inclusive pela elite mercantil, e fazer do Império colonial um dos sustentáculos dos ideais de uma sociedade de privilégios típica do Antigo Regime europeu.



Atende ao Objetivo 1

1. No que concerne às especificidades do processo da expansão portuguesa, explique como o mesmo reforçou as estruturas aristocráticas e hierárquicas daquela sociedade.

Comentário

Deverá ser destacada a questão da convergência conjuntural dos interesses das elites portuguesas (nobreza e burguesia mercantil) e do Estado. A nobreza via na expansão a oportunidade de expandir seus domínios e recompor suas rendas; a burguesia visualizava o processo como oportunidade para seus negócios e para ascender socialmente enobrecendo-se, e o Estado enxergava a expansão como uma forma de fortalecer o ideal monárquico e ampliar suas rendas. Com efeito, para os três setores a expansão era uma forma de manter as estruturas sociais reforçando as hierarquias de uma sociedade concebida como naturalmente excludente.

No que concerne às especificidades do processo da expansão portuguesa, explique como o mesmo reforçou as estruturas aristocráticas e hierárquicas daquela sociedade.

que sagrada à presença portuguesa na América. Frei Vicente do Salvador, em 1627, não titubeava em afirmar que a terra do Brasil “não se descobriu de propósito”, opinião reafirmada por Sebastião da Rocha Pita em sua *História da América portuguesa*, de 1730. O acaso fundamentava a própria existência da mão divina a guiar os navegadores lusos, de forma a justificar o papel da Coroa portuguesa na difusão do evangelho. Cabia aos portugueses reintegrar essas terras ao domínio de Deus.

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda, ao analisar a difusão do mito da presença do apóstolo Tomé entre os índios, nos dá uma pista para entendermos tal questão. Segundo relatos difundidos por diversos religiosos, entre eles o jesuíta Simão de Vasconcelos, os índios de diversas partes da América portuguesa, quando perguntados sobre a origem de pegadas incrustadas na rocha, diziam se tratar de um homem ao qual chamavam de “Sumé”. Os jesuítas imediatamente interpretaram o “Sumé” dos índios como sendo o Tomé apóstolo de Cristo. Tal digressão fundamenta-se nos Atos dos Apóstolos, que narram que, após o Pentecostes, os “amigos” de Cristo saíram a pregar em diversas partes do mundo, acreditando-se que Tomé teria passado pelas terras que constituiriam as Américas.



A sacralização das novas terras!

Sobre a verdade dessa tradição dos índios, confesso que tive eu em tempos passados alguma dúvida; porém desta me foi livrando o mesmo tempo, e a experiência, de maneira que venho hoje a tê-la por certa. Convencem-me os argumentos dos grandes sinais, que se acharam, e acham, presentes por toda a costa do Brasil, e fora dela por toda a América. Nesta Bahia fora da barra, em outra praia semelhante, distante como duas léguas da cidade, onde chamam Itapoã, vi com meus olhos, e vêem cada dia os nossos Padres, e o povo todo, em outro pedaço de recife, ou laje,

uma pegada de homem perfeííssima, metida de impressão na substância da pedra, e a parte posterior para a terra, a anterior para a água. A esta vindo eu de um aldeia de índios, notei que corriam todos os que trazíamos em nossa companhia, ainda que os que iam com cargas: perguntei a um deles a causa (que era eu novo no caminho): responderam-me todos: "Pai, Sumé pipuera angâba aé": é que está ali a pegada de S. Tomé; então lhes pedi, me levassem a ela; vi a pegada, que disse, de um pé descalço, esquerdo, assim e da maneira que se fora impresso no barro brando. Têm-na os índios em grande veneração, e nenhum passa, que a não visite, se pode; e tem para si que pondo-lhe o pé, fica melhorado seu corpo todo (VASCONCELOS, 1977, p. 123).

Com efeito, segundo Sérgio Buarque, a difusão desse mito, a partir do século XVII, inseria-se numa ideologia legitimadora da própria conquista portuguesa. Ou seja, a América já era uma terra sagrada em função da presença de apóstolos de Cristo, porém, durante algum tempo, apartada do convívio da verdadeira fé, caberia às monarquias católicas restabelecer esse elo perdido. Assim sendo, a ideia do "descobrimento" e do "acaso" reforçava a ideia da conspiração divina a favor dos portugueses. A própria palavra "descobrir", segundo o *Vocabulario Latino Portuguez*, no século XVIII, tinha como seu primeiro significado "tirar o que cobria". Deste modo, já existia algo esperando ser revelado.

Tal concepção não deixava de ser reiterada ao longo do século XIX na primeira *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen. O elogio à conquista portuguesa reforçava a ideia do acaso e da providência a guiar as naus lusitanas às terras brasileiras. Segundo Varnhagen, Cabral, ao seguir as instruções de se afastar das "morosas e doentias calmas" do litoral da África, naturalmente foi levado pelas correntes oceânicas que o fizeram avistar, em 22 de abril de 1500, o monte que foi chamado Pascoal. O acaso novamente colocava-se em cena. Ao fazer os primeiros

reconhecimentos da nova terra, Cabral atestaria que se as correntes o levassem mais ao sul, o feliz feito ter-se-ia transformado em tragédia, pois os baixios e recifes dos Abrolhos teriam destruído a armada. Varnhagen também descreve os primeiros contatos com os indígenas como pacíficos e hospitaleiros, imagem que seria representada no quadro de Victor Meirelles, de 1860, baseado na carta de Pero Vaz de Caminha, que, ao retratar a primeira missa, reforçava a perfeita integração entre conquistadores e indígenas, além de mais uma vez realçar o papel da religião católica e dos seus seguidores como um ato fundador das novas terras.



Figura 1.3: Tela *Primeira missa no Brasil* (1861), de Vitor Meireles (1832-1903).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Meirelles-primeiramissa2.jpg>

O acaso, por conseguinte, reforçava a ideia da sacralização e, por outro lado, minimizava a ideia da conquista. Todavia, já no século XIX, inicia-se toda uma discussão crítica em relação à ideia do acaso.

Capistrano de Abreu foi um dos primeiros a rechaçar a tradicional tese, argumentando em torno da presunção portuguesa de terras no Atlântico, tanto que teria se dado o empenho da monarquia portuguesa em forçar a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494.

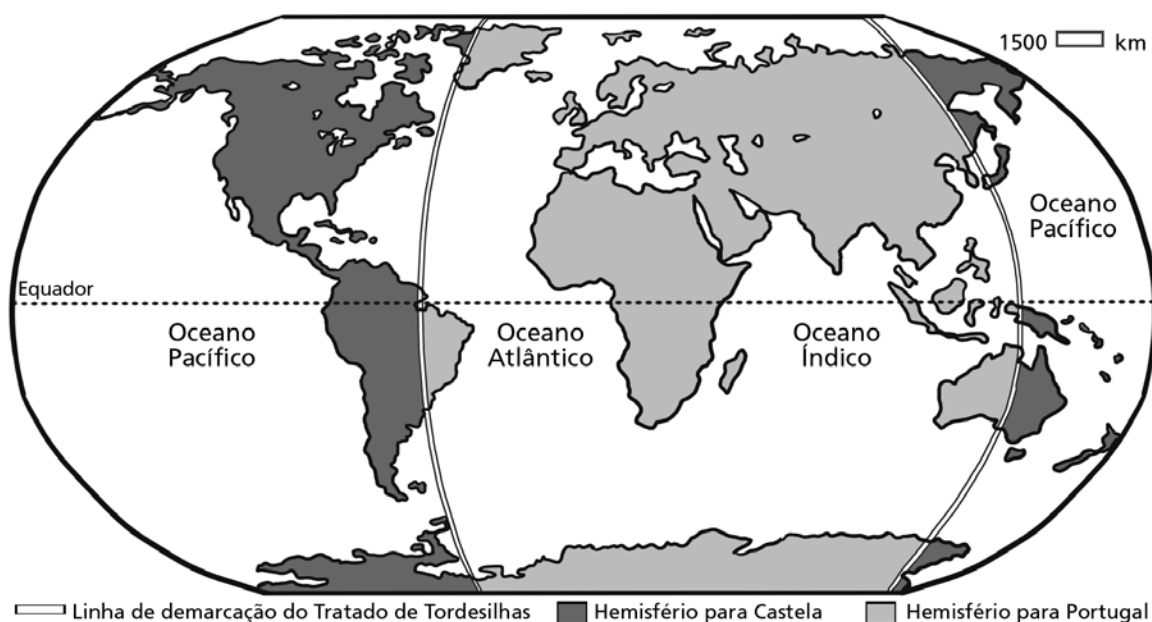


Figura 1.4: Mapa com a demarcação estipulada no Tratado de Tordesilhas. Observe que “Tordesilhas” é um meridiano – cruza os dois lados do globo terrestre – e não uma linha unicamente referida ao Ocidente e ao Atlântico Sul. Desse modo, a divisão de mares e terras entre Espanha e Portugal produz consequências geopolíticas e econômicas dos dois lados do planeta.

Tordesilhas, portanto, estaria dentro do quadro que Luiz Felipe de Alencastro denomina como de um expansionismo preventivo. Do ponto de vista geopolítico e comercial, o interesse primeiro na América portuguesa deu-se como uma estratégia de proteger do avanço espanhol as rotas comerciais que margeavam a costa atlântica africana e conduziam ao Oriente. Deste modo, o que se evidenciou em 1500 foi a inserção da América nos quadros de uma política mais ampla de estruturação e manutenção do império colonial português. A conquista era mais um dos atos da consolidação dos interesses mercantis da Coroa portuguesa que, embora inicialmente não tenha auferido tantos lucros com sua recente

conquista americana, transformou a mesma em um importante entreposto de defesa das rotas atlânticas do Império, fato que começaria a se alterar na segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII, quando da virada atlântica dos interesses comerciais da monarquia lusa, mas isso é uma outra história.



Refletindo sobre o significado da palavra "descobrimento"

Trecho de entrevista com o historiador Fernando Novais (2000).

RTD – A comemoração dos quinhentos anos tem como referência a viagem de Pedro Álvares Cabral, conhecida como de descobrimento do Brasil, da mesma forma que a carta de Pero Vaz de Caminha ficou conhecida como a certidão de batismo do Brasil. As primeiras coisas a se discutir são, assim, a viagem de Cabral e a carta de Caminha.

FN – A viagem de Cabral suscita, pelo menos, dois problemas: o primeiro, muito discutido, é que a tradição e a historiografia deram à sua viagem o nome de “descobrimento do Brasil”, o que envolve um claro eurocentrismo. Se os portugueses descobriram os tupiniquins, tupinambás etc., eles foram também descobertos pelos índios. Falar em descobrimento do Brasil, como em descobrimento da América, é a visão do vencedor. Isto tem sido muito discutido. Nos anos 50, o historiador mexicano Edmundo O’Gorman escreveu *La invención de América*, um belíssimo texto em que diz que não há descobrimento da América porque ela não existia; havia, sim, um território. A América foi inventada, não descoberta! O Brasil também teria que ser inventado. E certamente não foi Pedro Álvares Cabral quem inventou o Brasil, da mesma forma que a América não foi inventada

por Colombo. O desdobramento dessa ideia dá, por vezes, lugar a equívocos. Um deles se desenvolveu nos anos 60 e 70: se essa é a visão do vencedor, do colonialismo e do imperialismo, então a nossa história teria que ser escrita do ponto de vista contrário, isto é, do vencido, dos índios. Isso é um delírio, porque não podemos nos converter em índios. Esse revisionismo – procurar fazer história sem etnocentrismo – produziu algumas obras interessantes, como, por exemplo, os novos trabalhos sobre história da Igreja na América Latina, escritos na perspectiva da Teologia da Libertação. Mas se essa obra tem contribuições notáveis, tem também um viés complicado. A Teologia da Libertação diz, por exemplo, que a verdadeira catequese tem que preservar a cultura do índio. Eu perguntei num debate: “Mas como vocês vão preservar a cultura do índio, se, nela, a religião é fundamental?” Aí os teólogos dessa corrente dizem: “Nós acreditamos que o cristianismo seja compatível com qualquer cultura.” Ora, isso é uma matéria de fé, que não pode ser demonstrada.

RTD – Por que os historiadores começaram a ter essa reação depois dos anos 50?

FN – Os povos daqui eram iletrados, sua história era oral, eles não tinham registros escritos. O que temos de história são os escritos europeus, alguns melhores, outros piores. Frei Vicente do Salvador, por exemplo, que escreveu a primeira história do Brasil, é um grande historiador. Criada essa tradição, a história da reconstituição dos eventos se apresentou até o século XX como a história, simplesmente, e não como a história dos europeus. Ao se criticar essa concepção, a análise elaborada do ponto de vista dos índios passou a ser apresentada como uma outra história, a verdadeira. Ora, a visão dos índios se expressa nos estudos de etno-história. Acho que seria importante lembrar estudos como os de Wachtel sobre o Peru e de Pagden

sobre o México, que reconstituem a visão dos astecas ou dos incas com relação à conquista. Mas, mesmo ao tentar fazer isso, ele vê o processo por intermédio, no mais das vezes, do texto do conquistador, que é o registro disponível para pesquisar. Podemos, assim, entender como a visão do europeu foi apresentada como sendo a história *tout court*. Mas, o que seria história? A história seria algo que integrasse as duas visões, superando-as e ultrapassando-as, que explicasse por que os índios viviam desse jeito, por que os europeus viviam daquele jeito e dissesse como foi. Mas talvez isso seja impossível. Gadamer diz que a constituição desse ponto de vista capaz de integrar culturas diferentes só pode ser resultado da vivência conjunta de duas culturas... O problema é se é possível fazer isso no discurso. Pode até existir uma certa vivência, mas não verbalizada. Isso é muito difícil. Talvez só a arte possa fazê-lo.

RTD – Quando você diz que o ideal seria juntar a história do vencedor com a história do vencido, superar ambas e construir a história plena, e que isso talvez só seja possível na arte, lembrei que existem os casos de Garcilaso de la Vega, El Inca, no Peru, e de Hernán de Alvarado Tezozómoc, no México. Eram casos de primeira geração, de mãe nativa e pai espanhol. Foi uma primeira tentativa, que resultou em obras interessantíssimas.

FN – Há alguns casos. Eu até diria que a partir dos anos 60 os historiadores em geral, mesmo quando fazem a crítica da história como a história dos vencidos, não o fazem para recair no etnocentrismo. Quero dizer que talvez isso seja impossível para determinados momentos da história. Se tomamos o Garcilaso, o que temos é a visão do conquistador, é a visão da conquista enxertada com a experiência do conquistado, que é descendente da primeira geração dos filhos das camadas altas submetidas no processo de conquista. Na realidade, ele acabou sendo

aculturado, vê a cultura dos incas com certa exterioridade. É muito difícil.

RTD – A partir dessa visão, faz sentido se falar nos quinhentos anos?

FN – O segundo aspecto, que curiosamente não foi muito discutido, é que essas designações, “descobrimento do Brasil”, “descobrimento da América”, não são só etnocêntricas, mas também anacrônicas. E para o historiador, o anacronismo é o pecado capital, aquele que não pode ser cometido. O anacronismo é fazer um discurso histórico, isto é, reconstituir um ou uma série de eventos ocorridos num determinado momento, numa determinada região, sem esquecer o que aconteceu depois. O historiador conhece isso, mas os protagonistas não. A tentação de imputar aos protagonistas o conhecimento do que veio depois é muito grande e aí o historiador cai no anacronismo. O problemático na ideia de “descobrimento do Brasil” é que o anacronismo está evidente. O Brasil é um povo que constituiu uma nação que se organizou em Estado nacional. Isto existe desde o século XIX. Mas dizer que o Brasil foi descoberto em 1500 é atribuir a Cabral a fundação do Brasil, o que é um anacronismo evidente. Esquecer e lembrar não é decisão pessoal de ninguém; não esquecemos e nem lembramos o que queremos. Ao contrário, muitas vezes queremos esquecer uma coisa, mas não conseguimos; outras vezes, queremos lembrar outra coisa, e não lembramos. No limite, se absolutizamos isso, o historiador tem de procurar outro emprego. Como não somos radicais, o que temos de fazer é, quando estamos escrevendo, colocar entre parênteses o que aconteceu depois e nos esforçarmos ao máximo para não reconstituir aquilo como se o outro soubesse o que aconteceu depois. Lucien Febvre falava a respeito das leituras do Rabelais: na França dos anos 30, lia-se Rabelais e começava-se a discutir se ele era ateu ou não – “mais

uma glória da França do século XVI: já tínhamos um escritor que não acreditava em Deus". Ele disse: "Vocês estão lendo Rabelais, como se Rabelais tivesse lido Kant, Freud, Marx, Comte, Darwin, que vocês leram e ele não leu! Vocês têm que ver como ele foi lido pelos contemporâneos. Algum contemporâneo leu Rabelais e disse que ele era ateu? Não. Então, ele não podia ser ateu. Porque isso é anacronismo." E conclui dizendo o mais importante: "O verdadeiro critério para avaliar o texto de um historiador é saber em que medida ele evitou o anacronismo. Quanto mais consegue evitar, melhor o texto de história, quanto menos consegue evitar, pior." Há, porém, um tipo de história em que o anacronismo é um problema mais grave. É quando o objeto do discurso historiográfico é a nação; aí o anacronismo é inevitável! Porque uma nação precisa de um passado para se legitimar. Vamos tomar uma historiografia de ponta, a francesa. Quando começa a história da França? Na Gália romana. Mas isso não tem, rigorosamente, nada a ver. O território da Gália romana estava destinado a ser a França? Seria como começar a história da Hungria com a província romana da Panônia...



Atende ao Objetivo 2

2. Trabalhando com o documento

Leia com atenção a famosa carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel I. O texto que se segue baseia-se na transcrição e adaptação de Jaime Cortesão (1943). A adaptação final é de Paulo Cavalcante.

Senhor:

Posto que o capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza [sobre] a nova do achamento desta vossa terra nova, que nesta navegação agora se achou, não deixarei também de dar minha conta disso a Vossa Alteza, o melhor que eu puder, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba fazer pior que todos.

Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu. Da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque não o saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto, senhor, do que hei de falar começo e digo:

A partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira, nove de março. Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e as nove horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grã-Canária, onde andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da ilha de São Nicolau, segundo dito de Pero Escolar, piloto.

Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais!

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E, quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves, a que chamam fura-buchos.

Neste dia, a horas de véspera, houve vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz.

Mandou lançar o prumo. Acharam 25 braças; e, ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos âncoras, em 19 braças – ancoragem limpa. Ali permanecemos toda aquela noite. E à quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos direto à terra, indo os navios pequenos diante, por 17, 16, 15, 14, 13, 12, 10 e 9 braças, até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras em frente à boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos.

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro.

Então lançamos fora os batéis e esquifes; e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do capitão-mor, onde falaram entre si. E o capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto ele começou a ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já havia ali 18 ou 20 homens.

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijamente sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.

Ali não pôde deles haver falar, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Deu-lhes somente um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles lhe deu um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se voltou às naus, por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.

Na noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus, especialmente a capitânia. E sexta pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, o capitão mandou levantar âncoras e fazer vela; e fomos ao longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados à popa na direção do norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nos demorássemos, para tomar água e lenha. Não que nos minguasse, mas para aqui nos acertarmos.

Quando fizemos vela, estariam já na praia assentados perto do rio obra de 60 ou 70 homens que se haviam juntado ali aos poucos. Fomos ao longo [da costa], e mandou o capitão aos navios pequenos que seguissem mais chegados à terra e, se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.

E, velejando nós pela costa acharam os ditos navios pequenos, obra de dez léguas do sítio donde tínhamos levantado ferro, um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. As naus arribaram sobre eles; e um pouco antes do sol posto amainaram também, obra de uma légua do recife, e ancoraram em 11 braças [de profundidade].

E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meteu-se logo no esquife a sondar o porto adentro; e tomou dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons corpos, que estavam numa almadia. Um deles trazia um arco e seis ou sete setas; e na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas de nada lhes serviram. Trouxe-os logo, já de noite, ao capitão em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, [à] maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, do comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita com roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.

Os seus cabelos são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobre-pente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarela,

que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o touço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não o era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguia mais lavagem para a levantar.

O capitão, quando eles vieram, estava assentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e [tinha] aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do capitão, e começou de a acenar com a mão para a terra e depois para o colar como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata.

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provavam, logo a lançavam fora. Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada; nem quiseram mais. Trouxeram-lhes água em uma albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançaram fora.

Viu um deles viu umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas dera.

Então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de encobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas. O capitão lhes mandou pôr por baixo das cabeças seus coxins; e o da cabeleira esforçava-se por a não quebrar. Lançaram-lhes um manto por cima; e eles consentiram, ficaram e dormiram.

Ao sábado pela manhã mandou o capitão fazer vela, e fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e alta, de seis e sete braças. Entraram todas as naus dentro; e ancoraram em cinco a seis braças – ancoragem dentro tão grande, tão formosa e tão segura que podem abrigar-se nela mais de 200 navios e naus. E tanto que as naus quedaram ancoradas, todos os capitães vieram a esta nau do capitão-mor. E daqui mandou o capitão a Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas, e isto depois que fez dar a cada um sua camisa nova, sua carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que eles levaram nos braços, seus cascavéis e suas campainhas. E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho.

Fomos assim como flecha, direto à praia. Ali acudiram logo obra de 200 homens, todos nus, e com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levávamos acenaram-lhes [para] que se afastassem e pousassem os arcos [no chão]; e eles os pousaram, mas não se afastaram muito. E mal pousaram os arcos, logo saíram [do batel] os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperava um pelo outro, mas antes corriam a quem mais corria e passaram um rio que por ali corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela Braga; e muitos outros com eles. E foram assim correndo, além do rio, entre umas moitas de palmas onde estavam outros. Ali pararam. Entretanto foi-se o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou até lá. Mas logo tornaram a nós; e com ele vieram os outros que nós levávamos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

Então, muitos começaram a chegar. Entravam pela beira do mar para os batéis, até que não podiam mais; traziam cabaços de água e tomavam alguns barris que nós levávamos, enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todo chegassem à borda do batel. Mas junto a ele, lançavam os barris que nós tomávamos; e pediam que lhes dessem alguma coisa. Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, a outros uma manilha de maneira que com aquele engodo quase nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que homem lhes queria dar.

Dali se partiram os outros dois mancebos, que os não vimos mais.

Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos a saber, um no meio e os dois nos cabos. Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, à modos de azulada; e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas, e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha.

Ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles, por a berberia deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém.

Acenamos-lhes que se fossem; assim o fizeram e passaram-se além do rio. Saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris de água que nós levávamos e os tornávamos às naus. Mas quando assim vínhamos, acenaram-nos [para] que tornássemos. Tornamos e eles mandaram o degredado e não quiseram que [ele] ficasse lá com eles. Este levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se aí o houvesse. Não cuidaram de lhe tirar coisa alguma, antes o mandaram com tudo. Mas então Bartolomeu Dias os fez outra vez tornar ordenando que lhes desse aquilo e ele tornou e o deu, à vista de nós, para aquele que da primeira vez o agasalhara. Logo voltou e nós trouxemo-lo.

Esse que o agasalhou era já de idade, e andava por louçainha todo cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia asseado como São Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; outros, de [penas] vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida, debaixo acima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha – que ela não tinha – [era] tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, faria vergonha, por não terem a sua como ela. Nenhum deles não era fanado, mas, todos assim como nós. E com isto nos tornamos, e eles se foram.

À tarde saiu o capitão-mor em seu batel com todos nós outros e com os outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, diante da praia. Somente saiu – ele com todos nós – em um ilhéu grande, que na baía está e que na baixa mar fica mui vazio. Porém é por toda a parte

cercado de água de sorte que ninguém lá pode ir a não ser de barco ou a nado. Ali folgou ele e todos nós outros bem uma hora e meia. E alguns marinheiros, que ali andavam com um chinchorro, pescaram peixe miúdo, não muito. Então volvemo-nos às naus, já bem noite.

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se apresentassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável, e dentro um altar mui bem corrigido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que estavam todos ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali estava com o capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, o padre desvestiu-se e subiu a uma cadeira alta; e nós todos [estávamos] lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção.

Enquanto estivemos à missa e à pregação, estaria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E nos olhando, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e a dançar um pedaço. E alguns deles se metiam em almadias – duas ou três que aí tinham – as quais não são feitas como as que eu já vi; somente são três traves, atadas entre si. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam, não se afastando quase nada da terra, senão enquanto podiam tomar pé.

Acabada a pregação, voltou o capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta. Embarcamos e fomos todos em direção à terra para passarmos ao longo por onde eles estavam, indo, na dianteira, por ordem do capitão, Bartolomeu Dias em seu esquife, com um pau de uma almadia que o mar lhes levara, para lho dar; e nós todos, obra de um tiro de pedra, atrás dele.

Quando eles viram o esquife de Bartolomeu Dias, todos chegaram-se logo à água, metendo-se nela até onde mais podiam. Acenaram-lhes [para] que pousassem os arcos; e muitos deles logo os iam pôr em terra, outros não os punham.

Andava aí um que falava muito aos outros [para] que se afastassem, mas não que a mim me parecesse que lhe tinham acatamento ou medo. Este que assim os andava afastando trazia seu arco e setas, e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até abaixo, mas os vazios na barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era tão vermelha que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha.

Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava entre eles, sem implicarem nada com ele para fazer-lhe mal. Antes lhe davam cabaças de água, e acenavam aos do esquife [para] que saíssem em terra.

Com isso se volveu Bartolomeu Dias ao capitão; e viemos às naus, a comer, tangendo gaitas e trombetas, sem lhes dar mais opressão. E eles tornaram-se a assentar na praia e assim por então ficaram.

Neste ilhéu, onde fomos ouvir missa e pregação, a água espraia muito, deixando muita areia e muito cascalho descoberto. Enquanto aí estávamos, alguns foram buscar marisco e apenas acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um tão grande e tão grosso, como em nenhum tempo o vi tamanho. Também acharam cascas de berbigões e de amêijoas, mas não toparam com nenhuma peça inteira.

E tanto que comemos, vieram logo todos os capitães a esta nau, por ordem do capitão-mor, com os quais ele se apartou, e eu na companhia. E perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podíamos saber, por irmos de nossa viagem [para a Índia].

E entre muitas falas que no caso se fizeram, foi dito por todos, ou pela maior parte, que seria muito bom. E nisto concluíram. E assim que a conclusão foi tomada, perguntou mais se lhes parecia bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui por eles outros dois destes degredados.

Sobre isto acordaram que não era necessário tomar por força homens, porque era costume geral dos que assim levavam por força para alguma parte dizerem que há ali de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aqui deixassem, do que eles [homens da terra] dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende. Nem eles tão cedo aprenderiam a falar

para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam, quando cá Vossa Alteza mandar. E que portanto não cuidassem de aqui tomar ninguém por força nem de fazer escândalo, para de todo mais os amansar e pacificar, senão somente deixar aqui os dois degredados, quando daqui partíssemos.

E assim, por melhor a todos parecer, ficou determinado.

Acabado isto, disse o capitão que fôssemos em terra nos batéis e ver-se-ia bem como era o rio, e também para folgarmos.

Fomos todos nos batéis em terra, armados e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, para onde nós íamos; e, antes que chegássemos, pelo ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos, e acenavam [para] que saíssemos. Mas, tanto que os batéis puseram as proas em terra, logo todos passaram além do rio, o qual não é mais largo que um jogo de mancal. E mal desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio, e meteram-se entre eles. Alguns aguardavam; outros se afastavam; era, porém, a coisa de maneira que todos andavam misturados. Eles ofereciam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que lhes davam.

Passaram além [do rio] tantos dos nossos, e andavam assim misturados com eles, que eles se esquivavam e se afastavam. E deles alguns iam-se para cima onde outros estavam.

Então o capitão fez que dois homens o tomassem ao colo, passou o rio, e fez tornar todos.

A gente que estava ali não seria mais que a costumada. E tanto que o capitão fez tornar a todos, vieram a ele alguns daqueles, não porque o conhecessem por senhor, pois me parece que não entendem, nem tomavam disso conhecimento, mas porque a gente nossa passava já para aquém do rio.

Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas daquelas já ditas, e resgatavam-nas por qualquer coisa, em tal maneira que os nossos trouxeram dali para as naus muitos arcos e setas e contas.

Então tornou-se o capitão aquém do rio, e logo acudiram muitos à beira dele.

Ali veríeis galantes, pintados de preto e de vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, pareciam bem assim.

Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia vergonha alguma.

Também andava aí outra mulher moça, com um menino ou menina ao colo, atado com um pano – não sei de quê – aos peitos, de modo que apenas as perninhas lhe apareciam. Mas as pernas da mãe e o resto não traziam pano algum.

Depois andou o capitão para cima ao longo do rio, que corre sempre chegado à praia. Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia. Falava, enquanto o capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas cousas lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejávamos saber se na terra havia.

Trazia este velho o beijo tão furado, que lhe caberia, pelo furo, um grande dedo polegar, e metida nele uma pedra verde, ruim, que cerrava por fora esse buraco. O capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava ia com ela direto ao capitão, para lha meter na boca. Estivemos rindo um pouco sobre isso; então enfadou-se o capitão e o deixou. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa, mas por amostra. Depois o capitão a houve, segundo creio, para a mandar a Vossa Alteza com as outras coisas.

Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não mui altas, em que há muito bons palmitos. Colhemos e comemos muitos deles.

Então tornou-se o capitão para baixo para a boca do rio, onde havíamos desembarcado.

Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias – almoxarife que foi de Sacavém –, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto aquilo muito os seguiu e afagou, tomavam logo uma esquiviza como de animais monteses, e foram-se para cima.

E então o capitão passou o rio com todos nós outros, e fomos pela praia de longo, indo os batéis, assim, rente da terra. Fomos até uma lagoa grande de água doce que está junto com a praia porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai a água por muitos lugares.

E depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito deles andar entre os marinheiros que se recolhiam aos batéis. E levaram dali um tubarão, que Bartolomeu Dias matou, levou-o e lançou-o na praia.

Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se amansassem, logo duma mão para a outra se esquivavam, como pardais, do cevadoiro. Homens não lhes ousa falar de riço para não se esquivarem mais; e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar.

O capitão ao velho com quem falou, deu uma carapuça vermelha. E com toda a fala que entre ambos se passou e com a carapuça que lhe deu, tanto que se apartou e começou a passar o rio, foi-se logo recatando e não quis mais tornar de lá para aquém.

Os outros dois, que o capitão teve nas naus, a que deu o que disse, nunca mais aqui apareceram – do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isto andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às [aves ou alimárias] mansas, porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode mais ser.

Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas em que se acolham, e o ar a que se criam, os faz tais. Nem nós ainda até agora vimos casa alguma ou maneira delas.

Mandou o capitão àquele degredado Afonso Ribeiro, que se fosse outra vez com eles. Ele foi e andou lá um bom pedaço [de tempo], mas à tarde tornou-se, pois eles o fizeram vir e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas; e não lhe tomaram nenhuma coisa do seu. Antes – disse ele – que um deles lhe tomara umas continhas amarelas, que ele levava, e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; então mandaram-no vir. Disse que não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes, como de Entre Douro e Minho.

E assim nos tornamos às naus, já quase noite, a dormir.

À segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes. Já muito poucos traziam arcos. Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturaram-se conosco. Abraçavam-nos e folgavam. E alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha ou por qualquer coisa. De tal maneira isto se passou que bem 20 ou 30 pessoas das nossas se foram com eles, onde outros muitos estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, deles verdes e deles amarelos, dos quais, segundo creio, o capitão há de mandar amostra a Vossa Alteza.

E, segundo diziam esses que lá foram, folgavam com eles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados. Ali, alguns andavam quartejados daquelas pinturas; outros pela metade; outros de tanta feição, como em panos de armar, e todos com os beijos furados, e muitos com os ossos neles, e outros sem ossos.

Alguns traziam uns ouriços verdes de árvores, que, na cor, queriam parecer de castanheiros, embora bem menores. E eram cheios de uns grãos vermelhos pequenos, que, esmagando-os entre os dedos, faziam tintura muito vermelha, da que eles andavam tintos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andam rapados até acima das orelhas; e a assim as sobrancelhas e pestanas.

Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas de tintura preta, que parece uma fita preta da largura de dois dedos.

E o capitão mandou àquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados que fossem andar lá entre eles; e assim a Diogo Dias, por ser homem ledo, com que eles folgavam. Aos degredados mandou que ficassem lá essa noite.

Foram-se lá todos, e andaram entre eles. E, segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas duma só peça, sem nenhum repartimento, tinham dentro

muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta, em que dormiam. Debaixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E cada casa tinha duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro.

Diziam que em cada casa se acolhiam 30 ou 40 pessoas, e que assim os achavam; e que lhes davam de comer daquela vianda que eles tinham, a saber, muito inhame e outras sementes, que há na terra e que eles comem. Mas, quando se fez tarde, fizeram-nos logo tornar a todos e não quiseram que lá ficasse nenhum. Ainda, segundo eles diziam, queriam vir com eles.

Resgataram lá por cascavéis e por outras coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes e pequeninos de carapuças de penas verdes, e um pano de penas de muitas cores, [à] maneira de tecido assaz formoso, segundo Vossa Alteza todas essas coisas verá, porque o capitão vo-las há de mandar, segundo ele disse.

E com isso vieram; e nós nos tornamos às naus.

À terça-feira, depois de comer, fomos em terra dar guarda de lenha e lavar roupa.

Quando chegamos, estavam na praia obra de 60 ou 70 [nativos] sem arcos e sem nada. Assim que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem. Depois acudiram muitos, que seriam bem 200, todos sem arcos; e misturaram-se todos tanto conosco que nos ajudavam [alguns] deles a acarretar lenha e meter nos batéis. E lutavam com os nossos e tomavam muito prazer.

Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande cruz, de um pau, que se cortou ontem para isso.

Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais para ver a ferramenta de ferro com que a faziam do que por verem a cruz, porque eles não têm coisa que seja de ferro, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes, segundo diziam os homens, que ontem [foram] às suas casas, porque as viram lá.

A conversação deles conosco já era tanta que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer.

O capitão mandou a dois degredados e a Diogo Dias que fossem lá à aldeia – e a outras, se houvessem novas delas – e que, em toda a maneira, não viessem a dormir às naus, ainda que eles os mandassem. E assim se foram.

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, alguns papagaios atravessavam por essas árvores, verdes e pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá nesta terra muitos. Porém eu não veria mais que até nove ou dez. Outras aves então não vimos, somente algumas pombas-seixas, e pareceram-me bastantes maiores que as de Portugal. Alguns diziam que viram rolas, eu não as vi. Mas segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!

Cerca da noite nos volvemos para as naus com nossa lenha.

Eu, creio, Senhor, que aqui ainda não dei conta aqui a Vossa Alteza da feição de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, as setas também compridas e os ferros delas [são] de canas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns que – eu creio – o capitão há de enviar a Vossa Alteza.

À quarta-feira não fomos em terra porque o capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejá-lo e [a] fazer levar às naus isso que cada uma podia levar. Eles acudiram à praia; muitos, segundo das naus vimos. No dizer de Sancho de Tovar, que lá foi, seriam obra de 300.

Diogo Dias e Afonso Ribeiro, o degredado, aos quais o capitão ontem mandou que de toda a maneira lá dormissem, volveram-se já de noite, por eles não quererem que lá ficassem. Trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas, quase como pegas, a não ser que tinham o bico branco e os rabos curtos.

Quando Sancho de Tovar se recolheu à nau, queriam vir com ele alguns, mas ele não quis senão dois mancebos dispostos e homens de prol. Mandou-os esta noite mui bem pensar e tratar. Comeram toda a vianda que lhes deram; e mandou fazer-lhes cama de lençóis, segundo ele disse. Dormiram e folgaram aquela noite.

E assim não houve mais esse dia que para escrever seja.

À quinta-feira, derradeiro [dia] de abril, logo quase pela manhã, comemos e fomos em terra por mais lenha e água. E, em querendo o capitão sair desta nau, chegou Sancho

de Tovar com seus dois hóspedes. E por ele ainda não ter comido, puseram-lhe toalhas. Trouxeram-lhe vianda e comeu. Aos hóspedes, sentaram cada um em sua cadeira. E de tudo o que lhes deram comeram mui bem, especialmente lacão cozido, frio, e arroz.

Não lhes deram vinho, por Sancho de Tovar dizer que não o bebiam bem.

Acabado o comer, metemo-nos todos no batel e eles conosco. Deu um grumete a um deles uma armadura grande de porco-montês, bem revolta. Assim que a tomou, meteu-a logo no beijo, e, porque se lhe não queria segurar, deram-lhe um pouco de cera vermelha. E ele ajeitou-lhe seu adereço detrás para ficar segura e meteu-a no beijo, assim revolta para cima. E vinha tão contente com ela, como se tivera uma grande jóia. E assim que saímos em terra, foi-se logo com ela, que não apareceu mais aí.

Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir mais. E parece-me que viriam este dia, à praia 400 ou 450.

Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos. Bebiam alguns deles vinho e outros não o podiam beber. Mas me parece que, se lho avezarem, o beberão de boa vontade.

Andavam todos tão dispostos e tão bem feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam dessa lenha, quanto podiam, com mui boa vontade, e levavam-na aos batéis.

Andavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós andávamos entre eles.

Foi o capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredado até uma ribeira grande e de muita água, que a nosso parecer, era esta mesma, que vem ter à praia, e em que nós tomamos água.

Ali ficamos um pedaço [de tempo], bebendo e folgando, ao longo dela, entre esse arvoredado, que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens, que homem não pode contar. Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos.

Quando saímos do batel, o capitão disse que seria bom irmos direto à cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se erguer amanhã, que é sexta-feira, e

que nós puséssemos todos em joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. A esses dez ou doze que aí estavam acenaram-lhes que fizessem assim, e todos foram logo beijá-la.

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.

E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quizerem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.

Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar à santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim.

Eles não lavram, nem criam. Nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que seja costumada ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores lançam de si. E com isso andam tais e tão rijos e tão nédios que não o somos nós tanto, conquanto comamos trigo e legumes.

Neste dia, enquanto andaram ali, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, de maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus [amigos].

Se [algum] homem lhes acenava [para saber] se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso, em tal maneira que, se alguém quisesse convidar todos, todos viriam. Porém, nesta noite não trouxemos às naus senão quatro ou cinco, a saber: o capitão-mor, dois; Simão de Miranda, um, que já trazia por pajem; e Aires Gomes, outro, também por pajem.

Um dos que o capitão trouxe era um dos hóspedes, que lhe trouxeram da primeira vez, quando aqui chegamos, o qual veio hoje aqui, vestido com a sua camisa, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados, assim de vianda, como de cama, de colchões e lençóis, para mais os amansar.

E hoje, que é sexta-feira, 1º dia de maio, pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio, para o sul, onde nos pareceu que seria melhor chantar a cruz, para melhor ser vista. Ali assinalou o capitão o lugar, onde fizessem a cova para a chantar.

Enquanto a ficaram fazendo, ele com todos nós outros fomos pela cruz abaixo do rio, onde ela estava. Dali a trouxemos com esses religiosos e sacerdotes diante cantando, à maneira de procissão.

Alguns deles já estavam aí, obra de 70 ou 80; e, quando nos viram assim vir, alguns deles foram meter-se debaixo dela [para] nos ajudar. Passamos o rio, ao longo da praia e fomo-la pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta. Andando-se ali nisto, vieram bem 150 ou mais.

Chantada a cruz, com as armas e divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe pregaram, armaram [um] altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco a ela obra de 50 ou 60 deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.

E quando veio o Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram todos assim como nós estávamos com as mãos levantadas, e de tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção.

Estiveram assim conosco até acabada a comunhão, depois da qual comungaram esses religiosos e sacerdotes e o capitão com alguns de nós outros.

Alguns deles, por o sol ser grande, quando estávamos comungando, levantaram-se, e outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de 50 ou 55 anos, continuou ali com aqueles que ficaram. Este, estando nós assim, ajuntava aqueles que ali ficaram, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles falando, lhes acenou com o dedo para o altar e depois apontou o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos.

Acabada a missa, o padre tirou a vestimenta de cima e ficou com a alva; assim subiu junto ao altar, em uma cadeira. Ali nos pregou do Evangelho e dos apóstolos, cujo dia é hoje, tratando, ao fim da pregação deste vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, o que nos aumentou a devoção.

Esses, que sempre estiveram sempre à pregação, quedaram-se assim como nós olhando para ele. E aquele, que digo, chamava alguns que viessem para ali. Alguns vinham e outros iam-se. E, acabada a pregação, como Nicolau Coelho trouxesse muitas cruces de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda, houveram por bem que se lançasse um ao pescoço de cada um. Pelo que o padre frei Henrique se assentou ao pé da cruz e ali, a um por um, lançava a sua atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançaram-nas todas [ao pescoço], que seriam obra de 40 ou 50.

Isto acabado – já era bem uma hora depois de meio-dia – viemos às naus a comer, trazendo o capitão consigo aquele mesmo que fez aos outros aquela mostrança para o altar e para o céu e um seu irmão. Fez-lhe muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca e ao outro uma camisa dessas outras.

E, segundo o que pareceu a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, a não ser nos entenderem, porque, assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais ambos hoje também comungaram.

Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Puseram-lho ao redor dela. Porém, ao assentar, não fazia grande memória de o estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto à vergonha.

Ora veja Vossa Alteza se quem em tal inocência vive se converterá ou não, ensinando-lhes o que pertence para sua salvação.

Acabado isto, fomos assim perante eles beijar a cruz, despedimo-nos e viemos comer.

Creio, Senhor, que com estes dois degredados que aqui ficam, ficam mais dois grumetes, que esta noite saíram desta nau, no esquife, fugidos para terra, os quais não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, trazendo a Deus, fazemos nossa partida daqui.

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais para o sul vimos até a outra ponta que vem do norte, de que nós houvemos vista deste porto, será tamanha que haverá nela bem 20

ou 25 léguas de costa. Traz ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras, [algumas] delas vermelhas e [algumas] delas brancas; e a terra por cima [é] toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender os olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E de tal maneira é graciosa que, querendo aproveitá-la, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar.

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calicute, isso bastaria. Quanto mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé.

E desta maneira, senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, porque o desejo que tinha de tudo vos dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo.

E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que d'Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da vossa Ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Pero Vaz de Caminha

a) Destaque da carta de Caminha dois trechos que embasam o caráter ideológico do termo "descobrimento".

b) Destaque da carta a passagem em que, a um só tempo, ficam explícitos tanto a cobiça geral dos "descobridores" como o apurado discernimento de Caminha no contato com os índios.

c) Do ponto de vista da discussão historiográfica, explique a diferença entre os termos descobrimento e conquista do Brasil.

Respostas Comentadas

a) Primeiro trecho: “E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que estavam todos ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.”

Segundo trecho: “E, segundo o que pareceu a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, a não ser nos entenderem, porque, assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais ambos hoje também comungaram.”

b) “Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas dera.”

c) O aluno deverá dar destaque ao caráter ideológico do conceito de descobrimento, que reforça uma ideia de elogio à conquista portuguesa, minimizando a ideia de conflito que presidiu a expansão portuguesa na América.

RESUMO

A expansão marítima e comercial pode ser entendida como uma das respostas à crise geral do século XIV, e deve ser abordada tanto naquilo que tem de geral, isto é, de europeia, como nas especificidades de cada país. O chamado “descobrimento do Brasil” é um capítulo dessa expansão marítima e comercial. Por isso, na palavra “descobrimento”, é tão fácil verificar seu caráter eurocêntrico. De fato, o “descobrimento” de Cabral se deu como consequência da tentativa da Coroa portuguesa de reservar para si a exclusividade da navegação no Atlântico Sul necessária para o acesso direto às Índias.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, serão estudadas as características políticas e administrativas da colonização portuguesa no Brasil.

Aula 2

Conquista e colonização: estruturas político- administrativas

Marcos Sanches

Meta da aula

Apresentar as principais características das estruturas político-administrativas da colonização portuguesa no Brasil, exemplificando o seu processo de constituição no século XVI.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. relacionar as formas de governação das colônias com a expansão europeia da época moderna;
2. identificar as características gerais da administração portuguesa;
3. caracterizar a organização da administração portuguesa estabelecida no Brasil.

Pré-requisitos

Para uma melhor compreensão, você precisa ter entendido bem a dinâmica e os objetivos da expansão comercial do século XV, estudada na Aula 1, pois as diferentes formas de governação estabelecidas nas áreas coloniais devem ser compreendidas a partir dos objetivos da expansão e da peculiaridade de cada região no conjunto.

INTRODUÇÃO

A conquista e a colonização do continente americano por diferentes países europeus foi uma das transformações que marcaram a história do mundo ocidental entre os séculos XV e XVIII.

O período conhecido na tradição historiográfica como modernidade ou “história moderna” foi definido pelo historiador Jean Delumeau (1994) como a “promoção do Ocidente”, isto é, a sua projeção hegemônica no mundo, como resultado de mudanças de duração mais longa, ocorridas ao longo dos últimos séculos da Idade Média.

O processo de expansão da Europa teve destacada motivação econômica, alargando as relações com as sociedades localizadas em outros continentes. No entanto, mesmo que se admita que a inserção de áreas americanas, africanas e asiáticas se deu em meio à constituição de um “sistema econômico mundial”, na expressão de Immanuel Wallerstein (1994), sob a direção dos países europeus, as relações constitutivas dos diferentes níveis dos processos de conquista e colonização não se esgotam nos aspectos econômicos.

O historiador Pierre Chaunu (1980) definiu os contatos e futuros intercâmbios entre as sociedades situadas em diversas partes do mundo – a maior parte delas desconhecida dos europeus – como a integração dos “universos-tempo” existentes no mundo, derivando daí intercâmbios sistemáticos nos mais variados setores da atividade humana.

Dessa forma, a compreensão da colonização não pode ficar restrita ao estudo da simples transposição mecânica de instituições, valores e práticas típicas da sociedade europeia para outros continentes. À época – séculos XV e XVI –, o próprio conceito de colonizar não se confundia com os significados mais comuns que os dicionários hoje lhe emprestam: habitar, ocupar e povoar.

Feitoria

Instalação de modelo variado desde o simples feitor com residência e encargos de compra e venda até a instituição provida de recursos militares e funções aduaneiras. Representava a integração dos interesses de organização do Estado (garantir as conquistas) com os interesses mercantis. Mesclando funções militares, mercantis e administrativas, foi a primeira forma de administração a se generalizar nas conquistas portuguesas.

A presença europeia no Oriente, na África e na América obedeceu a padrões diversificados desde as **feitorias** até a ocupação territorial sistemática, como na América, após 1530. Em muitos casos, a presença superficial dos portugueses se desdobrou em relações políticas e econômicas com as sociedades locais, sem destruí-las, pelo menos nos primeiros anos, como foi o caso das primeiras incursões na África e nas sociedades tradicionais do Oriente.

Independente das formas assumidas em diferentes partes do mundo, os descobrimentos e a colonização na época moderna estão inseridas no amplo e complexo processo da expansão europeia, gestado nas sucessivas conjunturas que marcaram a Europa entre os séculos XIII e XV.

Ao estudar a expansão europeia, na Aula 1, você provavelmente identificou que o período entre o século XI e início do século XIV conheceu importante expansão econômica em paralelo à desagregação do feudalismo, fenômeno que variou de ritmo conforme a região. Foi nesse período, sobretudo no século XIII, que a expansão comercial teve seu apogeu.

A grave depressão do século XIV e a lenta recuperação no início do século seguinte foram, em grande parte, superadas pela atividade mercantil e seu progressivo deslocamento para o Atlântico. Juntaram-se no Quatrocentos as condições econômicas favoráveis, o relativo fortalecimento das estruturas monárquicas, as transformações da sociedade de ordens, as novas concepções filosóficas renascentistas e a incorporação de procedimentos e técnicas científicas, em grande parte recolhidas no contato com sociedades não europeias.

Portugal e a governação das conquistas

Como você já estudou na Aula 1, Portugal se destacou na expansão europeia a partir de 1415, com a tomada de Ceuta, ponto de partida do progressivo avanço no litoral africano. Apesar de reconhecermos particularidades na história portuguesa nos últimos séculos da Idade Média, é preciso tomar cuidado para não reproduzir de forma pouco crítica a ideia do pioneirismo português na expansão, bastante difundida pela historiografia, sobretudo portuguesa.

Se a expansão está sendo entendida como um processo que se explica na longa duração de sucessivas conjunturas, não são condições específicas de um determinado Estado ou Sociedade que lhe dão nexo explicativo. Da mesma forma, deve ser lembrado que a expansão atlântica do século XV foi apenas uma nova etapa de um processo iniciado nos séculos precedentes.

O estudo das estruturas político-administrativas presentes na colonização do Brasil requer uma reflexão prévia sobre alguns aspectos da história de Portugal. A constituição de Portugal como Estado soberano se confunde com a reconquista da Península Ibérica aos muçulmanos, processo que a historiografia tem identificado como base para a precoce unidade do Estado e centralização do poder monárquico.

Como você deve ter percebido, é sempre muito perigoso o uso dos conceitos em diferentes épocas históricas. Estado é um caso clássico: nos séculos XV e XVI, não vamos encontrar uma sociedade política detentora do monopólio da força e da soberania, atributos que hoje associamos ao Estado. A monarquia moderna ainda conserva sua característica corporativa medieval e convivia com uma sociedade de ordens, o que se traduzia numa tensão entre diferentes forças e a existência de poderes compartilhados dentro e fora da esfera estatal.

No caso português, foi generalizada, na historiografia, a ideia de uma precoce unidade do poder político em torno do rei. A “modernidade precoce”, na clássica expressão de Raymundo Faoro (1976), se sustentava na conjuntura militar que fazia do rei

um senhor da guerra e, na própria origem do reino, uma concessão feudal dos reis de Leão, que lhe conferiu junto com as conquistas posteriores, a condição de senhorio régio.

É fato a correção dos argumentos apresentados, mas a concepção do rei como senhor do reino não impediu a constituição de uma aristocracia senhorial, criada sob a própria monarquia, que fez largo uso da concessão do senhorio através do instituto das **sesmarias**.

Sesmarias

Terras concedidas pelo soberano, com base no princípio de que o reino é o senhorio do rei. Prática presente desde a formação do Reino de Portugal, a partir do século XIV (Lei de Sesmarias – 1375), ganhou legislação específica que priorizava o conjunto de obrigações dos beneficiários, principalmente a obrigação de cultivo. Tal legislação vigorava à época da colonização do Brasil, quando as concessões não aproveitadas poderiam reverter ao domínio régio. Na prática, a concessão de terras e a montagem de agricultura escravista de produtos agrícolas tropicais favoreceram um processo de concentração fundiária que marcou a formação brasileira.

Dessa forma, tanto na formação dos senhorios mais antigos, no norte, quanto nas concessões das áreas retomadas aos muçulmanos, mais ao sul, onde foram mais largas as concessões régias e maior a instalação de Concelhos, sempre houve um complexo e delicado equilíbrio entre uma sociedade que se constitui à sombra de um rei, com todo o seu significado simbólico, e o rei que, mesmo sendo o “cabeça” não prescinde do corpo para existir.

As bases da monarquia portuguesa que se projetaram nas conquistas remonta à crise dinástica de 1383-1385, com a consequente ascensão da dinastia de Avis, inaugurada por D. João I.

A nova dinastia não significou uma afirmação do poder real sobre os setores tradicionais da sociedade portuguesa (clero e nobreza), apoiada por grupos mercantis e outros ligados a atividades urbanas. Ao longo do século XV, é possível observar uma tensão entre os diferentes grupos envolvidos no processo: D. Duarte (1433-1438) estipulou limitações ao usufruto da propriedade real, mas D. Afonso V (1438-1481) alargou as concessões reais. D. João II (1489-1495) acolheu várias das reivindicações dos **Concelhos**, mas o seu sucessor, D. Manuel I (1469-1521), voltou a favorecer a nobreza.

Concelhos

Órgão colegiado cujas origens remontam à própria formação do reino. Exprime uma comunidade vicinal dotada de maior ou menor poder administrativo. Na história de Portugal, os Concelhos se ligaram à administração das vilas e cidades, representando o governo da república, isto é, o trato da coisa pública. Desempenhavam funções administrativas, judiciárias e fiscais. No Brasil, a organização dos Concelhos foi parcialmente reproduzida nas câmaras, também responsáveis pela administração das vilas e cidades. Compunham-se de vereadores em número variável, juiz ordinário, primeira instância de justiça na colônia, e outros oficiais que variaram no tempo e no espaço: almotacé, juiz de vintena, porteiro etc.

A experiência africana resultou de complexo conjunto que inclui a tradição náutica, já consolidada na pesca e no comércio de abastecimento; o emprego da experiência militar da nobreza e o seu interesse em recuperar rendas perdidas (fidalgos que se tornaram mercadores); e a atração dos grupos mercantis e financeiros pela garantia direta ou indireta da monarquia ao seu negócio, como no caso da atuação da Ordem de Cristo, dirigida de Sagres por D. Henrique, segundo filho de D. João I.

Iniciada no norte da África, com a conquista de Ceuta (1415), a reação muçulmana direcionou a expansão para o Atlântico, cuja consequência foi a ocupação das ilhas (Madeira, Porto Santo, Açores e Cabo Verde) até a chegada em 1520, e a posse reconhecida pelo Papa através da bula *Etsi suscepti* (1442). Objeto da reação de Castela, que obteve o reconhecimento das Canárias no Tratado de Alcáçovas (1474), as ilhas mencionadas já eram, no início do século XVI, objeto de exploração sistemática com a concessão de capitânias.

Sob a direção do infante D. Henrique, a expansão avançou na África ocidental – a costa do ouro –, chegando ao cabo Bojador, área também reconhecida pelo Papa como jurisdição portuguesa. Interrompida após a morte do infante D. Henrique, quando Afonso V se voltou para o norte do continente, a expansão para o sul foi retomada por D. João II, culminando com a viagem de Bartolomeu Dias (1488) que localizou o extremo sul da África e, já sob o reinado de D. Manuel I, ocasionando-se a chegada de Vasco da Gama à Índia.

O intervalo entre a conquista de Bartolomeu Dias e a viagem de Vasco da Gama coincidiu com a difícil sucessão em Portugal e, sobretudo, com as disputas com Castela. Resolvidas pelo Tratado de Alcáçovas as disputas no hemisfério norte, a rivalidade foi agravada no sul pelas conquistas portuguesas na África e pela primeira viagem de Cristóvão Colombo à América (1492).

O Tratado de Tordesilhas – a “partição do mar-oceano” – celebrado em 7 de julho de 1494 reconheceu a Portugal o controle da navegação no Atlântico Sul e a posse das suas margens:

o litoral africano e o Brasil. Entendido por parte da historiografia como um “presságio” da descoberta do Brasil, o acerto diplomático pode efetivamente ser revelador de um conhecimento “pré-cabralino” do atual território brasileiro.

A viagem de 1500, empreendida pela maior esquadra da história da expansão portuguesa, foi um desdobramento da expedição realizada por Vasco da Gama, em 1498. O historiador Manuel Nunes Dias (1967) lhe atribui um duplo caráter: embaixada e conquista, isto é, estabelecer relações estáveis na Índia e estabelecer a conquista do litoral atlântico ocidental, ou seja, o Brasil.

A amplitude das conquistas lusitanas levou os portugueses a estabelecer contato com diferentes estruturas políticas e sociais ao mesmo tempo em que nem todas as regiões tinham o mesmo peso ou importância econômica no conjunto das conquistas. Portanto, as conquistas portuguesas apresentam o que António Manuel Hespanha (1986) chamou de “estatuto colonial múltiplo”, aqui entendido como a prática de diferentes formas de governação, dependendo da época e/ou região.

Posse e colonização do Brasil

Preliminarmente, vamos definir como marco inicial da colonização a viagem comandada por Pedro Álvares Cabral, em 1500. Embora seja possível estabelecer com maior ou menor segurança os antecedentes dessa viagem, estamos adotando a tradicional solução de Capistrano de Abreu (1976), pois nela “inicia-se a nossa história”, entendida a frase como a posse e futura exploração do território por um país europeu.

Nas primeiras décadas após a viagem de 1500, o Brasil conheceu vários modelos de administração. A tradição historiográfica generalizou para o período anterior a 1530 o impróprio conceito de “pré-colonização” como uma fase antecedente ou de ações eventuais

e isoladas que não configuram uma colonização efetiva. Tal interpretação teve duas matrizes fundadoras: a ausência do Estado, herança da historiografia historicista – sem Estado, não há colonização – e a ideia de colonização no sentido contemporâneo de ocupação ou povoamento.

Colonização é um processo ligado essencialmente aos desdobramentos da expansão comercial; portanto, as fortalezas, feitorias e outras formas de presença europeia são formas de colonização.



Figura 2.1: *Terra Brasilis*.

Fonte: Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro.

O Brasil conheceu a partir de 1502 uma exploração sistemática, baseada no extrativismo da madeira, arrendado a comerciantes europeus e, aos quais se ligavam as sucessivas expedições que percorreram ao litoral. Fonte interessante para demonstrar o caráter mais ou menos sistemático é o mapa *Terra Brasilis*, de 1519 (**Figura 2.1**). Incluído no “atlas de Miller”, sua elaboração é atribuída a Lopo Homem, cartógrafo oficial do reino nas primeiras décadas do século XVI. Da leitura do mapa, parece-nos possível fixar algumas conclusões a começar pelo contorno do litoral e a nomeação dos seus acidentes (146 nomes), indicando um conhecimento já bastante apurado da costa atlântica.

O território português está demarcado por duas bandeiras, assinaladas no litoral da Guiana e da Argentina, respectivamente, sugerindo uma percepção lusitana de que as suas posses se estendiam desde o Oiapoque até o rio da Prata, sinalizando ainda o fechamento do litoral sul-americano a outros países.

No oceano, dos sete navios assinalados, dois encontram-se virados para o Brasil, em direção ao cabo de São Roque e ao rio da Prata, limites das arribadas de praticamente todas as esquadras que tocaram o território brasileiro no período. A terra é identificada

pela exploração de madeira, dando-nos a impressão de se tratar de atividade de vulto. Os índios aparecem cortando madeira com instrumentos de ferro, caracterizando o que já se chamou de “idade dos metais, sem metalurgia”, importantes transformações econômica e cultural, incorporadas pelos nativos, através do escambo.

Podemos concluir, portanto, que o *Terra Brasilis* evidencia uma exploração razoavelmente sistemática da terra, o que é reiterado por diversos registros historiográficos clássicos, como em Capistrano de Abreu: “Portugal tomou desde logo conta da terra descoberta (...) dez anos lhe bastaram para contornar a vasta extensão das costas” que “nunca foi de todo descurada” (ABREU, 1976, p. 45-51).



Atendem ao Objetivo 1

1. Cite duas razões que possam justificar as diferentes formas adotadas por Portugal no controle e no governo das áreas conquistadas.

2. Com base no mapa da **Figura 2.1**, apresente um argumento para a exploração mais ou menos efetiva do território brasileiro nas primeiras décadas após o Descobrimento.

Comentários

1. Poderão ser citadas duas das seguintes razões que justificam as formas adotadas por Portugal no controle e governo das áreas conquistadas:

a) A convivência em Portugal das estruturas da monarquia moderna com estruturas econômicas e sociais de origem medieval, que possibilitou o envolvimento dos setores tradicionais da sociedade, particularmente, a nobreza, no processo de expansão.

b) O “encontro” de sociedades e culturas diferentes exigiu adaptações nas formas de administrar, de forma a assegurar a exploração, resguardando-se das reações dos nativos.

c) A expansão portuguesa contactou sociedades muito diferentes desde impérios tradicionais no oriente até povos com organização tribal no Brasil, o que levou a adoção de formas administrativas que se adaptassem as realidades locais.

d) As diferentes colônias tiveram papéis econômicos e estratégicos diversificados no conjunto da expansão e as formas de administração foram adequadas a cada tipo de exploração, como a necessidade de montar uma estrutura de governo no Brasil uma colônia agrícola.

2. Podem ser citados dois argumentos para a exploração efetiva do Brasil nas primeiras décadas, após o Descobrimento:

a) A exploração intensa da madeira, que aparece em várias imagens, como o corte, o transporte e a estocagem, lembrando que o trabalho dos nativos se ligava às atividades dos contratadores.

b) A preocupação com a demarcação da terra nas duas bandeiras, desenhadas no mapa, que demarcam o espaço que os portugueses reconheciam como de seu domínio, sinalizando o fechamento do litoral para exploradores de outros países.

Entre 1501 e 1530, foram enviadas sucessivas expedições ao Brasil que devem ser referidas com cuidado, pois, no estágio atual do conhecimento, é pacífico que o seu número, quer das resultantes de iniciativas oficiais, quer das ligadas a interesses privados, foi maior do que aquele representado pelos eventos mais conhecidos e documentados.

É certa que a primeira iniciativa oficial de Portugal em relação ao Brasil foi a expedição de 1501. Há dúvidas sobre o seu comandante, recaindo sobre Gonçalo Coelho uma das mais seguras atribuições. A ela é creditada, com base no testemunho de Américo Vespúcio, a nomeação dos acidentes do litoral, o que possibilitaria reconstituir o seu roteiro entre 16 de agosto (Cabo de São Roque) e 22 de janeiro de 1502 (São Vicente). Aceitando-se o roteiro, com base no calendário católico, constatamos que o seu contato com a terra foi superficial, não se detendo com maior demora em local algum.

Também controversa foi a expedição de 1503, com comando também atribuído a Gonçalo Coelho, escrivão da fazenda, e provavelmente relacionado com os interessados no comércio da madeira. O testemunho de Vespúcio é hoje discutido, mas consideramos relevante ter em mente que estava em vigência o contrato de três anos, a partir de 1502, do arrendamento da exploração do pau-brasil, sugerindo a ligação entre os dois fatos.

A expedição que teria se dividido ao atingir o litoral americano, seguindo Vespúcio até Cabo Frio e o comandante Gonçalo Coelho, ao Rio de Janeiro, foi a responsável pelo estabelecimento dos primeiros assentamentos portugueses no litoral, respectivamente a feitoria do Cabo Frio e um arraial no Rio de Janeiro.

Se do arraial do Rio de Janeiro não se conhecem consequências relevantes, a feitoria do Cabo Frio continuou importante no comércio da madeira, como no caso da nau Bretoa, que nela embarcou seu carregamento. Parece-nos pacífico, portanto, que as ações nesse período tinham ligação com o contrato, dentre elas a concessão como capitania da ilha de São João (16.1.1504), confirmada em 3.3.1522.

Os comerciantes de pau-brasil certamente contribuíram total ou parcialmente para a armação de sucessivas viagens ao Brasil, inclusive as que priorizavam as ações de reconhecimento e defesa.

Apesar da vitória diplomática, obtida com reconhecimento da Igreja aos limites estabelecidos em Tordesilhas, através de bula do papa Júlio II (24.1.1506), nos dez anos seguintes o litoral brasileiro foi, sobretudo, ponto de apoio das rotas para o Oriente e alvo da busca da passagem para Málaga, sendo certamente correta a conclusão de Varnhagem (1956) de que os resultados até então alcançados no comércio americano não compensavam os gastos realizados.

Pela Terra de Santa Cruz, passaram desde a frota do capitão Diogo Mendes de Vasconcelos com destino a Málaga (1509) até a expedição de Afonso de Albuquerque, ao mesmo tempo que se tornavam mais constantes as embarcações de outras bandeiras atraídas pelo comércio da madeira, quando a denominação “terra do pau-brasil” já era corrente. Na verdade, nem mesmo os mercadores portugueses respeitavam o monopólio já estabelecido, indicando que os próprios lusitanos participavam do comércio de contrabando, incluindo-se aí, em nossa suspeita, os cristãos-novos saídos do reino. Além disso, certamente pilotos e outros profissionais da arte de marear prestaram serviços sob outras bandeiras.

Entre 1514 e 1516, podemos situar um divisor de águas na exploração brasileira nas primeiras décadas, após o Descobrimento. Reforçado diplomaticamente pelo apoio da Igreja, com a concessão do Padroado ao sul do Bojador (7.6.1514) e pela criação do bispado de Funchal (12.6.1514), estava Portugal cada vez mais pressionado pelas investidas castelhanas em direção ao sul do continente, como exemplifica a viagem de Solis, atingindo o Rio da Prata (1515-1516) e, posteriormente, as expedições comandadas por Diogo Garcia, Fernão de Magalhães e Sebastião Caboto.

Deve ser destacado que a quase totalidade das referências disponíveis trata de expedições que exploraram do cabo de São Roque ou do Santo Agostinho para o sul, reforçando a posição do litoral brasileiro como rota da Índia ou local da procurada

passagem para o oriente. No entanto, as ameaças castelhanas e francesas com evidentes prejuízos ao comércio não respondem exclusivamente pelo novo impulso lusitano. Devem ser considerados a necessidade de metais no reino e o aumento do consumo de açúcar para explicar, dentre outras ações, as supostas e pouco conhecidas medidas de povoamento e exploração agrícola da terra.

O evento mais destacado nesse contexto continua a ser a expedição, dita “guarda-costas”, comandada por Cristóvão Jacques, em 1516, que cumpriu amplo roteiro, da fundação de feitoria em Pernambuco até a exploração do rio da Prata. Repetia, portanto, a direção dos castelhanos, sendo bem sucedido em combates com os franceses no litoral pernambucano e no Rio de Janeiro.

Independente dos objetivos geopolíticos e estratégicos, a expedição de Jacques estava ligada aos interesses mercantis, conclusão que já pode ser encontrada em Capistrano de Abreu (1976), para quem, tanto a armada de 1516, quanto a posterior de 1526, “representavam armadores privados”.

Pode-se especular a ocorrência de outras iniciativas colonizadoras no mesmo contexto, mesmo que delas não se tenha notícias de resultados concretos ou duradouros. Varnhagem (1956), que dispôs de fontes até então desconhecidas sobre D. João III, refere-se a dois alvarás, datados de 1516, tratando especificamente da colonização. No primeiro, determinava-se ao feitor da Casa da Índia que fornecesse “machados e enxadas, e todas as ferramentas às pessoas que fossem povoar o Brasil” e no segundo, a orientação era que “procurassem e elessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar e que se lhe desse sua ajuda de custo e também o cobre e o ferro, e mais coisas necessárias”.

Mesmo ressaltando-se, mais uma vez, a carência de registros documentais, dispomos de alguns indicativos de uma, embora tímida, intensificação da exploração do Brasil. A análise dos carregamentos conhecidos sugere, de forma progressiva, uma atividade extrativa mais diversificada ou uma incipiente produção agrícola, certamente restrita, se existente, ao entorno das feitorias.

Continuavam precárias as referências à ocupação sistemática como as possíveis pequenas capitanias referidas desde Varnhagem (1956), das quais, a única indicação mais consistente é o alvará, autorizando o “donatário” Pedro Capito a retornar ao reino na armada de 1526, indivíduo considerado por Antônio Baião como capitão de feitoria.

Em torno dessa última armada, também aparecem novas iniciativas diplomáticas e colonizadoras. Sérgio Buarque de Holanda (1982, p. 92) destacava duas propostas privadas de ocupação: a do próprio Jacques e a de João de Melo Câmara, irmão do capitão da ilha de São Miguel, que se propunha a trazer para a América dois mil homens “de muita sustância e pessoas mui abastadas e que podem consigo levar muitas éguas, cavalos e gados, e todas as coisas necessárias para fruticamento da terra”.

Evidente exagero, pois a conquista lusitana continuava não exercendo especial atração e é conhecido o difícil quadro demográfico do reino. Capistrano de Abreu (1976, p. 31) ao concluir que “as armadas guarda-costas eram simples paliativos; só povoando a terra cortar-se-ia o mal pela raiz”, reconhecia a pequena margem de recrutamento dos interessados, quase que restrita à pequena nobreza e às “pessoas práticas da Índia, afeitas a viver largo da conquista”.

Ao longo da década de 1520, a crescente preocupação lusitana com o Brasil também se manifestou através de ações diplomáticas, principalmente em reclamações contra os franceses que chegaram a totalizar pedido de indenização sobre 300 navios, importando em 300 mil cruzados e na repactuação da divisão de áreas de domínio com a Espanha, firmada em Saragoça, em 1529. Portugal, de certa forma, foi favorecido pelo conturbado contexto europeu que colocava os Habsburgo entre as pressões francesa e turca (os conflitos europeus do século XVI foram objetos de estudo na disciplina de História Moderna).

Nesse contexto, já se destacava uma figura ainda pouco valorizada pela historiografia brasileira, mas que parece decisiva para os novos rumos da colonização. D. Antônio de Atayde, primeiro conde de Castanheira, com experiência diplomática que,

nomeado Vedor da Fazenda, teve participação na definição de novas estratégias colonizadoras como a expedição de Martim Afonso de Souza e a posterior distribuição das capitanias hereditárias.

Apesar da defesa da conquista continuar sendo preocupação central, a expedição de 1530 não era um simples empreendimento explorador, estando o capitão revestido de amplos poderes de governo. Estabelecer padrões, demarcando a conquista e estabelecendo povoações, constituir capitães e governadores, prover cargos e conceder sesmarias formavam um conjunto que fazia de Martim Afonso o primeiro delegado da soberania régia na colônia, caracterizando uma colonização sistemática com a presença da autoridade do Estado.

Explorando o litoral a partir de Pernambuco, recuperou a feitoria aos franceses, passou pela Bahia, onde encontrou o Caramuru 9 (provável naufrago que se estabeleceu na Bahia, região de Salvador e serviu de contato para todos os portugueses até aos primeiros governadores-gerais) e, no Rio de Janeiro, chegou a assentar uma pequena fortificação. Deteve-se em São Vicente, fixando a vila pioneira e avançou para o sertão – a borda do campo. O Brasil tinha sido até aí pouco merecedor da atenção da Coroa, mas era cada vez mais dramática a necessidade de garantir o monopólio.

A distribuição das capitanias

A opção era clara por uma ocupação de caráter mais sistemático, mas a colônia seguiria ainda um longo tempo sob a ameaça estrangeira e com uma ocupação dispersa, e com forte predominância das ações privadas. Sob provável inspiração do mesmo conde de Castanheira, entre 1534 e 1536, o Brasil foi dividido em quinze lotes de capitanias hereditárias entregues a direção de doze donatários, representativos de uma pequena nobreza de serviços, em geral já envolvidos com os negócios da expansão.

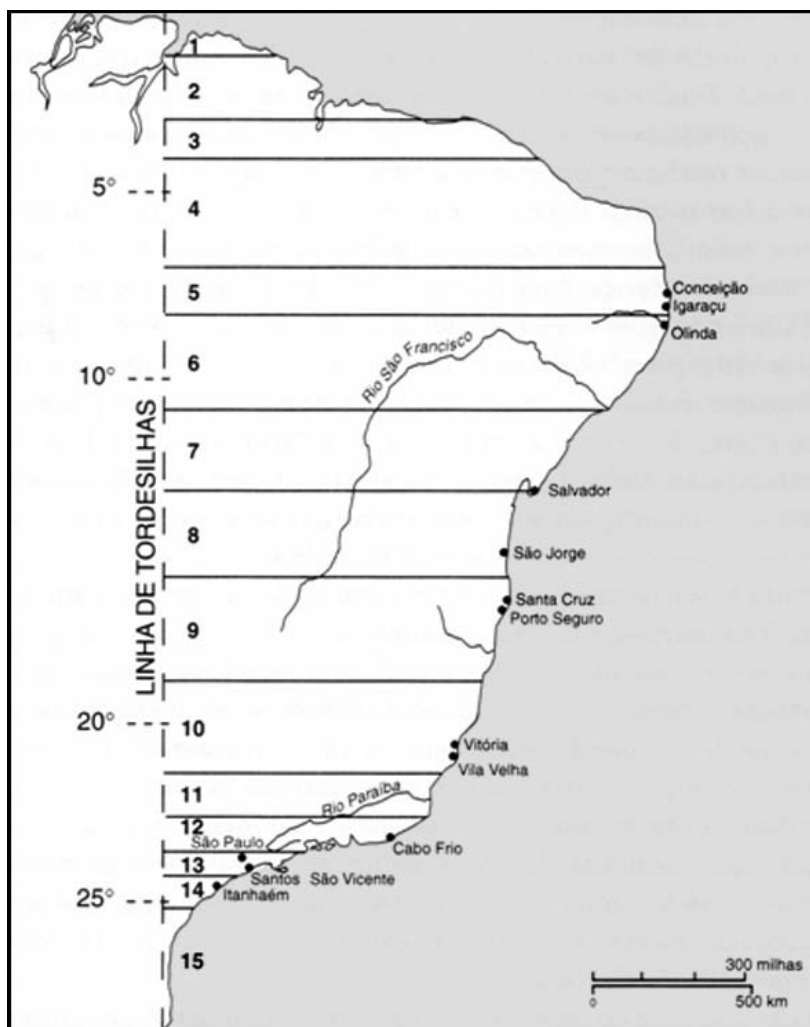


Figura 2.2: Capitanias do Brasil.

Fonte: JOHNSON, H. B. A colonização portuguesa no Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

	Capitanias	Donatários
1	Pará	João de Barros e Aires da Cunha
2	Maranhão	Fernão Álvares de Andrade
3	Piauí	Antonio Cardoso de Barros
4	Pará (2º lote)	João de Barros e Aires da Cunha
5	Itamaracá	Pero Lopes de Souza
6	Pernambuco	Duarte Coelho
7	Bahia	Francisco Pereira Coutinho
8	Ilhéus	Jorge Figueiredo Correia
9	Porto Seguro	Pero do Campo Tourinho
10	Espírito Santo	Vasco Fernandes Coutinho
11	São Tomé	Pero de Góis
12	São Vicente (Rio de Janeiro)	Martim Afonso de Souza
13	Santo Amaro	Pero Lopes de Souza
14	São Vicente	Martim Afonso de Souza
15	Santana	Pero Lopes de Souza

A nova estratégia tentava atacar vários problemas: as ameaças estrangeiras, das quais o próprio rei D. João III dava conta em carta a Martim Afonso de Souza; a crise financeira que se alastrava na Europa; e a impossibilidade de manter uma extensa conquista com os mesmos instrumentos utilizados na África e nas ilhas.

Nessa quadra do século XVI, a exploração agrícola do Brasil já se apresentava como uma alternativa interessante, face ao sucesso da cultura da cana-de-açúcar nas ilhas e, descontadas as possíveis iniciativas de 1516, Martim Afonso havia estabelecido um engenho em São Vicente.

A concessão das capitanias guardava algumas semelhanças como instituições senhoriais, mas não se confunde com nenhuma estrutura feudal, caracterizando-se como concessão do rei, que delegava, mas não abria mão de sua soberania.

Alguns autores distinguem dois aspectos no sistema: a jurisdição, que seria efetivamente hereditária, e o território, integrante do senhorio régio, sob o qual o donatário só exercia a competência de conceder sesmarias, não o incorporando ao seu patrimônio pessoal.

A preocupação com a efetiva ocupação do território faz os Forais tratarem com prioridade o problema das sesmarias:

(...) primeiramente o capitão (...) darão e repartirão as terras delas de sesmarias a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição, contando que sejam cristãos, livremente, sem foro nem direito algum, somente o **Dízimo**, que serão obrigados a pagar a Ordem (...) de tudo que nas ditas terras houver, as quais darão da forma e maneira, que se contém em minhas Ordenações (...) (BONAVIDES, 2002).

No entanto, limitava-se a atuação dos capitães, deixando claro que o exercício do poder concedente era muito mais uma obrigação de governo do que um benefício privado, respeitando-se nos forais a letra das ordenações, vedando a todos que tivessem alguma jurisdição apropriarem-se de terras, assim como eram impostos limites a apropriação pelos próprios donatários e seus herdeiros.

Deve ser destacado que era bastante ampla a jurisdição dos donatários. Coube a eles todo o risco da empresa, razão da verdadeira “falência” de alguns capitães, como os de Porto Seguro e do Espírito Santo.

As capitanias eram regidas pelas Cartas de Doação e pelos forais que especificavam não só a sua demarcação, mas também as competências políticas (fundar vilas, nomear funcionários e distribuir terras), judiciais, com alçada até a morte para as pessoas menos qualificadas socialmente, e fiscais, arrecadando as rendas reais e usufruindo, em alguns casos de algum percentual, além de rendas próprias do donatário.

Ao sistema de capitanias se sobrepôs à criação do Governo-Geral, criado por regimento de 1548, tendo o primeiro governador Tomé de Souza chegado à Bahia, em março do ano seguinte.

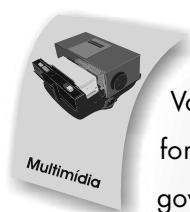
Dízimo

Principal tributo exigido em todo o período colonial.

Era cobrado à base de 10% sobre todas as produções agrícolas.

Originalmente, os dízimos do Brasil pertenciam à Ordem de Cristo, responsável pelo descobrimento da terra, mas com a fusão do Mestrado da Ordem com a figura do rei, D. Manuel I, o dízimo passou na prática a ser uma renda da Coroa. Era arrecadado sob a forma de arrematação por contratadores particulares.

Com o crescimento da produção do açúcar, ganhou regimento específico, em 1577.



Você pode consultar exemplos de Cartas de Doação, forais de capitânias e dos sucessivos regimentos dos governadores-gerais em: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. 9 v. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/tex_Índice.asp>. Acesso em 27 jul. 2009.

1530-1548

Convenções

Instância Administrativa

- Adm. Metrôpole
- Adm. das Capitânias
- Adm. Municipal

Instância Judicial

- Estado do Brasil
- Metrôpole

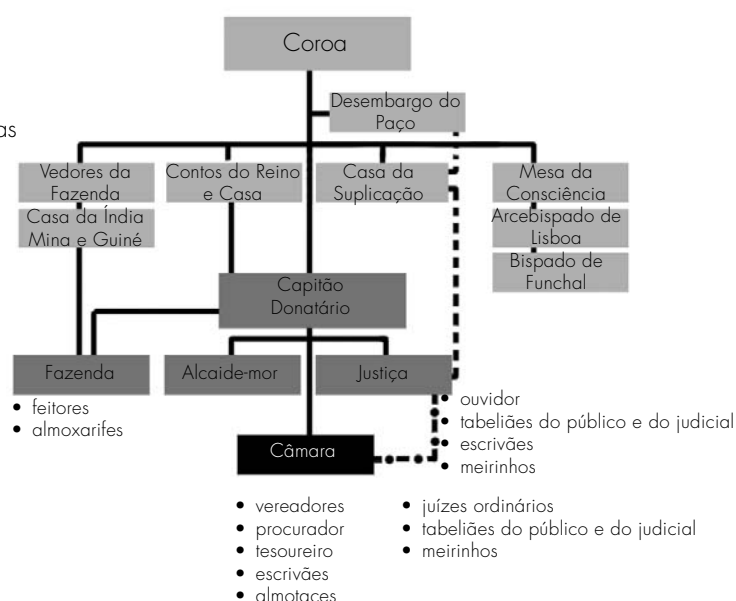


Figura 2.3: Administração até a criação do Governo-Geral.

Durante muito tempo, a historiografia generalizou a explicação de que a criação do Governo-Geral fora uma resposta ao fracasso das capitânias, mas tal explicação deve ser pensada com cautela. Em primeiro lugar, o critério utilizado para determinar sucesso ou fracasso tem sido o desenvolvimento da economia açucareira que é relevante, mas não devemos nos esquecer que ao estabelecer as capitânias, o rei preocupava-se prioritariamente com a manutenção da própria conquista, o que foi plenamente obtido.

As capitânias tiveram desenvolvimento bastante diferenciado, podendo-se estabelecer três situações: a) aquelas que não conheceram qualquer iniciativa colonizadora, como o Maranhão, o Ceará e o Rio

Grande; b) aquelas que foram povoadas que chegaram a iniciar uma economia agrária, baseada na produção de açúcar, mas tiveram seu desenvolvimento travado ou até regredido, em função dos ataques dos nativos ou da insuficiente capacidade financeira dos donatários, caso de Porto Seguro, Espírito Santo e São Tomé; e, finalmente, c) aquelas que conseguiram dar prosperidade à agroindústria açucareira, as sempre citadas Pernambuco e São Vicente.

As capitanias de Pernambuco e São Vicente mantinham vínculos mais estreitos com os circuitos comerciais europeus. O engenho, fundado por Martim Afonso de Souza, foi arrendado a comerciantes europeus e Duarte Coelho, de Pernambuco, esteve na Holanda e contou com a participação de capitais daquele país na montagem do empreendimento agrícola. Principalmente na capitania de Duarte Coelho, houve atração de colonos de várias categorias sociais e foi desde muito cedo introduzida a mão de obra escrava africana.

Os dados apresentados a seguir mostram o desenvolvimento desigual das capitanias e sua relação com a economia do açúcar:

Tabela 2.1: O Brasil no século XVI – indicadores econômicos

Capitanias	Produto bruto – 1593*		Renda <i>per capita</i> – 1593 (população branca)**
Itamaracá	10 600\$000	5%	-
Pernambuco	116 000\$000	56%	9\$600
Bahia	56 000\$000	27%	3\$500
Ilhéus	16 670\$000	3,2%	7\$410
Porto Seguro	1 800\$000	< 1%	3\$000
Espírito Santo	6 000\$000	2,9%	6\$600
Rio de Janeiro	5 000\$000	2,4%	5\$550
São Vicente	5 000\$000	2,4%	2\$770
Paraíba	1 400\$000	< 1 %	-
Média			64750
Total	208 470\$000	100	

Fonte: Tabelas elaboradas por JOHNSON, H. B. A colonização portuguesa no Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 279-280.



Atende ao Objetivo 2

3. O documento apresentado a seguir é uma carta do capitão Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, na qual relata ao rei D. João III vários problemas da colonização e indica algumas alternativas. Leia com atenção e responda às questões, considerando as novas ações que à época (1549) estavam sendo implementadas.

Quero dar conta a V.A. (...) que (...) vim a saber por cartas de meus amigos, em especial por uma de Manuel de Albuquerque, que me disse deu conta por já dá ter passado alguma prática (...) com algumas pessoas que no negócio entendam (...) se oferecem a V.A. de quererem povoar ou ajudar a “povoar as capitanias perdidas de lá debaixo” (...) para o qual pedem a V.A.: que por vinte anos lhe dê o “brasil” de toda a costa (...) que dentro do dito tempo lhe largue e dê todos os dízimos, rendas de todas as terras e costa do Brasil (...) Parecem quererem esses “armadores ou contratadores” (...) gastos e despesas e derramamento de sangue (...) e por cima de tudo V.A. fará o que for servido, posto que de minha livre vontade não concederei em me meterem em tais “armações e companhias” (...) Haja por bem de me dar licença que em cada um ano possa mandar de cá três mil quintais de “brasil” às minhas próprias custas, fora de todos os direitos (...) E outrossim pessoas nobres e poderosas que lá estão no Reino e cá (...) fazer “engonho”, que é coisa real e que muito aumenta e acrescenta o bem da terra (...) E outrossim dizem lá e levantam outro sobeismo que não hão de gosar das liberdades os moradores e povoadores que de cá mandam “açúcares ou algodões” senão os que forem de sua lavra e colheita, isto, Senhor, parece abusar (...) uns fazem engenhos de “açúcar” porque são poderosos para isso (...) conforme ao regimento que tenho posto, outros são mestres de engenhos, outros mestres de açúcares (...) Acerca das coisas do “brasil” projeva a V.A. assim pela desordem como porque o roubar com estas desordens e assim o afirmo do que levo grande paixão e desgosto (TAPAJÓS, 1956, p. 203-208).

Com base na leitura do documento, desenvolva os itens que se seguem:

1. Justifique o interesse manifestado por vários empreendedores na exploração do Brasil.

2. Aponte um conflito que já se delineava na nascente sociedade colonial.

Comentários

1. O açúcar já era um produto rentável no comércio europeu, desde a experiência de sua produção nas ilhas do Atlântico. A consolidação da sua produção na capitania de Pernambuco fora favorecida pelos vínculos com o capital comercial de várias praças da Europa; portanto, a lucratividade crescente do seu comércio atraía capitais na sua produção. O texto relaciona as pessoas mais importantes e poderosas da capitania com a produção de açúcar, também apontada como principal fonte de renda da terra.

2. As dificuldades de povoar o Brasil, inclusive da falta de excedentes em Portugal, exigiu a introdução na colônia de vários tipos de “desclassificados” sociais, como ciganos e degredados, que poderiam “ajudar” a colônia. Além disso, o emprego de força de trabalho escravo criava uma tensão permanente na sociedade colonial.

A designação de um Governador-Geral por D. João III caracterizava, na definição de Faoro (1976) uma “obra de centralização colonial”, concentrando-se a administração “nas zelosas e ciumentas mãos, mãos ávidas de lucros e de pensões, do estamento burocrático”, que “se assanhou”, ainda na expressão do autor, pois “fracassam as capitânicas, mas prosperava a terra; malograva-se o sistema, mas vingava o lucro”. Portanto, mais do que fracasso, a perspectiva do lucro despertava a atenção da Coroa.

Outras explicações também são destacadas. Frédéric Mauro (1980), historiador francês, relaciona o maior cuidado com o Brasil com o início da crise no comércio oriental e Sérgio Buarque de Holanda (1981) valoriza a colonização espanhola nos Andes, principalmente os resultados dos achados minerais.

A criação do Governo-Geral foi acompanhada de três novos ofícios: o ouvidor-geral, o provedor e o capitão da costa. Sem revogar as jurisdições outorgadas aos donatários, a nova estrutura impunha algum grau de controle e intervenção sobre as concessões privadas, como exemplarmente se pode observar no caso da fazenda.

O ouvidor-geral representou a primeira instância de justiça régia exercida por oficial habilitado na colônia. Cabia-lhe receber recursos dos ouvidores que eventualmente funcionassem nas capitânicas, nomeados pelos donatários (não se tem certeza sobre que capitânicas chegaram a ter ouvidores) e dos juizes ordinários com atuação nas câmaras.

Junto com o regimento, destinado a Tomé de Souza, passaram-se os regimentos, destinados ao provedor-mor, com assento junto ao governador na capitania da Bahia e aos provedores de Fazenda, funcionando em cada uma das capitânicas, criando-se dessa forma um ramo especializado da administração até onde é possível fazer tal raciocínio na época. No conjunto, a preocupação com a fazenda foi dominada pelas necessidades sempre crescentes do Estado e sua estrutura, definida em 1548, manteve-se sem alterações relevantes até o século XVIII.

A criação do Governo-Geral interferiu diretamente na administração privada das capitanias. Embora fosse formalmente respeitada a soberania dos donatários, a criação de braços administrativos projetados em cada uma das capitanias gerou, no mínimo, uma fonte de tensão entre as duas esferas de poder, alimentadas a todo momento pela confusão entre ações de apropriação das rendas e de controle, e pela imprecisão da estrutura administrativa.

O raio de ação dos governadores era bastante amplo, típico da administração quinhentista, compreendendo atribuições fiscais propriamente ditas, controle sobre o comércio, fiscalização patrimonial dos meios de defesa, licenciamento das entradas no território, fixação dos preços dos gêneros de abastecimento e organização de feiras.

No caso da Fazenda, a nova hierarquia, instituída em dois níveis – provedor-mor na Bahia e provedores de Fazenda, em cada uma das capitanias –, absorveu poderes antes pertencentes aos donatários, redistribuídos ao embrião de uma burocracia mais ou menos independente, pertencente aos quadros do Estado, lembrando-se da reiterada proibição dos donatários de receberem diretamente a redízima – “de todo o rendimento que à dita Ordem [de Cristo] e a mim de direito pertencer” –, que deveria lhes ser repassada pelos oficiais da fazenda.

A comparação entre o organograma estabelecido após 1534 (**Figura 2.3**) e o consequente da criação do Governo-Geral (**Figura 2.4**) sugerem um controle mais centralizado da administração colonial:

1548-1580

Obs.: 1572 a 1577 – Divisão

em governos-gerais.

Norte – sede em Salvador

Sul – sede no Rio de Janeiro

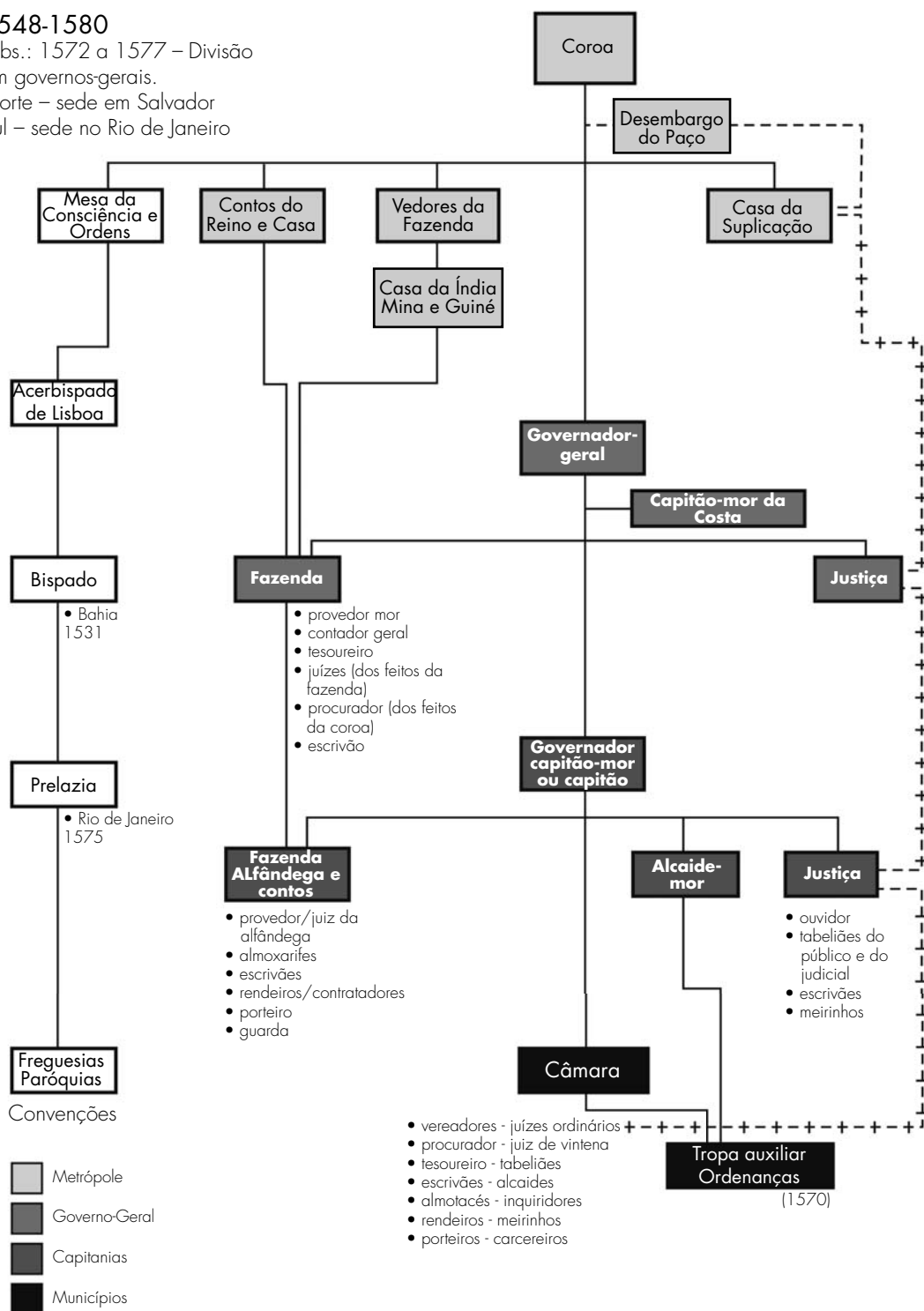


Figura 2.4: Administração após a criação do Governo-Geral.

A estrutura estabelecida a partir de 1549 manteve-se no geral até o final do período colonial. Acréscimos, como a criação dos Tribunais da Relação ou a criação de braços especializados como a Provedoria das Minas, serão objeto de consideração ao longo do curso, ao serem relacionados as suas conjunturas específicas.

A atuação do Governo-Geral até 1580, quando Brasil e Portugal tornaram-se possessões do rei de Espanha, consolidou o domínio da costa, processo claramente relacionado à conjuntura favorável do açúcar, a partir da década de 1570. Datam desse contexto medidas que claramente estão relacionadas ao aprofundamento da colonização. Dentre elas, destacam-se a legislação de proteção aos nativos e o regimento dos dízimos, principal tributo incidente sobre a produção colonial.

Tabela 2.2: O Brasil no século XVI – população e engenhos

Capitanias (vilas principais)	1570		1585	
	População branca*	Engenhos**	População branca*	Engenhos**
Itamaracá (Conceição)	600 (2,9%)	1 (1,7%)	300 (1,0%)	3 (2,5%)
Pernambuco (Olinda, Iguaraçu)	6.000 928,9%)	23 (38,3%)	12.000 (41,0%)	66 955,0%)
Bahia (Salvador, Vila Velha)	6.600 (31,8%)	18 (30,0%)	12.000 (41,0%)	36 (30,0%)
Ilhéus (São Jorge)	1.200 (5,8%)	8 (13,3%)	900 (3,0%)	3 (2,5%)
Porto Seguro (Porto Seguro, Santa Cruz, Santo Amaro)	1.320 (6,4%)	5 (8,3%)	600 (2,0%)	1 (1,0%)
Espírito Santo (Vitória, Vila Velha)	1.200 (5,8%)	1 (1,7%)	900 (3,0%)	5 (4,0)
Rio de Janeiro (São Sebastião)	840 (4,0%)	0	900 (93,0%)	3 (2,5%)
São Vicente (São Vicente, Santos, Santo Amaro, Itanhaém, São Paulo)	3.000 (14,4%)	4 (96,7%)	1.800 (6,0%)	3 (2,5%)
TOTAIS	20.760 (100)	60 (100)	29.400 (100)	120 (100)

*Calculado com base nos dízimos reais da produção.

**Calculado na base de 6 pessoas por família (fogo).

Fonte: Tabelas elaboradas por JOHNSON, H. B. A colonização portuguesa no Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 273.



Atende ao Objetivo 3

4. O texto apresentado a seguir é um extrato do regimento passado ao primeiro governador-geral Tomé de Souza, em 1548. Além de estabelecer as atribuições da nova autoridade, é revelador dos vários objetivos da metrópole que orientavam a colonização.

(...) Tomé de Souza, fidalgo de minha casa, que vendo Eu quanto serviço de Deus, e meu, é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil, e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento de nossa Santa Fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e provar nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes, e por ser informado que a Bahia de todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios que nela entram, como pela bondade, abundância e saúde da terra, e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento, e para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e tudo o mais que for necessário (BONAVIDES, 2002; v. 1, p. 70).

Da leitura do documento, identifique duas motivações para a criação do Governo-Geral.

Comentário

Como vimos ao longo da aula, a colonização apresentava várias motivações. Embora a ocupação das áreas americanas, inclusive o Brasil, tenha sido um desdobramento da expansão europeia, o processo de colonização não deve ser reduzido apenas a motivações econômicas. O texto destaca, por exemplo, a preocupação com a defesa, mandando fazer fortaleza e povoação, pois a manutenção da conquista reforçava o poder dos novos Estados modernos. O ideal de difusão da religião católica também não deve ser desprezado, pois era parte importante dos quadros mentais da época, o “exaltamento de nossa Santa Fé”.

O Estado colonial: discussão historiográfica e características gerais

O estudo do Estado e da administração nas colônias não pode ser desvinculado do processo de formação do Estado moderno, particularmente, a chamada primeira modernidade, compreendida nos séculos XV e XVI. O período caracteriza-se pela não separação entre “Estado” e “sociedade civil” e pelo “caráter globalizante dos mecanismos de poder”.

O poder político estava representado como uma “articulação” de múltiplos círculos autônomos de poder desde as famílias, passando por cidades, corporações, senhorios, até o Império representativo da progressiva afirmação do Estado, sob uma sociedade ainda predominantemente comunitária que preservava a concepção escolástica da sociedade como um grande corpo, baseado no funcionamento harmônico de seus corpos componentes, cada um deles dotado de uma autonomia limitada no funcionamento do todo. As partes do corpo eram representadas pelos diferentes estados ou ordens que compunham a sociedade e o príncipe era a sua cabeça.

No mundo colonial, a distribuição do poder através do sistema administrativo expressou uma relação de complementaridade entre a estrutura do sistema de poder e o aparelho de efetivação social, daí derivando algumas dificuldades operacionais, tais como: a multiplicidade de instâncias; a pluralidade de órgãos, cuidando dos mesmos assuntos; e o perfil eminentemente patrimonial do funcionário colonial.

Impõe-se mapear e discutir a historiografia sobre o Estado moderno, nos quadros do antigo regime, definir o conceito e a dinâmica do Estado colonial, ainda carente de estudos sobre o seu efetivo funcionamento, procedimento aqui entendido como um recurso analítico, não implicando prévio comprometimento com nenhuma delas, embora delas sejam utilizadas conclusões totais ou parciais.

Na historiografia brasileira, tanto nas sínteses gerais (Varnhagem, Pedro Calmon etc.), quanto nos trabalhos específicos de história administrativa (Max Fleiuss, Rodolfo Garcia e Marcos Carneiro de Mendonça) não avançaram além da apresentação formal, institucional do Estado e do inventário da sua ação normativa.

A produção das últimas décadas, desde os brazilianistas pioneiros como Stuart Schwartz, Dauril Alden e Russel-Wood até os trabalhos mais recentes de Laura de Mello e Souza (2006), Arno e Maria José Wehling (1999) que produziram síntese de grande circulação sobre o período, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho (2001), organizadoras junto com João Fragoso de importante coletânea de estudos sobre a colonização, inovaram o estudo das relações de poder, examinando a estrutura institucional e a ação do Estado, buscando apreender o processo de elaboração das normas e sua aplicação efetiva no mundo colonial.

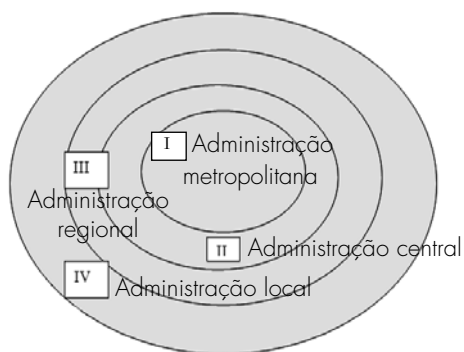
Apesar da aparente estabilidade institucional da administração, seu funcionamento foi marcado pela permanente tensão entre uma força centrípeta, tendendo para o centro, cuja representação maior é o próprio rei, e forças centrífugas, que resistem no entorno, representadas pelas redes sociais, poderes locais e grupos de interesses específicos.

A realidade colonial apresentava como dificuldades principais ao funcionamento Estado: a escassez de recursos, o “tempo administrativo” (distância, lentidão etc.) e as normas “profusas e confusas”.

Conhecida a distância metrópole/colônia e instituído/praticado, a composição dos quadros do Estado sofreu com a dificuldade de recrutar seus efetivos dentro dos parâmetros estamentais (limpeza de sangue, isto é, a origem étnica e familiar) e com a venalidade de alguns ofícios. Dessa forma, a administração foi em grande parte monopolizada pelas redes de poder, tecidas ao longo do próprio processo de colonização.

Para concluir, devemos alertar que a compreensão apresentada não se preocupa em optar pela prevalência de um determinado polo de força, seja a prevalência das ações das elites coloniais, relativizando o papel da intervenção metropolitana, seja valorizando-a, pois a sua fragilidade ou omissão negaria o próprio sistema colonial. Basta-nos reconhecer o caráter dialético e a variabilidade no tempo das relações da metrópole com os colonos.

A administração colonial pode ser representada em quatro esferas ou círculos, que de certa forma reproduzem as suas características estruturais.



De forma resumida, a administração metropolitana está representada pelo rei e toda a estrutura do Estado português, destacando-se a partir de 1642, o Conselho Ultramarino, que passou a centralizar quase todos os assuntos coloniais.

Na administração central, está o Governo-Geral, desdobrado em várias ocasiões, como por exemplo, nos períodos em que o Rio de Janeiro e o sul do Brasil são desvinculados do governo da Bahia. A partir de 1627, o Estado do Brasil foi desdobrado no Estado do Maranhão, com jurisdição sobre todo o norte. A administração central representa a hierarquia mais alta da administração colonial, como o Tribunal da Relação, justiça de segunda instância, criado na Bahia, em 1609.

A administração regional, representada pela administração das capitanias, é a que apresenta maior diversidade. Capitanias reais, como o Rio de Janeiro, com mais oficiais designados diretamente pelo rei. Nas capitanias privadas, durante mais ou menos tempo, a administração esteve subordinada aos seus respectivos donatários, como em Pernambuco até a invasão dos holandeses.

A administração local estava simbolizada nas câmaras, instituição que o historiador Charles Boxer (1981) considerou como traço mais comum entre todas as possessões portuguesas. Responsável pelo governo das vilas e cidades, seus respectivos termos e seus oficiais eram os próprios colonos. Foram espaço privilegiado de interface entre a metrópole e a colônia, na qual as ações do Estado metropolitano e os interesses dos colonos não são forças necessariamente contrárias, mas interagindo no processo em torno do que lhes era comum: os resultados positivos da exploração colonial.

Podemos concluir que apesar dos múltiplos estatutos coloniais conhecidos no império português, todos eles cumpriram, mais ou menos, os objetivos da colonização moderna, isto é, garantir a exploração das colônias a partir dos objetivos da expansão comercial.

O funcionamento da administração não pode ser conhecido pela aplicação mecânica das normas, mas através da sua dinâmica concreta, que interage, por vezes de forma tensa, com a realidade da sociedade colonial.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

O texto a seguir expressa uma posição contemporânea da historiografia sobre a administração colonial. Ao ler o texto, busque aplicar a perspectiva adotada na aula.

A expansão ultramarina resultou na progressiva conquista de territórios, concorrendo para que a Coroa passasse a atribuir ofícios e cargos civis, militares e eclesiásticos aos indivíduos encarregados do governo nessas novas áreas. Passava também a Coroa a conceder privilégios comerciais a indivíduos e grupos associados ao processo de expansão em curso. Tais concessões acabaram por se constituir no desdobramento de uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, dinamizando ainda mais a progressiva ampliação dos interesses metropolitanos, ao mesmo tempo que estabelecia vínculos estratégicos com os vassalos do ultramar. Materializava-se, assim, uma dada noção de pacto e de soberania, caracterizada por valores e práticas tipicamente de Antigo Regime, (...) Neste mesmo movimento, a formação política do Império baseou-se na transferência de uma série de mecanismos jurídicos e administrativos (...) (para o) complexo ultramarino uma expansão (GOUVÊA, 2001, p. 288).

Com base no texto, explique uma característica da administração colonial portuguesa.

Comentário

Como vimos, as peculiaridades das áreas coloniais impediram uma transplantação mecânica de instituições e práticas políticas da metrópole. O texto aponta várias características, como a adaptação a novas realidades de vários mecanismos do Estado português; a forte indistinção entre público e privado e a formação de redes de poder na colônia que se não monopolizavam a administração, interferiam no seu funcionamento. Como destaca autora, a efetivação da colonização exigia o envolvimento dos próprios colonos, o que acaba por reforçar o poder das redes sociais estabelecidas na colônia.

RESUMO

As conquistas portuguesas conheceram diferentes formas de governação. O Brasil só conheceu um poder político-administrativo formal, após a designação de Martim Afonso de Souza.

Ao longo do século XVI, a administração colonial conheceu dois modelos: as capitanias e o Governo-Geral, cuja criação não eliminou as capitanias, mas estabeleceu progressivamente maior controle sobre a grande parte delas.

A administração colonial replicava as características do Estado moderno, com poder concentrado, sem definição clara dos níveis hierárquicos e ampla participação dos próprios colonos, dentro da lógica de uma sociedade estamental.

Informação sobre a próxima aula

Como já compreendermos a estrutura e a dinâmica das estruturas político-administrativas da colonização, na próxima aula serão estudados os fundamentos da economia colonial, sua inserção na colonização moderna e as estruturas de produção na colônia.

Aula 3

Sistema colonial e formação do capitalismo: uma polêmica

Paulo Cavalcante

Meta da aula

Apresentar as correlações entre a concepção de sistema colonial e o seu papel na formação do capitalismo, assim como a polêmica historiográfica delas derivadas.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. estabelecer a correlação entre o nome Brasil e o sentido comercial da colonização moderna;
2. reconhecer a polêmica historiográfica sobre a relação entre sistema colonial e capitalismo.

INTRODUÇÃO

Brasil. Você já se perguntou sobre o nome do nosso país? Claro que sim. E sabe a resposta. Todos nós brasileiros sabemos que vem do nome de uma árvore: o pau-brasil. Bem que tentaram outros nomes – Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz –, que não vingaram. Você notou que esses nomes fracassados têm cunho religioso? Pois é, não vingaram. Alguém poderia dizer: “Ah, vingou o nome da árvore, de cunho ecológico...” Será? Creio que não. Não se trata do nome da árvore, trata-se do nome da mercadoria. A extração e o comércio do pau-brasil atenderam a um mercado que o desejava por suas propriedades corantes. Portanto, vingou o nome de cunho econômico sem o “pau”, sem a “árvore”, enfim. E, naquela época, chamava-se de “brasileiro” o comerciante do pau-brasil. Quem ousaria imaginar que nós, os brasileiros, somos, na origem, os próprios comerciantes do Brasil...

Interessante, não é mesmo? Isso dá o que pensar. Primeiro, vamos à crítica. Essa frase instigante não deixa de conter um erro. Qual? Você já sabe. Não havia Brasil, isto é, o Estado nacional brasileiro, o seu povo, o território etc. Por consequência, as mesmas palavras se referem a conteúdos diferentes. No entanto, e em segundo lugar, esses nomes não vieram do nada, e o fato de terem surgido para denominar a mercadoria e o seu respectivo negociante deve nos servir para alguma reflexão.

Ora, se falamos em mercadoria e em negociante, de fato, falamos de uma atividade econômica: o comércio. Por isso estudamos a expansão comercial europeia nos séculos XV e XVI. Essa expansão é “ultramarina”, não há dúvida, mas é sobretudo comercial. Veja bem, a expansão não é só comercial, mas o comércio é um dos seus motores e o seu principal financiador.

Como afirma o notável historiador português Vitorino Magalhães Godinho, criticando “o tom simplista do nacionalismo e todo o orgulho etnocêntrico de povo que leva pela primeira vez aos outros povos

a Civilização”, características muito comuns a certa historiografia portuguesa e europeia sobre a expansão ultramarina:

O grande papel da Expansão quatrocentista e quinhentista foi o de ter levado à formação do capitalismo moderno de base mercantil e, portanto, é na análise dos aspectos econômicos dos Descobrimentos, Conquistas e Colonização que vamos [os portugueses] encontrar as razões mais sólidas de orgulho. Mas, independentemente de quaisquer preocupações desta ordem, há que ter em conta que, de fato, a Expansão dever ser considerada como um processo global e não como narrativa de acontecimentos. Por conseguinte, trata-se de análise dinâmica de estruturas, quer no plano econômico quer no social ou ainda nas formas de sentir e de pensar e de toda a utensilagem mental (GODINHO, 1978, p. 175-178).

De fato, para além de sublinhar as características econômicas, globais e estruturais da expansão ultramarina, Godinho a situa desempenhando um importante papel no processo de formação do capitalismo. E, aqui, encontramos o nó górdio que tem desafiado os historiadores no momento de caracterizar tanto a expansão como o processo de colonização da época moderna. Em poucas palavras: deve-se ou não interpretar essa época (séculos XV a XVIII) à luz dos processos que engendraram a Revolução Industrial inglesa e o capitalismo?

Os críticos de posições como a de Godinho, isto é, que vinculam a interpretação da época moderna à formação do capitalismo, afirmam que, procedendo desse modo, o historiador incorre em teleologia. Segundo o *Dicionário Houaiss*, teleologia (*teleo* vem do grego e quer dizer "fim, termo, último") é

qualquer doutrina que identifica a presença de metas, fins ou objetivos últimos guiando a natureza e a humanidade, considerando a finalidade como o princípio explicativo fundamental na organização e nas transformações de todos os seres da realidade.

Portanto, o historiador estaria organizando os fatos do passado para interpretá-los à luz do capitalismo, este entendido enquanto “o fim” (*télos*), o ponto de chegada visível da trajetória histórica do Ocidente. E, dizem os críticos, ao longo de tantos séculos muita coisa podia acontecer que não levasse necessariamente ao capitalismo.

Por outro lado, os adeptos da posição expressada por Godinho e por nós tomada como exemplo geral julgam que o capitalismo é histórico, isto é, não só se formou ao longo do tempo como constituiu-se em sistema econômico diferenciado em relação a qualquer outra época histórica. Dessa maneira, é preciso compreender a sua formação e, assim o fazendo, de modo algum incorrem em teleologia, na medida em que toda questão posta por um historiador é formulada em determinado tempo presente que a julga relevante. Aliás, pode-se argumentar também: o que mudou no “tempo presente” que suscitou a mudança de ponto de vista e a interpretação do passado? Foi uma mudança derivada apenas do aperfeiçoamento científico da história ou há outros interesses “trabalhando” em seu interior?

Questões em aberto, mas, justiça seja feita, a tendência historiográfica que relativiza – ou mesmo exclui – a indagação sobre a formação do capitalismo na expansão ultramarina e na colonização da época moderna vem crescendo entre nós.

O Brasil e o brasileiro, a mercadoria e o seu comerciante, lembra-se? Pois bem, foi necessário percorrer esse “arco reflexivo” para contextualizar a provocação e demarcar os fundamentos que a sustentam. Do que falamos? Do fato de o Brasil ter se constituído ao longo de um processo de colonização cuja característica principal foi a exploração de cunho econômico. O aspecto econômico do processo foi se adensando ao longo do tempo. Estava lá no início sim, dialogando com aquela sociedade tradicional vinda da Idade Média, rigidamente hierarquizada, dividida em três ordens (*oratores*, *bellatores* e *laboratores*, ou seja, “os que oram”, “os que lutam” e “os que trabalham”) e de economia agrícola-pastoril. Estava no

início e dava o tom da mudança, mudança através da qual a velha sociedade persiste e à qual resiste, interferindo, matizando-se, transformando-se no fim de contas. Jogo complexo, contraditório, que nunca se encerra (GODINHO, 1991, p. 57-60).

Bela representação desse jogo complexo e contraditório é a iluminura (ornato ou ilustração de um texto) dessa página do *Livro de Horas*, dito “de D. Manuel” (de 1517 a cerca de 1530). Trata-se da *Adoração dos Reis Magos*. Imagem cristã, não haveria de ser diferente. No entanto, note a moldura... Dinheiro! Muitas moedas da época, de prata e de ouro, e pedras preciosas fazendo a guarda, enquadrando a cena religiosa. Tudo isso em um livro destinado a devotas leituras litúrgicas em diferentes momentos (horas) do dia. O que elas fazem ali? Que sonhos mobilizam?



Figura 3.1: A economia monetária. A Adoração dos Reis Magos. *Livro de Horas*, dito, “de D. Manuel”, f. 87v – De 1517 a cerca de 1530 (Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa). Na cercadura, a riqueza representada pela moeda e pelas pedras preciosas. Reconhecem-se: na coluna da esquerda, na primeira linha, o excelente de Granada (reverso); na segunda, o duplo excelente cunhado em Sevilha, moedas de ouro dos Reis Católicos; na terceira, os meios-vinténs de prata de D. Manuel; na quarta, o cruzado de ouro de D. Afonso V; na quinta, a moeda de prata é o real de prata de D. João II ou D. João III, cunhado em Lisboa; no canto inferior esquerdo temos, em prata, o tostão de D. Manuel; a meio-rodapé, portugueses de ouro de D. João III; no canto inferior da direita, primeiro, em prata, o meio-tostão de D. Manuel, e um pouco acima, em ouro, talvez o espadim de D. Afonso V; mais acima, meio tapado pelo quadro de fundo, de novo o vintém ou real de D. João II ou III; nesta mesma coluna da direita, na terceira linha a contar do topo, uma moeda de ouro de D. Fernando de Aragão (posterior à morte da rainha Isabel, a Católica).

Fonte: Godinho (1991).

Brasil. Lembra-se de que os nomes de cunho religioso para as terras descobertas na América do Sul não vingaram? Pois é, no quadro da sociedade – e podemos tomar a iluminura do *Livro de Horas* como referência –, o centro, ou mesmo o “coração”, é religioso, mas nem por isso a moeda deixa de ser apresentada inteira, numerosa e, junto com as pedras preciosas, circundando quase tudo. Note que apenas o topo do arco do “céu” da iluminura não possui moedas. Quem sabe não se trata de uma “saída” espiritual para a materialidade econômica dessa moeda que circula e ativa as trocas mercantis, que tudo compra e todos querem entesourar?

Brasil. Ao longo do processo de colonização, o nome que prevaleceu foi o da mercadoria. O “centro” religioso da “Vera Cruz” e da “Santa Cruz” foi deslocado, e a mudança social e econômica deixou sua marca profana em nosso próprio nome.



Quer saber mais sobre isso? Leia *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza (2009), e, da mesma autora, o texto "O nome do Brasil", disponível em:



Fonte: <http://www.fflch.usp.br/dh/pos/hs/images/stories/docentes/LauraSouza/Nossahistdef.pdf>



Atende ao Objetivo 1

1. Leia com atenção o segundo capítulo do livro *História do Brasil*, do frei Vicente do Salvador. O autor nasceu na Bahia por volta de 1564 e foi batizado como Vicente Rodrigues Palha. Formou-se em Teologia e Cânones pela Universidade de Coimbra, retornando à América, ainda nos Quinhentos, em fins dos anos oitenta. Foi cônego, vigário-geral e governador do bispado, mas só em 1597 vestiu o hábito de São Francisco. Sua *História do Brasil*, segundo o historiador Capistrano de Abreu, “é um dos maiores livros de nossa literatura colonial”.

Capítulo Segundo

Do nome do Brasil

O dia que o capitão mor Pedro Álvares Cabral levantou a Cruz, que no capítulo atrás dissemos, era a três de maio, quando se celebra a Invenção da Santa Cruz, em que cristo nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra, que havia descoberta de santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o Demônio com o sinal da Cruz perdeu todo o Domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado, de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada, e ficou tão firme e bem fundada como sabemos. E por ventura por isto, ainda que ao nome de Brasil ajuntaram o de estado e lhe chamam estado do Brasil, ficou ele tão pouco estável que, com não haver hoje cem anos, quando isto escrevo, que se começou a povoar, já se hão despovoados alguns lugares e, sendo a terra tão grande e fértil como ao diante veremos, nem por isso vai em aumento, antes em diminuição.

Disto dão alguns a culpa aos Reis de Portugal, outros aos povoadores: aos Reis pelo pouco caso que hão feito deste tão grande estado, que nem o título quiseram dele, pois, intitulado-se senhores de Guiné, por uma caravelinha que lá vai e vem, como disse o Rei do Congo, do Brasil não se quiseram intitular; nem depois da morte d'El Rei d. João Terceiro, que o mandou povoar e soube estimá-lo, houve outro que dele curasse, senão para colher suas rendas e direitos. E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados, que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal, e se as fazendas e bens que possuem souberam [soubessem] falar, também lhes houveram [haveriam] de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem, e a deixarem destruída.

Donde nasce também que nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Não notei eu isto tanto quanto o vi notar a um Bispo de Tucuman da Ordem de São Domingos, que por algumas destas terras passou para a corte. Era grande canonista, homem de bom entendimento e prudência, e assim ia muito rico. Notava as cousas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos ou um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as ditas cousas e outras mais a casas particulares lhas mandavam. Então disse o Bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as cousas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa.

E assim é que, estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem, quanto tem) providas de todo o necessário, porque tem escravos, pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e de azeite que comprem por junto, nas vilas muitas vezes se não acha isto de [à] venda. Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras cousas públicas é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros nenhum as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar dos rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o Reino.

Estas são as razões porque alguns como muitos dizem que não permanece o Brasil nem vai em crescimento; e a estas se pode ajuntar a que atrás tocamos de lhe haverem chamado Estado do Brasil, tirando-lhe o de Santa Cruz, com que pudera ser Estado e ter Estabilidade e firmeza.

(Transcrição feita a partir das edições de Capistrano de Abreu (1918, p. 15-17) e de Maria Leda Oliveira (2008, f. 4, v. 5)).

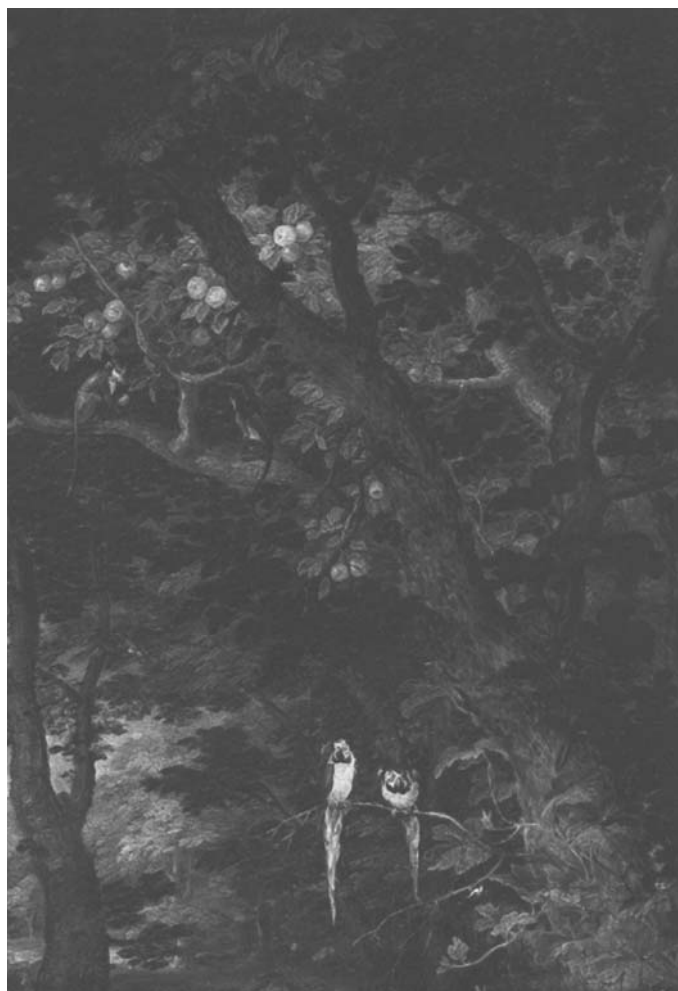


Figura 3.2: *O Paraíso*, de Jan Brueghel, o Jovem, c. 1650. A abundância e variedade da vegetação e dos animais contribuiu para que se associasse a América ao Paraíso Terrestre. O papagaio foi especialmente identificado com o Brasil, que chegou a ser denominado "Terra dos Papagaios".

Fonte: http://www.wga.hu/frames-e.html?/html/b/bruegel/jan_e/1/earthly.html

Com base no texto, responda:

a. Para o autor, quem foi o responsável pela mudança de nome da terra descoberta pelos portugueses?

b. Você notou que frei Vicente afirma que, apesar de se ter adicionado a palavra “Estado” ao Brasil, ficando “Estado do Brasil”, de fato a terra não era estável. Note que aqui há um jogo que foi retomado no final do texto: o Estado não era estável. E mais, apesar de grande e fértil, não crescia; pelo contrário, diminuía. Para usar a palavra do autor – de cunho religioso –, de quem é a “culpa”?

c. Qual é o traço comum de responsabilidade entre reis e povoadores na “diminuição” da terra?

d. De que natureza é esse traço, religiosa ou econômica? Justifique.

e. Retire do texto a passagem em que frei Vicente expõe com toda clareza a exploração da terra.

f. Explique o significado da seguinte passagem: “verdadeiramente que nesta terra andam as cousas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa”.

g. Qual é a última razão arrolada pelo autor para o fato de o Brasil não crescer?

Respostas Comentadas

a. O demônio.

b. A “culpa” é dos reis de Portugal e dos povoadores.

c. Os reis portugueses e os povoadores querem levar tudo para Portugal. Os reis, as rendas e direitos cobrados (“colhidos”); os povoadores, seus recursos (fazendas) e bens. E tanto é assim que, se todos esses recursos e bens pudessem falar, reis e povoadores lhes ensinariam do mesmo modo que aos papagaios: “papagaio real para Portugal”.

d. A natureza desse traço comum é econômica. Trata-se de tudo aquilo que foi extraído da terra ou nela produzido para ser remetido a Portugal como mercadoria que dá lucro, além, é claro, dos impostos, taxas, direitos etc. cobrados por força do costume e da lei.

e. A passagem é: “E isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem, e a deixarem destruída.”

f. O autor deixa claro que, no universo colonial, os níveis (esferas) do público (república) e do privado (casa), para além de estarem irremediavelmente ligados, de fato apresentam-se invertidos (“as cousas trocadas”). Enquanto, de um lado, a ligação inextricável entre o público e o privado é uma característica marcante da Época Moderna, de outro, a inversão, isto é, o fato de a terra não ser república em sua totalidade, mas sim cada casa isoladamente, é a maneira peculiar de integração nos quadros da civilização ocidental. Como afirma o historiador Fernando Novais,

no primeiro aspecto (isto é, a imbricação das esferas), revela-se o que a Colônia tinha de comum com o mundo metropolitano; no segundo (isto é, sua inversão), talvez resida a sua peculiaridade, pois o referencial de nosso frade, que provocava sua estranheza, era, naturalmente, o mundo europeu (NOVAIS, 1997, p. 14-15).

g. Deve-se à mudança de nome para “Estado do Brasil”, porque se tivesse prevalecido o de “Santa Cruz”, a terra teria se tornado realmente um Estado estável e sólido.

Sistema colonial e formação do capitalismo

A reflexão sobre o nome Brasil expressa a tentativa de pensarmos a nossa história como um todo e de buscar os seus sentidos. Pensá-la como uma totalidade exige pelo menos duas coisas. A primeira é definir o ponto de chegada, isto é, existe uma coisa que se chama Brasil. A segunda é discernir a trajetória que conduziu à coisa existente. Note bem que essa “condução” é um processo, um movimento de fazer-desfazer-refazer.

Se estivermos de acordo com o fato de o Brasil existir, como creio que estamos, resta-nos identificar um momento para o início dessa trajetória, ou melhor, desse conjunto de processos articulados, e um momento para o fim. Bem, o “descobrimento” de 1500 se dá no bojo da expansão comercial e marítima dos séculos XV e XVI, e a independência de 1822, como desdobramento da crise do Antigo Regime (Revolução Industrial e Revolução Francesa) e da crise do sistema colonial do Antigo Regime (independência das 13 colônias inglesas e independência das colônias ibéricas).

Ao lançarmos esse olhar de grande curso, de imediato identificamos a totalidade maior, a saber, “o sistema econômico-social que prevalece nas relações de dependência e subordinação entre

as nações hegemônicas europeias entre si e as suas colônias – no Oriente, ilhas, África e Américas –, bem como das colônias entre si...” (LAPA, 1991, p. 5).

Essa maneira de ver a trajetória dos três primeiros séculos da história do Brasil envolve dois autores fundamentais: Caio Prado Júnior (1942) e Fernando Antonio Novais (1983). Envolve também os seus críticos, representados nesta aula por João Fragoso (1998).

As ideias dos formuladores e do crítico serão aqui apresentadas por excertos de seus próprios textos.

A tese clássica

Primeiro autor: Caio Prado Júnior

Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestre e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo; seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja lá qual for a designação apropriada no caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte.

(...)

Isto nos leva, infelizmente, para um passado relativamente longínquo e que não interessa diretamente ao nosso assunto. Não podemos contudo dispensá-lo, e precisamos reconstituir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita; paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro.

(...) A idéia de povoar não ocorre a nenhum [povo da Europa]. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A idéia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. Aliás, nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no século XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolaram o continente nos dois séculos precedentes.

(...) No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

É certo que a colonização da maior parte, pelo menos, destes territórios tropicais, inclusive o Brasil, lançada e prosseguida em tal base, acabou realizando alguma coisa mais que um simples “contato fortuito” dos europeus com o meio, na feliz expressão de Gilberto Freyre, a que a destinava o objetivo inicial dela; e que em outros lugares semelhantes a colonização européia não conseguiu ultrapassar: assim na generalidade das colônias tropicais da África, da Ásia e da Oceania; nas Guianas e algumas Antilhas, aqui na América. Entre nós foi-se além no sentido de construir nos trópicos uma “sociedade com característicos nacionais e qualidades de permanência” (FREYRE, 1933, p. 16), e não se ficou apenas nesta simples empresa de colonos brancos distantes e sobranceiros.

Mas um tal caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.

Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O “sentido” da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista, é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar (PRADO JUNIOR, 1942, *passim*).

Segundo autor: Fernando Novais

Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, parte de um todo, interagem reversivamente neste complexo a que se poderia chamar, mantendo um termo da tradição, *Antigo Regime*. São no conjunto processos correlatos e interdependentes, produtos todos das tensões sociais geradas na desintegração do feudalismo em curso, para a constituição do modo de produção capitalista. Nesta fase intermediária, em que a expansão das relações mercantis promovia a superação da economia dominial e a transição do regime servil para o assalariado, o capital comercial comandou as transformações econômicas mas a burguesia mercantil encontrava obstáculos de toda ordem para manter o ritmo de expansão das atividades e a ascensão social; daí, no plano econômico, a necessidade de apoios externos — as economias coloniais — para *fomentar a acumulação*, e no nível político

a centralização do poder para unificar o mercado nacional e mobilizar recursos para o desenvolvimento. Neste sentido, o Antigo Regime Político — essa estranha e aparente projeção do poder para fora da sociedade — representou a fórmula de a burguesia mercantil assegurar-se das condições para garantir sua própria ascensão e criar o quadro institucional do desenvolvimento do capitalismo comercial. Tratava-se, em última instância, de subordinar todos ao rei, e orientar a política da realza no sentido do progresso burguês, até que, a partir da Revolução Francesa e pelo século XIX afora, a burguesia pudesse tornar-se, como diria Charles Morazé, “conquistadora”, e modelar a sociedade à sua imagem, de acordo com os seus interesses e segundo os seus valores. (...) Em meio às contradições em que se desenvolve a expansão capitalista e ascensão burguesa, perpassa aquele mecanismo de fundo, subjacente a todo processo.

(...)

Fixemos, portanto o mais nitidamente possível, o mecanismo básico do regime comercial, eixo do sistema da colonização da época mercantilista. O “exclusivo” metropolitano do comércio colonial consiste em suma na reserva do mercado das colônias para a metrópole. Este o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais, ancilares. Efetivamente, detendo a exclusividade da compra dos produtos coloniais, os mercadores da mãe-pátria podiam deprimir na colônia seus preços até ao nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo, isto é, tendencialmente ao nível dos custos da produção; a revenda na metrópole, onde dispunham da exclusividade da oferta, garantia-lhes sobrelucros por dois lados — na compra e na venda. Promovia-se, assim, de um lado, uma transferência de renda real da colônia para a metrópole, bem como a concentração

desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino. Reversivamente, detentores da exclusividade da oferta dos produtos europeus nos mercados coloniais, os mercadores metropolitanos, adquirindo-os a preço de mercado na Europa, podiam revendê-los nas colônias no mais alto preço acima do qual o consumo se tornaria impraticável; repetia-se pois aqui o mesmo mecanismo de incentivo da acumulação primitiva de capital pelos empresários da mãe-pátria. Para compreendermos em todas as suas dimensões esse processo de acumulação originária, precisamos ainda de elementos que serão analisados adiante, no seu devido lugar; adiantamos porém, desde já, que a estrutura socioeconômica que se organiza nas colônias, a produção escravista e a decorrente concentração da renda nas camadas dominantes, que possibilitam o funcionamento do sistema.

Particularizemos ainda o mecanismo cuja essência definimos acima. O exclusivo metropolitano, bem como a subordinação da colônia, pode ter várias gradações, complicando-se o esquema de diversas maneiras. De fato, o "exclusivo" da transação ultramarina, no seu limite, pode pertencer a um empresário único; é o caso, por exemplo, dos monopólios régios, os "estancos", ou a situação da coroa portuguesa na primeira fase do comércio oriental. Neste caso, o empresário único detém a exclusividade da compra dos produtos externos, isto é, da procura desses produtos no mercado externo (trata-se aí, em termos técnicos, de um "monopsônio"); detém, também, naturalmente, a exclusividade da oferta dos produtos no mercado da economia central ("monopólio", tecnicamente falando). O mais comum é a exclusividade do comércio colonial pertencer à classe empresária mercantil da metrópole. Neste caso, trata-se do privilégio de um grupo de empresários, os mercadores da metrópole. Na colônia, esse grupo detém então a exclusividade da compra dos produtos coloniais (isto é, "oligopsônio"), bem como da venda dos produtos europeus no

mercado colonial (quer dizer, “oligopólio”): a situação típica do sistema colonial, se quiséssemos classificá-la tecnicamente, seria pois a do “oligopsônio-oligopólio” ou “oligopólio bilateral”. Intermediariamente, entre o agente único e o “exclusivo” simples, isto é, de toda a classe dos mercadores metropolitanos, pode a “exclusividade” ficar restrita a um determinado grupo de empresários metropolitanos, como no caso do sistema espanhol de porto único, que privilegiava os mercadores ligados ao comércio sevilhano. As companhias de comércio colonial situam-se também nesta posição intermediária: na realidade, privilegiavam uma fração dos mercadores metropolitanos. Nos mercados metropolitanos, por sua vez, a situação podia variar: se o grupo ligado ao comércio ultramarino vendia os produtos coloniais em condições de monopólio ou oligopólio, a preços naturalmente altos, promovia-se uma transferência de renda da população global da mãe-pátria para os empresários ligados ao comércio colonial; se revendiam os produtos noutra nação nas mesmas condições, a transferência se fazia de fora das fronteiras nacionais para dentro, concentrando-se sempre na mesma camada empresária privilegiada; se, porém, têm de fazê-lo em condições de concorrência com outras nações, esse canal de acumulação declina ou pode transferir-se para outras nações. Igualmente, a compra dos produtos europeus para aprovisionamento da colônia se podia fazer em condições mais ou menos favoráveis; é para notar-se, porém, que se os produtos de abastecimento da colônia eram adquiridos fora da metrópole, ou em outros termos, quando a metrópole não produz o abastecimento das colônias, este canal de acumulação naturalmente tende a se bloquear.

Algumas objeções, entretanto, se podem fazer a esta linha de interpretação. Elas se ligam a mecanismos operantes ao longo de toda a Época Moderna, e que, segundo alguns autores, contrariariam o funcionamento do sistema: tratados

concedendo vantagens comerciais no Ultramar a outras potências, licenças a mercadores estrangeiros e, enfim, o contrabando. A nosso ver, contudo, tais ocorrências não desmentem, antes confirmam, nossa análise. (...)

Em suma, concessões, contrabando, parecem-nos fenômenos que se situam mais na área da disputa entre as várias metrópoles européias para se apropriarem das vantagens da exploração colonial — que funciona no conjunto do sistema, isto é, nas relações da economia central européia com as economias coloniais periféricas. Não atingem, portanto, a essência do sistema de exploração colonial.

São variações em torno do elemento fundamental do sistema: em última instância, o regime do comércio colonial — isto é, o exclusivo metropolitano do comércio colonial — constituiu-se, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais; assim, pois, o sistema colonial em funcionamento, configurava uma *peça da acumulação primitiva* de capitais nos quadros de desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu. Com tal mecanismo, o sistema colonial ajustava, pois a colonização ao seu sentido na história da economia e da sociedade modernas (NOVAIS, 1986, *passim*).

A crítica

João Luís Fragoso

Boa parte da polêmica que acabamos de descrever ressentia-se, quando de seu surgimento nos anos 70, de pesquisas de base. De qualquer modo, mesmo que a explicação clássica de Caio Prado Júnior e seus seguidores estivesse sob questionamento, o fato colonial e seu peso na conformação da história econômica brasileira são inquestionáveis. Em outras palavras, é indiscutível que a história colonial se insere

no quadro mais amplo das transformações por que passava o Velho Mundo durante a Época Moderna. Noções como transição do feudalismo ao capitalismo, acumulação primitiva de capital, mercantilismo etc. são, portanto, indispensáveis ao entendimento do mundo colonial e, mais que isso, à apreensão de suas relações com a metrópole.

Contudo, a ênfase nesse quadro macroeconômico pode obliterar a compreensão de elementos mais específicos — mas nem por isso menos importantes. Na verdade, tal ênfase pode levar à consideração, teleológica em si mesma, de que o capitalismo, enquanto modo de produção, seria o destino manifesto dos protagonistas da experiência colonial moderna. É o caso de algumas interpretações acerca das relações entre a economia colonial brasileira e a metrópole portuguesa.

Para começar, seriam necessários alguns reparos de tipo teórico a noções que, como vimos, são amplamente utilizadas na historiografia colonial, tais como “capitalismo comercial” e o “papel da empresa colonial para a acumulação prévia”. O debate por nós rastreado, em sua ênfase essencialmente teórico, por falta de pesquisas de base, já esclareceu muitos destes pontos, mostrando, por exemplo, a impropriedade da utilização de conceitos como o de “capitalismo comercial” — curiosa redundância, visto ser o capitalismo, por definição, um sistema mercantil. O mesmo pode ser dito acerca da incongruência de se considerar capitalista a Europa da transição, além da excessiva ênfase da colonização enquanto mecanismo da acumulação. Retenhamos, porém, a posição da metrópole lusitana nos movimentos mais amplos da transição capitalista e da colonização.

Vemos que se a economia tinha por objetivo propiciar a acumulação prévia na metrópole, não foi esse o seu papel em Portugal. Se tomamos o século XVIII, veremos uma Inglaterra em *take-off* [isto é, decolagem] contraposta a uma economia portuguesa que, apesar do polêmico projeto

pombalino, parece caminhar em direção oposta, ou seja, ao não-capitalismo. Nesse século, encontramos em Portugal, o predomínio de um mundo agrário, em princípio típico do Antigo Regime, onde a aristocracia detém metade das terras, e seus pares eclesiásticos outro terço. A cidade, por seu turno, não se desenvolve mantendo suas funções eminentemente mercantis e administrativas. Ali, a indústria é ainda sinônimo de produção artesanal, assentada em pequenas e médias oficinas, sendo a manufatura mais complexa uma exceção. Singular situação, tratando-se do primeiro Estado nacional europeu, da economia pioneira na expansão marítima do século XV, que, por conseguinte, conheceu muito precocemente o desenvolvimento do capital mercantil.

Mero atraso ou resultado lógico de um “projeto” de reiteração de determinado tipo de estrutura arcaica?

Tal indagação adquire um sentido ainda maior quando pensamos que o arcaísmo dessa estrutura chega a ponto de diferir até dos padrões clássicos que marcam as sociedades do Antigo Regime, e isto mesmo em pleno século XVI. Nessa época, o panorama agrícola é de atrofia tecnológica e demográfica, estimando-se que o campesinato conforme apenas um terço da população, dado estranho às economias de tipo antigo. Em contrapartida, os segmentos formados pelo clero, fidalgos e mercadores abarcam outro terço, cabendo a parcela restante a artífices, trabalhadores manuais, marinheiros, pescadores, servidores e ociosos.

Em síntese, este panorama nos demonstra estarmos frente a uma agricultura incapaz de prover os recursos necessários à manutenção da sociedade. Ademais, um terço da população encontra-se afastado do processo produtivo. Cabe, agora, perguntar: o que tornava possível a permanência deste tipo de estrutura? Com esta pergunta, retornamos à expansão marítima e à posterior colonização brasileira.

A expansão marítima iniciada no século XV e a ulterior colonização ultramarina transformaram-se em condições de possibilidade para a existência desse tipo de estrutura. Elas modificaram a antiga sociedade portuguesa, para preservá-la no tempo. Eis aqui o papel da transferência da renda colonial para a Metrópole: o surgimento e a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado e a hegemonia do fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo.

O Estado português surge como um elemento central para a reiteração desse panorama parasitário. De início, ele ocupa um espaço privilegiado na atividade comercial, como armador, mercador, explorando monopólios etc. Já desde o século XVI, cerca de 65% da renda estatal provinham do tráfico marítimo, perfil que permanecia durante a segunda metade do século XVIII. Este dado denota que o Estado não se nutria da renda fundiária, que, conseqüentemente, passava às mãos da aristocracia e do clero, reforçando a própria estrutura agrária tradicional.

Além disso, a forte presença estatal na atividade econômica ensejava a emergência de uma contradição: por depender do imposto sobre as atividades econômicas, sua prosperidade se assentava no crescimento destas. Ao atuar como empresário, o Estado restringia a sua própria capacidade de captação de impostos, isto sem contar a decorrente inibição de uma acumulação mercantil privada. Por último, o destino dado pelo Estado às rendas provenientes do tráfico marítimo pode ser ilustrado pelas despesas extraordinárias realizadas pelas finanças públicas entre 1522 e 1543. Nada menos do que 42% destas se destinavam ao custeio de cerimônias matrimoniais da família real e a presentes principescos, percentagem maior do que a investida na proteção militar das colônias.

Em resumo, ao reforçar a estrutura agrária tradicional, ao atuar como empresário e inibir a atividade privada, e não realizando investimentos produtivos — pelo contrário, incentivando o crescimento da burocracia e do consumo conspícuo —, o Estado surge como variável fundamental para a própria reprodução da sociedade pré-capitalista. Na verdade, tudo isso lhe é possível não tanto por contar com recursos internos à economia portuguesa, mas sim, e principalmente, a partir de alianças específicas com as frações dominantes agrárias e com os comerciantes, por surgir como o grande administrador da exploração colonial.

Claro está que na base deste Estado encontramos uma categoria peculiar à Península Ibérica, qual seja, a figura do fidalgo-mercador. Sua origem remonta à Expansão Marítima do século XV, que, do ponto de vista da aristocracia fundiária em crise, servia para contrabalançar a queda das rendas agrícolas em função da depressão agrária. Ao passar para o século XVIII, vemos a sedimentação dessa categoria do fidalgo-mercador. Já então a atividade agrária era, por si só, incapaz de manter a aristocracia enquanto grupo dominante, pelo que a participação desse grupo (direta ou indiretamente) na exploração do comércio ultramarino deixará de ser eventual para se transformar em condição *sine qua non* para sua sobrevivência.

Ao lado dessa tendência em redefinir a acumulação mercantil como elemento de sustentação da posição aristocrática, vemos a tendência dos meios mercantis à aristocratização. Assim, verifica-se que mercadores e negociantes enriquecidos com o comércio internacional buscam integrar-se à ordem nobiliárquica:

A realidade é o mercador-cavaleiro e o cavaleiro-mercador, o fidalgo-negociante e o negociante enobrecido, não sendo por isso fácil a existência de uma burguesia autônoma, com seus valores próprios (GODINHO, 1980, p. 103).

Estaríamos, portanto, diante de uma realidade onde prevalecem os valores de uma mentalidade pré-capitalista, para a qual ascender na hierarquia social implica necessariamente tornar-se membro da aristocracia. Por este mecanismo, canalizam-se pesados recursos adquiridos na esfera mercantil para atividade de cunho senhorial, que muitas vezes se esterilizam.

A partir desse quadro geral, torna-se claro o contorno que, do ponto de vista das elites portuguesas, deveria ser assumido pela colônia brasileira. Se temos em conta que tal tipo de sociedade começa a se definir em Portugal na virada do século XV para o seguinte, tanto a hegemonia lusa sobre o comércio com o Oriente quanto, logo depois, a própria colonização brasileira passaram a ter um novo significado. Estes são fenômenos que, antes de mais nada, devem prover a economia e a sociedade portuguesas daqueles recursos capazes de sedimentar tal estrutura parasitária, vista agora não mais como anacronismo, mas sim como projeto social.

A partir desses novos parâmetros, algumas categorias normalmente utilizadas para apreender as relações entre metrópoles e colônias devem ser redefinidas para o caso lusitano. Aqui, a acumulação mercantil enquanto mecanismo de transferência de sobretrabalho colonial para a Metrópole não atua como elemento implementador de acumulação prévia do capital e, portanto, do capitalismo. Pelo contrário, segue como a principal variável para a cristalização de estruturas não-capitalistas.

É certo que a partir da segunda metade do século XVII o império português começa a recuar, perdendo posições para os países do Norte, estes, sim, em franco avanço rumo ao capitalismo. Na centúria seguinte, Portugal aparecerá subordinado sobretudo à Inglaterra, já nos primórdios da Revolução Industrial. A colônia brasileira surgirá, então, já definitivamente inserida em tal processo. Isto é correto. Devemos, entretanto, deixar claro pelo

menos um aspecto: a economia colonial brasileira foi montada no século XVI tendo em vista não aquilo que viria a ocorrer fora de Portugal dois séculos depois, mas sim a dinâmica interna e parasitária de uma metrópole que em nada se assemelhava a um país em processo de acumulação de capital (FRAGOSO, 1998, p. 79-83).

A título de réplica

Fernando Novais

Este não é, obviamente, o *locus* apropriado para polemizar com os críticos deste esquema interpretativo. Mas, como estou reiterando-o no texto (aliás, estas reflexões mostram, quanto a mim, a fecundidade do esquema), não posso furtar-me a algumas observações muito sucintas a respeito das críticas. Quando falamos da exploração, estamos deslindando mecanismos de conjunto do sistema colonial, isto é, das relações entre o conjunto do mundo colonial e o mundo metropolitano em seu conjunto; o fato de que uma determinada metrópole não tenha assimilado as vantagens da exploração colonial em seu desenvolvimento não prova a inexistência dessa exploração, quer dizer apenas que perdeu a competição intermetropolitana. Acumulação para fora, externa, refere-se à tendência dominante do processo de acumulação, não evidentemente à sua exclusividade; é claro que alguma porção do excedente devia permanecer (“capital residente”) na Colônia, do contrário não haveria reprodução do sistema. Não se trata, desde logo, de uma formação social capitalista que se elabora sem acumulação originária; mas com um nível baixo dessa acumulação. Externalidade de acumulação originária de capital comercial autônomo refere-se à área de produção (as colônias) em direção às metrópoles; nada tem que ver com um processo externo ao sistema, que envolve por definição metrópoles e colônias. Não cabe, portanto, a increpação de obsessão com as relações externas (porque não estamos falando de nada

externo ao sistema), nem de desprezo pelas articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas; trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetivos da análise. Nesta mesma linha, os trabalhos recentes e de grande mérito sobre o mercado interno no fim do período colonial não refutam (como seus autores se inclinam a acreditar) de maneira nenhuma aquele esquema que gostam de apodar de “tradicional”; o crescimento do mercado interno é, pelo contrário, uma decorrência do funcionamento do sistema, ou, se quiserem, a sua dialética negadora estrutural. Uma questão que sempre me ocorre diante desses argumentos é esta: se não são essas as características (extroversão, externalidade da acumulação etc.) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então as define? Ou será que se não definem? Será que nada de essencial as distingue das demais formações econômicas? Não creio que seja esse o objetivo dos revisionistas (NOVAIS, 1997, p. 448).

Que textos longos e densos, não é mesmo? Mas não se impressione demais, é assim mesmo. Precisamos de tempo para processá-los em nosso pensamento. Tome a Atividade 2 como uma espécie de roteiro para a interpretação e compreensão dos principais argumentos. Esse é o primeiro passo.



Atende ao Objetivo 2

2. Após a leitura atenta desses excertos, responda às seguintes questões:

a. Para Caio Prado Júnior, qual é "o verdadeiro sentido da colonização tropical"?

b. Ainda para Caio Prado Júnior, a colonização realizou alguma coisa a mais sem, no entanto, fugir do objetivo exterior. Que objetivo era esse e qual foi o seu papel em nossa história?

c. Segundo Fernando Novais, explique o funcionamento geral do exclusivo metropolitano do comércio colonial.

[illegible]

d. Ainda segundo Fernando Novais, relacione sistema colonial e capitalismo.

e. Para João Fragoso, a ênfase no quadro macroeconômico, isto é, nas estruturas socioeconômicas da Época Moderna, pode obliterar (destruir, suprimir) a compreensão de elementos mais específicos e produzir a consideração teleológica de que o capitalismo seria o ponto de chegada da experiência colonial moderna. Para embasar essa crítica, Fragoso aborda o caso de Portugal. Explique-o.

f. No antepenúltimo parágrafo do texto de João Fragoso, o autor afirma que a estrutura parasitária em que estava mergulhada a sociedade portuguesa podia ser “vista agora não mais como anacronismo, mas sim como projeto social”. Por quê?

g. Que conclusão você tira da relação entre as considerações de João Fragoso sobre Portugal na Época Moderna e a seguinte passagem da “réplica” de Fernando Novais: “o fato de que uma determinada metrópole não tenha assimilado as vantagens da exploração colonial em seu desenvolvimento não prova a inexistência dessa exploração, quer dizer apenas que perdeu a competição intermetropolitana”?

Respostas Comentadas

- a. É o fato de a colonização tomar o aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos de um território virgem em proveito do comércio europeu.
- b. Um objetivo exterior, isto é, na América foi montada uma estrutura para fornecer inicialmente açúcar, tabaco e alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão; e, em seguida, café para o comércio europeu. O resultado é que o processo não se limitou a isso. Aos poucos foi-se produzindo um caráter mais estável, permanente e orgânico de uma sociedade própria e definida.
- c. O “exclusivo metropolitano” é o mecanismo básico do regime comercial e o eixo da colonização da Época Moderna. Consiste na reserva de mercado das colônias para a metrópole. Esse mecanismo gera lucros excedentes, isto é, lucros coloniais, e por seu intermédio a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais, suplementares. Como detinham a exclusividade da compra dos produtos coloniais, os mercadores metropolitanos deprimiam na colônia seus preços até ao nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo. Por sua vez, a revenda, na metrópole, onde dispunham da exclusividade da oferta, garantia-lhes sobrelucros por dois lados, isto é, na compra e na venda. Promovia-se, assim, de um lado, uma transferência de renda real da colônia para a metrópole, bem como a concentração desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino. Reversivamente, detentores da exclusividade da oferta dos produtos europeus nos mercados coloniais, os mercadores metropolitanos, adquirindo-os a preço de mercado na Europa, podiam revendê-los nas colônias no mais alto preço acima do qual o consumo se tornaria impraticável; repetia-se pois aqui o mesmo mecanismo de incentivo da acumulação primitiva de capital pelos empresários da mãe-pátria.
- d. Foi por intermédio do elemento principal do sistema colonial, isto é, do exclusivo metropolitano do comércio colonial, que se processou a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles dos lucros gerados nas economias coloniais. Desse modo, o sistema colonial em funcionamento se tornou uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu.
- e. Portugal é um exemplo de como a economia colonial não propiciou a acumulação prévia na metrópole. A expansão marítima do século XV e a colonização ultramarina modificaram a antiga sociedade portuguesa apenas para preservá-la no tempo. O papel da transferência

da renda colonial foi diferente do da Inglaterra, que realizou sua “decolagem”, isto é, a Revolução Industrial. Em Portugal, a transferência da renda colonial fez surgir e manteve uma estrutura parasitária, arcaica.

f. Porque se costuma “cobrar” de Portugal o fato de o país não ter realizado sua Revolução Industrial. De fato, segundo João Fragoso, isso não fez parte do “projeto social” do país. Tudo se passa como se Portugal tivesse feito sua expansão comercial para poder sustentar a sociedade de tipo antigo (ou arcaico) – a chamada sociedade de Antigo Regime – exatamente porque não podia sustentá-la com a renda da terra de seu país. Portanto, não havia nada de anacrônico no fato de Portugal não ter “decolado” simplesmente porque esse não era o projeto de sua sociedade.

g. Para Fernando Novais, o fato de Portugal não ter assimilado as vantagens da exploração colonial em seu desenvolvimento não decorre sobretudo de um projeto social diferente, mas especialmente do fato de ter perdido a competição entre as metrópoles.

CONCLUSÃO

Bem, é chegado o fim desta aula. E a conclusão? O leitor haverá de concordar comigo que não cabe a mim – autor desta aula – resolver uma polêmica historiográfica tão viva. Introduzi a questão e levei você a percorrer com seus olhos e entendimento os argumentos dos autores selecionados. De fato, há muitos outros envolvidos, mas é impossível incluir todos no espaço que temos. Não ficaria bem, além de ser obrigado a sucumbir a uma lista superficial. Não é o meu estilo. De todo modo, creio que convém uma tomada de posição. Acho que você percebeu, mas, se não o percebeu, digo a você que tenho um entendimento próprio sobre a polêmica. Continuo acreditando na fecundidade das análises que compreendem a colonização da Época Moderna no bojo do processo de formação do capitalismo e que atribuem a esta papel

relevante. Penso assim desde a minha graduação, embora creia firmemente que os estudos dos historiadores que lhe fazem a crítica são importantíssimos e contribuíram sobremaneira para o avanço e a sofisticação do conhecimento histórico sobre a colonização moderna. Achei por bem deixar clara minha posição historiográfica. Penso que é a melhor maneira de contribuir para que você tome a sua própria posição, quando chegar o momento, é claro.

RESUMO

O Brasil se constituiu ao longo de um processo de colonização cuja característica principal foi a exploração de cunho econômico. Esse modo de ver a história do Brasil colonial tem sido objeto de vigorosa polêmica historiográfica com raízes no final da década de 1970.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, serão estudadas as características da sociedade escravista colonial.

Aula 4

A sociedade escravista colonial

Marcos Sanches

Meta da aula

Apresentar as principais características da sociedade colonial, considerando a escravidão como seu principal eixo estruturante.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. explicar o papel da escravidão na constituição da economia e da sociedade colonial brasileira;
2. caracterizar a estratificação social e os mecanismos de mobilidade social da sociedade colonial;
3. identificar os processos sociais desenvolvidos na sociedade escravista colonial.

Pré-requisitos

Para se ter um bom aproveitamento desta aula, você precisa ter entendido o início do processo de colonização do Brasil no século XVI e as principais características estruturais da colonização, identificando o papel da escravidão na sua estruturação. Esses conteúdos você aprendeu nas Aulas 2 e 3; portanto, se julgar necessário, volte àquelas aulas, antes de começar a estudar esta.

INTRODUÇÃO

A regularidade era o estatuto comum. E se o homem amoldara as cousas a seu jeito, não admira que amoldasse também o homem. Raimundo parecia feito expressamente para servir Luís Garcia. Era um preto de cinquenta anos, estatura mediana, forte, apesar de seus largos dias, um tipo de africano, submisso e dedicado. Era escravo e livre. Quando Luís Garcia o herdou de seu pai – não avultou mais o espólio –, deu-lhe logo carta de liberdade. Raimundo, nove anos mais velho que o senhor, carregara-o ao colo e amava-o como se fora seu filho. Vendo-se livre, pareceu-lhe que era um modo de o expelir de casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso. Fez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo. Luís Garcia viu só a generosidade, não o atrevimento; palpou o afeto do escravo, sentiu-lhe o coração todo. Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu.

És livre, disse Luís Garcia; viverás comigo até quando quiseres.

Raimundo foi dali em diante um como espírito externo de seu senhor; pensava por este e refletia-lhe o pensamento interior, em todas as suas ações, não menos silenciosas que pontuais. Luís Garcia não dava ordem nenhuma; tinha tudo à hora e no lugar competente (ASSIS, 1995, p. 8-9).

O texto anterior reproduz uma das obras de Machado de Assis (*Iaiá Garcia*) publicada originalmente em folhetins em 1878, quando a discussão abolicionista ganhava cada vez mais força e o processo de substituição da mão de obra escrava também se acelerava, particularmente nas atividades ou regiões de exploração econômica mais recente, como a cafeicultura no oeste paulista.

Desde 1871, quando da promulgação da Lei do Ventre Livre, parecia que o fim da escravidão era apenas questão de tempo e de como fazê-lo. A escravidão não era uma questão isolada, pois

o período é conhecido como a “crise do império”, quando várias transformações econômicas, culturais, ideológicas etc. contribuíram para a derrubada do regime em 1889.



A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, denominada Lei do Ventre Livre, declarava livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir de então. Na prática, a liberdade não era automática, pois as crianças permaneciam até a idade de oito anos sob a responsabilidade do senhor, que para libertá-los fazia jus a uma indenização ou poderia usufruir do escravo até os vinte e um anos.

A história de Luís Garcia e seu ex-escravo Raimundo é expressiva das relações sociais, forjada sob a escravidão como traço dominante da sociedade. A condição jurídica de escravo ou a sua extinção não eliminavam a percepção e os sentimentos de pertencimento entre as pessoas, que reconheciam na escravidão um elemento central na definição das hierarquias sociais.

Como você estudou na Aula 3, a escravidão foi elemento indispensável à montagem da colonização, nos quadros do sistema colonial da época moderna, mas o seu caráter estruturante não se esgota nas relações econômicas.

Formas de reconhecimento, pertencimento, hierarquias, diferenças foram historicamente construídas em torno da escravidão, entendida, portanto, como elemento central da economia, mas também das relações sociais como um todo.

No texto de Machado de Assis, Raimundo deixou de ser escravo, mas continuou se posicionando como alguém socialmente inferior, devedor de deferências ao seu antigo senhor, reproduzindo os traços da dominação típicos da sociedade escravista.

A escravidão moderna e a colonização do Brasil

A colonização do Brasil nos quadros da economia europeia da época moderna e baseada na produção mercantil de gêneros agrícolas tropicais tornou o trabalho compulsório uma necessidade.

Os nativos foram a primeira força de trabalho empregada na colônia, mas à medida que a atividade agrícola se expandia, o seu contingente tornou-se insuficiente, substituído pela força de trabalho africana, cujo tráfico para a América tornou-se uma das mais importantes atividades do comércio internacional do período.

A gênese da escravidão moderna envolvia, portanto, a articulação de grandes unidades de produção, voltada aos mercados europeus. A grande escala da produção colonial e, conseqüentemente, a necessidade de grande número de trabalhadores expressava também a transformação do capital comercial, que deixava de apenas intermediar trocas entre as diversas partes do mundo e passava a se envolver diretamente na produção de gêneros para abastecer os fluxos comerciais.

Tal compreensão coloca em segundo plano as análises da historiografia mais antiga que atribuíam a opção pelo africano à indolência indígena (ABREU, 1976), a inaptidão do nativo à vida sedentária da agricultura (FREYRE, 1946) ou à baixa produtividade do trabalho indígena e sua aversão ao trabalho agrícola (PRADO JÚNIOR, 1969). Embora tais conclusões não devam ser de todo descartadas, a compreensão da colonização dentro dos quadros de uma produção mercantil, inserida no mercantilismo da época moderna, como apontou Fernando Novais (1983), dá prevalência à explicação da adoção do trabalho compulsório como uma necessidade de adequar a empresa colonizadora aos mecanismos do “antigo sistema colonial”, garantindo a extração do excedente pela metrópole.

Novais tomou por base a clássica tese de Caio Prado Jr., para quem a escravidão se inscreve no “sentido” da colonização:

Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa; indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora industrial, se constituirá a colônia brasileira (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 26).

Ao estudarmos a natureza da colonização, já percebemos que as novas formas de organização da produção exigiam novas formas de organização do trabalho. Duas explicações são as mais comuns na historiografia: a) a necessidade de criar uma nova categoria de trabalhadores e b) a necessidade de fechar o acesso à terra. No nosso entendimento, as duas explicações mais se complementam do que se excluem. A tese da “fronteira aberta”, isto é, a ampla disponibilidade de terras a serem ocupadas tornava inviável ou limitava o emprego de trabalhadores livres, tendentes a ocupar a terra individualmente; se esta fosse tomada isoladamente, não seria suficiente para explicar a adoção maciça de trabalho escravo.

Vera Ferlini (1988) destaca que a escravidão – um recurso antigo – serviu para promover o moderno – a produção mercantil –, entendendo a escravidão como mão de obra socialmente construída, como um trabalhador “alienado”, ou seja, desvinculado de qualquer possibilidade de acesso aos meios de produção e seus resultados, e livremente comercializável, constituindo-se em um bem do patrimônio dos senhores. Conforme assinala Jacob Gorender (1978), o escravo não constituía um bem pessoal, vinculado à produção, se apresentado como uma mercadoria.

Essa nova categoria de trabalhador era necessária para garantir a escala de uma produção exteriorizada. A simples abundância da terra não é explicação suficiente, pois só a sua disponibilidade não assegurava a produção mercantil, exigindo capital (necessário para a aquisição de mão de obra, equipamentos etc.) para torná-la produtiva.

As pesquisas recentes apontam para uma relação complexa entre os diversos tipos de unidade de produção como as grandes unidades de cultivos tropicais para exportação e as unidades pequenas (posses ou não) voltadas para o abastecimento interno e para fazendas de pecuária. Em todas elas, a escravidão foi o elemento decisivo, excluindo a população livre, fazendo da condição de cativo requisito que, por vezes, superara os critérios de estratificação da hierarquia **estamental**.

Dessa forma, a escravidão define todos os aspectos da economia e penetrou em todos os setores da vida social, mais ou menos, vinculados à posse e ao uso de escravos.



Sociedade estamental

Sistema de estratificação social com camadas sociais (as ordens ou estados) bastante fechadas e com restrita mobilidade social. O critério principal da estratificação é o *status* que se compõe de múltiplos fatores (nascimento, raça, tradição etc.) que são de difícil alteração e costumam criar privilégios para os diferentes grupos. Historicamente, a sociedade estamental formou-se na Idade Média e manteve-se com maior ou menor alteração, dependendo do país, até o fim da Idade moderna.

Atende ao Objetivo 1

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda” (ANTONIL, 1976, p. 89).

1. A afirmativa de Antonil explicita o papel do escravo na montagem da exploração colonial. Com base nela e considerando o conteúdo estudado, responda:
 - a) Por que o trabalho compulsório pode ser considerado uma necessidade da produção estabelecida nas colônias?

b) Justifique a crescente introdução de escravos africanos na colônia.

Respostas Comentadas

a) A colonização como desdobramento da expansão europeia implantou novas formas de produção (produção em larga escala de gêneros tropicais destinados à exportação), que exigiam um novo tipo de mão de obra alienada, isto é, um elemento coisificado no processo produtivo. A escravidão não só impedia algum tipo de ocupação corrente à grande plantação, como a viabilizava.

b) À medida que a exploração agrícola se expandiu, a mão de obra nativa – o indígena americano – mostrou-se insuficiente para atender à demanda. Em paralelo, o tráfico atlântico passou a ocupar lugar de destaque nas relações comerciais do mundo moderno.

A sociedade colonial, demografia e escravidão

“Todo brasileiro, mesmo alvo, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra ou, pelo menos, a pinta do indígena e do negro” (FREYRE, 1946, p. 479).

A afirmativa de Gilberto Freyre, ainda que genérica e um tanto romântica, indica um dos traços fundadores da sociedade brasileira: a mistura ou fusão heterogênea de populações, que não só produziu intensa miscigenação, mas marcou os critérios de estratificação e mobilidade da sociedade.

Os primeiros estudos sobre a formação da sociedade ou do povo brasileiro, como era comum se dizer, datam da passagem do século XIX para o XX e seus autores estavam em maior ou menor grau influenciados pelas ideias **cientificistas**, como o Evolucionismo e o Positivismo.

Destacam-se as análises de Sílvio Romero (1906) e Capistrano de Abreu (1976). Ambos reconheciam os múltiplos elementos do povo brasileiro, sendo que o primeiro tributava à mestiçagem uma espécie de fator de enfraquecimento da raça, provocada, sobretudo, pela população africana, pensamento pautado nas teorias raciológicas, correntes no período e aceitas cientificamente.

Capistrano de Abreu conferia à raça um papel secundário na rarefação das relações de uma sociedade atrofiada, consequente das dificuldades de comunicação e da transplantação desajustada das instituições europeias.

Predominava como foco na maioria das análises o elemento negro, não havendo uma preocupação mais central com as relações sociais, decorrentes das diversas condições étnicas, entre elas, a escravidão.

Com *Casa-grande & senzala*, publicado em primeira edição, em 1933, Gilberto Freyre (1946) inovou ao tratar de forma mais positiva a mestiçagem. Embora atribuisse o mérito maior da formação da sociedade brasileira à capacidade de adaptação do elemento português nas regiões tropicais, os escravos eram inseridos dentro da estrutura patriarcal que moldava a sociedade.

O povoamento do Brasil no período colonial é tema complexo de estudar principalmente nos seus aspectos quantitativos, considerando a ausência de uma cultura quantitativa na época moderna e o caráter não sistemático das fontes (ou seu desaparecimento ao longo do tempo).

Os primitivos habitantes – os índios – contatados pelos europeus pertenciam a quatro grupos étnico-linguísticos: tupi, jês, nuaruaques e caraíbas. É certo que existe um paralelo entre o avanço da colonização e a redução dos seus contingentes demográficos e,

Cientificismo

Conjunto de correntes filosóficas, predominantes a partir da segunda metade do século XIX, que representam o apogeu das concepções formuladas desde a Revolução Científica do século XVII, transformando a ciência em método e buscando a explicação do real, através da formulação de leis explicativas. Dentre elas, destacamos o Evolucionismo e o Positivismo.

mais do que isso, quando não desapareceram, a tendência foi o deslocamento dos índios para a fronteira da exploração colonial.

O elemento português migrou para o Brasil com certa regularidade, mas em quantidades modestas no primeiro século da colonização. Com composição variada, a sua condição social alcançava no máximo uma pequena nobreza, que em grande parte ganhara foro de fidalgo a serviço do rei, particularmente na expansão marítima.

Predominava a população do norte de Portugal, região de ocupação mais antiga do reino, onde a estrutura senhorial consolidara desde cedo o fechamento das terras. Mesclavam-se oficiais régios, militares com oficiais mecânicos e camponeses sem terra. O grupo europeu, além de praticamente monopolizar o exercício dos ofícios e a propriedade da terra, também exercia grande parte das profissões mecânicas, tanto nas vilas e cidades como nas áreas rurais, a exemplo da importante função de mestre de açúcar nos engenhos.

No século XVII e principalmente no XVIII, cresceu a migração de portugueses para o Brasil, atraídos pelos descobrimentos minerais, aí incluídos homens pobres, que ampliaram essa camada da sociedade colonial que parece ser predominantemente mestiça.

O tráfico africano foi um fenômeno que se desenvolveu a partir do final do século XVI, em paralelo à conjuntura de alta do açúcar e atingiu sua maior expressão no século XVIII. Luiz Felipe de Alencastro (2000) destaca o “trato dos viventes”, o comércio de seres humanos, índios e, principalmente, africanos, como um dos elementos fundamentais da dinâmica colonial.

O Atlântico foi a partir do século XVII, núcleo de intenso comércio negreiro, envolvendo capitais de todas as potências comerciais europeias e de entrelaçamento de interesses das diversas regiões coloniais, como exemplifica o envolvimento de colonos do Brasil na governação de conquistas africanas.

Os dados organizados por Hebert Klein (1990) mostram um fluxo crescente até o final do século XVIII e a relevância cada vez maior das regiões situadas mais ao sul do continente africano (Congo, Angola etc.) como fornecedoras do Brasil (**Tabelas 4.1 e 4.2**).

Tabela 4.1: Estimativa de desembarque de africanos no Brasil – 1531-1780

Períodos	Total	Média anual	% sobre o total desembarcado na América
1531-1575	10.000	222	22
1576-1600	40.000	1.600	22
1601-1625	100.000	4.000	43
1626-1650	100.000	4.000	43
1651-1670	185.000	7.400	43
1676-1700	175.000	7.000	43
1701-1710	153.700	15.370	30
1711-1720	139.00	13.900	30
1721-1730	146.300	14.630	30
1731-1740	166.100	16.670	30
1741-1750	185.100	18.510	30
1751-1760	169.400	16.940	30
1761-1770	164.600	16.460	30
1771-1780	161.300	16.130	30
TOTAL	1.895.000	-	33

Fonte: KLEIN, Hebert. Tráfico de escravos. In: IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 60.

Tabela 4.2: Estimativa de desembarque de africanos no Brasil por região africana de origem – 1701-1810

Períodos	Costa da Mina	Angola	Total
1701-1710	83.700	70.000	153.400
1711-1720	83.700	55.300	139.000
1721-1730	79.200	64.100	146.300
1731-1740	56.800	109.300	166.100
1741-1750	55.000	130.100	185.100
1751-1760	45.900	123.400	169.400
1761-1770	38.700	125.900	164.600
1771-1780	29.800	131.500	161.300
1781-1790	24.200	178.900	178.100
1791-1800	53.600	168.000	221.600
1801-1810	24.900	151.300	221.600
TOTAL	605.500	1.285.900	1.891.400

Fonte: KLEIN, Hebert. Tráfico de escravos. In: IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 60.

A costa da Mina e Angola correspondem a duas tradições culturais, normalmente utilizadas pela historiografia. A costa da Mina engloba, grosso modo, a região da África ocidental até o golfo de Guiné, origem dos diferentes grupos sudaneses, como iorubás, nagôs, geges e minas, cujo tráfico se destinou na maior parte para a Bahia.



Figura 4.1: Representação do mercado de escravos da rua do Valongo, no Rio de Janeiro (Jean-Baptiste Debret).

Fonte: Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/imagens/pranchas_de_debret/tomo_segundo/mercado_da_rua_do_valongo>. Acesso em 27 jul. 2009.

A região de Angola compreende toda a África ao sul da região do Congo e engloba, apesar da sua menor relevância para o tráfico, a África oriental (Moçambique). À tradição cultural banto, típica da região, pertencem os angolas, gongos, cambindas, benguelas e moçambiques que se destinaram em grande parte a Pernambuco e ao Rio de Janeiro, que no final do período colonial se tornou o principal porto negreiro, exigindo o afastamento do mercado de escravos do centro da cidade, instalando-o no Valongo, fora da área urbana.

Como já destacamos, qualquer estimativa quantitativa tem sempre maior ou menor margem de erro. As estimativas do próprio período colonial parecem um pouco exageradas. Em 1789, ao entregar o governo, o vice-rei Luiz de Vasconcelos estimou o total de africanos em 65% da população (1.500.000 sobre o total de 2.300.000) e o levantamento de 1816 apontou o índice aproximado de 68,5% da população (1.930.000 sobre o total de 3.358.000).

A divergência dos dados, sintetizados por Maria Luiza Marcílio (2000), a seguir apresentados (**Tabela 4.4**), com os dados de Hebert Klein (1990), possivelmente se deve a não distinção entre a condição jurídica dos indivíduos, se livres ou escravos, utilizando como critério a origem africana e certamente incluindo afrodescendentes.

Os dados organizados por Roberto Simonsen (1978) estão mais próximos dos dados contemporâneos, apesar de só computar os escravos a partir do século XVII e os totalizar por atividades econômicas (**Tabela 4.3**). Descontando o café, desenvolvido quase que exclusivamente no século XIX, teríamos 3.050.000 escravos, valor próximo dos cerca de 2.500.000, calculados por Klein.

Tabela 4.3: Estimativas de escravos no Brasil (séculos XVII a XIX):

Séculos	Atividade	Escravos
XVII	Açúcar	350.000
XVIII E XIX	Açúcar	1.000.000
	Mineração	600.000
	Café	250.000
	Outras atividades	1.100.000
TOTAL		3.300.000

Fonte: SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978, p. 134-135.

Maria Luiza Marcílio calculou em cerca de 29% a população escrava no final do período colonial, o que pode ser explicado pelo padrão demográfico do grupo, que pode ser resumido em quatro características: as características proeminentes da demografia escrava, especialmente nas regiões das grandes lavouras atreladas ao mercado de exportação e na região mineira, eram uma taxa de fertilidade anormalmente baixa; uma taxa de mortalidade anormalmente alta; uma taxa de crescimento natural que era quase sempre nula e frequentemente negativa; e uma taxa de casamento quase nula.

Tabela 4.4: População do Brasil em 1819

Capitanias Regiões	População		
	Livre	Escrava	Total
Piauí	48 821	12 405	61 226
Ceará	145 731	55 439	201 170
Rio Grande do Norte	61 821	9 109	70 930
Paraíba	79 725	16 723	96 448
Pernambuco	270 832	97 633	368 465
Alagoas	42 879	69 094	111 973
Total Regional	649 809	260 403	910 212
Sergipe	88 783	26 213	114 996
Bahia	330 469	147 263	477 732
Minas Gerais	463 342	168 543	631 885
Espírito Santo	52 573	20 272	72 845
Rio de Janeiro	363 940	146 060	510 000
Total Regional	1 299 107	508 351	1 807 458
São Paulo	160 656	77 667	238 323
Paraná	49 751	10 191	59 942
Santa Catarina	34 859	9 172	44 031
Rio Grande do Sul	63 927	28 253	92 180
Total Regional	309 193	125 283	434 476
Mato Grosso	23 216	14 180	37 396
Goiás	36 368	26 800	63 168
Total Regional	59 584	40 980	100 564
TOTAL	2 317 693	935 017	3 252 710

Fonte: MARCÍLIO, Maria Luiza. A população no Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000. v. 2, p. 333-338.

Estratificação e mobilidade na sociedade escravista

Como já estudamos nas Aulas 2 e 3, a colonização produz um espaço de transformações e multiplicidades. Espaço de encontro de povos, de culturas, das formas de organização social, as “heranças” dos diferentes povos formadores da sociedade brasileira as quais não resultaram em simples agregado ou numa justaposição mecânica, sofrendo transformações, não só do contato interétnico, mas também de uma adaptação à realidade colonial.

Em geral, a sociedade colonial adotou os princípios gerais de organização da sociedade estamental europeia. Roland Mousnier (1969), renomado historiador da época moderna, aponta cinco escalas básicas da estratificação social: a primeira é “a estratificação legal expressa pela lei, pelo costume e pela jurisprudência”; a segunda escala e, provavelmente, a mais importante, é aquela do “estatuto social, isto é, as diferenças de estima social, de dignidade, de posição, de honra, de prestígio entre os indivíduos e entre os grupos sociais e o reconhecimento mútuo destas diferenças numa dada sociedade”; a terceira escala é constituída pela *hierarquia econômica*, frequentemente confundida com a própria hierarquia social, pois “a natureza dos recursos é mais importante do que o seu nível, porque corresponde, em parte, ao papel desempenhado no modo de produção dos bens materiais”; a quarta escala se refere ao *poder*, entendido como “todos os meios que um homem pode possuir para dobrar as vontades dos outros homens, para obrigá-los a irem na sua direção”; e a quinta escala é a da estratificação ideológica, expressa por “grupos de ideias que se expressam conjuntamente, mas que não são igualmente estimados pelos contemporâneos”.

Em uma sociedade estamental, a estratificação social tem como critério preeminente o *status* que se compõe de vários elementos como sangue ou nascimento, condição jurídica, raça, ofícios etc., que, de modo geral, limitam a mobilidade social.

A sociedade colonial foi, no dizer de Stuart Schwartz (1988), um “tipo peculiar” de sociedade, pois

(...) herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de gradação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça. Cor e condição social, diferenciação esta resultante da realidade vivida na América (SCHWARTZ, 1988, p. 209).

Assim, a sociedade colonial era extremamente diversificada, em consequência do que Schwartz chamou de “múltiplas hierarquias” de honra, de apreço, de cor, de exercício no mundo do trabalho etc.

A diversificação pode ser pensada no conjunto da estrutura social e no interior de cada grupo. No primeiro caso, entre as camadas situadas no topo (elite) e na base (escravos), havia setores intermediários bastante heterogêneos que englobavam pequenos comerciantes, lojistas, mestres do engenho, feitores e diversos tipos de oficiais mecânicos, todos marcados por alguma forma de desclassificação social.

Ainda existia uma fluida camada de homens livres pobres, que no geral, segundo identificou Laura de Mello e Souza (1982) eram pardos, pretos, libertos e viviam na miséria.

Na base, finalmente os escravos, categoria alienada, não reconhecida como sujeito de direito, cuja condição subordinada se define a partir da sua própria condição jurídica, mas que ordenava a hierarquia social.

A ideia de um “tipo peculiar de sociedade” está ligada à consideração de novos critérios de estratificação social. A historiografia mais recente, como o próprio Stuart Schwartz (1988) e Florestan Fernandes (1977) destacaram uma dinâmica, na qual vários dos critérios e “degraus” da sociedade estamental europeia se esvaziaram na colônia, mas ao mesmo tempo que esse relativo empobrecimento alimentava a possibilidade de ascensão dos colonos, a colonização consolidou um modelo senhorial.



Figura 4.2: Representação de um jantar em família, no Rio de Janeiro (Jean-Baptiste Debret).

Fonte: Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/imagens/pranchas_de_debret/tomo_segundo/jantar_no_brasil>. Acesso em 27 jul. 2009.

O modelo definido como senhorial tem como primeiro sinal de distinção social o estatuto de homem livre e, em seguida, o de proprietário de terras e de escravos. Ser escravo e ter escravo é, portanto, a base da hierarquia social, associada à possibilidade de acesso à terra. Se a propriedade de um grande plantel de escravos e a concentração de grande extensão de terras asseguravam a condição de elite, o controle sobre alguma porção de terras e a posse de um ou alguns poucos escravos não eram impossíveis de

ser alcançados, alimentando o sonho de ascensão social.

A posse de escravos não significava apenas o monopólio da força de trabalho, mas também assegurava a exteriorização da condição social do seu proprietário, como se observa na gravura de Debret a seguir apresentada.

A existência de múltiplas hierarquias estabelecia um complexo jogo, no qual era possível algum grau de mobilidade social, mas jamais uma ascensão definitiva e radical. Se um escravo podia alcançar a liberdade e, portanto, desfrutar da condição de homem livre, outras hierarquias, como a cor e a sua condição econômica, limitavam o alcance de sua ascensão.

A mudança dos critérios e estratificação em relação à sociedade europeia criaram novos dinamismos na sociedade que não se esgotam em aspectos materiais como a posse de terra e escravos, mas englobavam todo um conjunto de valores e comportamentos que asseguram a posição dos indivíduos. Se, por exemplo, a elite colonial tinha conhecimento que não atendia aos critérios do ser nobre do reino, ela se atribuiu o qualificativo de “nobreza da terra”, para afirmar sua condição hegemônica.

Pertencer à nobreza da terra e ser reconhecido como tal supunha pertencer ou ligar-se às melhores famílias da terra, monopolizar o exercício de ofícios e participar de instituições como Irmandades, Ordenanças etc.

A definição das diferentes camadas da sociedade deve ser elaborada com cuidado para evitar generalizações que distorcem a realidade empírica. Quando falamos em elite, por exemplo, há de se distinguir, como o fez Vera Ferlini (1988), proprietários e arrendatários, senhores de engenho e fazendeiros que mantinham entre si relações complexas: ao mesmo tempo em que conflitavam pelo preço da cana a ser moída nos engenhos, aliavam-se em casamentos e na preocupação comum de controlar homens livres pobres e escravos.

A configuração e a dinâmica das diferentes camadas também variaram no tempo e no espaço das diversas realidades coloniais. Por exemplo, nas áreas urbanas, a tomar como exemplo os estudos de Kátia Mattoso (1994) sobre Salvador, as diferenciações sociais são muito mais amplas e diversificadas do que nas áreas rurais, apesar do menor conhecimento sobre as vilas e cidades.



Atende ao Objetivo 2

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, que deve ser, homem de cabedal e governo (...). Dos senhores dependem os lavradores que têm partido arrendado em terras do mesmo engenho, como os cidadãos dos fidalgos (...). Servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e foice que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de cãs, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoeiros, calafates (ANTONIL, 1976, p. 75-77).

2. Com base no texto de Antonil, editado em 1711, responda:

a) Quais atributos devem caracterizar o senhor de engenho?

b) Stuart Schwartz (1988), em seu clássico estudo, considera o engenho uma “metáfora da sociedade colonial”. Como podemos explicar tal ideia?

Respostas Comentadas

a) A condição de senhor de engenho exigia a posse de expressivo cabedal para assegurar a posse de terras e escravos – condição que na sociedade colonial garantia ser “servido, obedecido e respeitado”, o que o texto refere como homem de governo, ou seja, dirigia a produção e a própria vida das pessoas nela envolvida – os que servem ao senhor”. Tal condição, além de garantir o controle da principal atividade econômica da colônia, exteriorizava uma posição de superioridade social, que era reconhecida pelos demais elementos da sociedade.

b) O engenho reproduzia em menor escala a própria estrutura da sociedade: a elite proprietária, o próprio senhor de engenho, diversas categorias de trabalhadores e até o plantel de escravos. Essa é a “metáfora” de que fala Stuart Schwartz, pois todos os elementos da hierarquia social estavam presentes no engenho, onde se reproduzia em ponto menor a própria estrutura social, passando por diversos indivíduos que representavam os setores intermediários da sociedade.

Uma sociedade escravista colonial

De acordo com a síntese do historiador Stuart Schwartz (1998) para quem a existência da sociedade escravista não se explica pela predominância da mão de obra cativa, mas

principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, aos princípios hierárquicos, baseados na escravidão e na raça, às atitudes senhoriais dos proprietários e a deferência dos socialmente inferiores. Através da difusão desses ideais, o escravismo criou os fatos fundamentais da vida brasileira (p. 209).

Vamos voltar ao início da aula e reler o texto de Machado de Assis:

Raimundo apesar de liberto e, portanto, não mais submetido à condição jurídica de escravo, mantinha atitudes que reproduziam a sua inferioridade social e sua subordinação ao antigo senhor.

Florestan Fernandes (1977) já nos ensinou que a sociedade, montada na base da produção escravista, desenvolveu várias formas de dominação coordenadas, na qual a força bruta presente no controle da escravaria coexistia com outras formas de violência e dominação, legitimadas pela tradição, pela moral e pela própria lei.

A escravidão, portanto, engendrou confrontos, resistências e acomodações que asseguravam a reprodução da sociedade no tempo. Elemento de composição do *status* dos indivíduos, inclusive da caracterização do ideal de nobreza, a escravidão não só transformou como ampliou as categorias tradicionais da sociedade.

As relações escravistas sempre foram objeto de polêmica na historiografia. A tese tradicional de Gilberto Freyre (1946) de que a sociedade escravista se caracterizava por um “equilíbrio de antagonismos” foi contraposta pelos estudos das formas de resistência negra/escrava como o trabalho de Décio Freitas (1978) sobre Palmares, que enfatizaram a violência e a coerção como instrumentos de manutenção da escravidão.

A interpretação de Florestan Fernandes (1977) enfatiza, por sua vez, o caráter complexo das relações escravistas e a multiplicidade de formas e estratégias de manutenção e reprodução da sociedade. A síntese de Kátia Mattoso – cuja primeira edição data de 1981 (1994) – foi alvo de críticas de Jacob Gorender (1990) por amenizarem a dureza das relações escravistas, crítica que também se aplica a investigação de Robert Slenes (2000) sobre a família escrava.

Parece-nos que as diversas interpretações não são excludentes. A escravidão pela sua própria natureza de alienação, e a submissão supõem formas de coerção, mais ou menos violentas, como a tradicional imagem do escravo sendo castigado no tronco.

As formas de coerção, como a aplicação de castigos físicos, convivem com outras estratégias de disciplinação do escravo. Se a escravidão supõe coerção e a violência é uma das suas formas, também é inerente à condição de escravo a resistência, cuja forma básica, no dizer de José Reis e Eduardo Silva

(1989) é a fuga. Assim, a manutenção e o controle do plantel de escravos envolvem complexas estratégias que vão do simples castigo físico às práticas de compadrio que estabelecem um tipo de parentesco entre o senhor e o escravo. Não se trata de amenizar a dureza das relações escravistas, mas de reconhecer a multiplicidade de estratégias necessárias a sua própria manutenção e a reprodução da estrutura social.

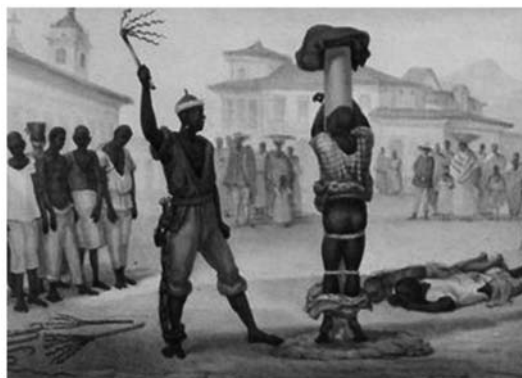


Figura 4.3: Representação de aplicação de castigo ao escravo (Jean-Baptiste Debret).

Fonte: Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/imagens/pranchas_de_debret/tomo_segundo/aplicacao_do_castigo_de_acoite_negros_no_tronco>. Acesso em: 27 jul. 2009.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3



Figura 4.4: Representação de um funcionário a passeio com sua família (Jean-Baptiste Debret).

Fonte: Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/imagens/pranchas_de_debret/tomo_segundo/um_funcionario_a_passeio_com_sua_familia>. Acesso em: 27 jul. 2009.

A imagem de Debret reproduz o passeio de uma família na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XIX. O vestuário sugere uma família de posses. Organizados em fila, o passeio é liderado pelo seu chefe, e os escravos encerram a fila. Analisando a imagem e tomando por base os conteúdos estudados na aula, explique a função do escravo no passeio.

Comentário

Além de carregar objetos da família, como as sombrinhas, a circulação na cidade, acompanhados de seus escravos, expressava a condição social mais destacada do grupo. Como vimos na aula, não só a condição de ser escravo marcava a posição social das pessoas, mas também

a possibilidade de ter escravo distinguia uma determinada família, quer por suas posses, quer pela sua tradição e nobreza, podendo viver sem precisar exercer atividades manuais, como transportar as sombrinhas; portanto, a família apresentava, demonstrava o viver de forma nobre, pertencendo à elite da sociedade.

RESUMO

A sociedade colonial teve como seu principal elemento estruturante a escravidão. Resultado de múltiplos elementos formadores (indígenas, europeus e africanos), a estrutura da sociedade incorporou diferentes modelos das sociedades dos povos que a formaram. No geral, os padrões da sociedade estamental europeia sofreram alterações decorrentes da própria realidade do mundo colonial.

Constituídas como áreas de produção para o mercado externo e subordinadas ao capital comercial, prevaleceu nas colônias um tipo de sociedade senhorial, no qual a posse de terras e de escravos se constituiu no mais importante elemento da estratificação social.

Dessa forma, a escravidão além de constituir a força de trabalho dominante na colônia moldou também comportamentos, representações, valores e atitudes que estruturavam as relações sociais, ultrapassando inclusive a existência jurídica da própria escravidão.

Informação sobre a próxima aula

Como já vimos as estruturas econômicas e sociais, fundamentais à colonização, na próxima aula serão estudados a Igreja e o Estado, instituições que atuaram de forma transversal nas estruturas já estudadas.

Aula 5

Domínio filipino, expansão territorial e escravidão indígena

Marcos Sanches

Meta da aula

Apresentar as principais características do processo de colonização durante o domínio espanhol.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. comparar as concepções historiográficas sobre o processo de união das monarquias ibéricas;
2. caracterizar as orientações da monarquia espanhola para a colonização do Brasil;
3. identificar os diferentes movimentos e etapas da extensão territorial.

Pré-requisitos

Para um bom aproveitamento desta aula, você precisa ter entendido o início do processo de colonização do Brasil no século XVI e as principais características estruturais da colonização em relação à economia, à sociedade e à administração na colônia. Esses conteúdos você aprendeu nas Aulas 2 a 4; portanto, se julgar necessário, volte àquelas aulas antes de começar a estudar esta.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XVI, o Império português estava consolidado em sua máxima expansão, englobando variadas formas de colonização, desde o estabelecimento de relações comerciais regulares com o Oriente até o povoamento associado à produção agrícola no Brasil.

Na Europa, o eixo central dos conflitos ainda opunha a França dos Valois aos diversos domínios Habsburgo, incluindo a Espanha (lembre que, nas aulas de História Moderna, você estudou os principais conflitos que caracterizam as relações internacionais na Europa moderna). Portugal já não desfrutava da confortável posição do início do século de deter a exclusividade de exploração de várias regiões extraeuropeias. O enfraquecimento lusitano estava ligado não só à concorrência das outras potências, mas também à dependência de polos mercantis e manufatureiros poderosos, como os Países Baixos, cuja participação nos negócios do açúcar no Nordeste era cada vez mais relevante.

No Oriente, o comércio sofria concorrência de outras potências, e, na América, a Espanha consolidava várias unidades administrativas, com destaque para Nova Espanha e Peru, com suas economias em grande parte baseadas na extração mineral.

No Brasil, a ocupação do litoral estava bastante avançada, apesar de algumas regiões permanecerem praticamente abandonadas, como demonstram as investidas frequentes de outros países, cujo exemplo de maior vulto foi a instalação francesa no Maranhão. A economia do açúcar constituía a principal base de ocupação. No Nordeste, a capitania de Pernambuco continuava a ser o principal centro produtor e sua expansão já se espraiava para a Paraíba, ao norte, e Alagoas, ao sul. Era auxiliada pela capitania da Bahia, sede do governo-geral do Estado do Brasil, cuja exploração econômica estava difundida no seu recôncavo.

Ao mesmo tempo, a pecuária alastrava-se pelo litoral norte, até Sergipe, deslocando-se posteriormente para o sertão até alcançar o vale do rio São Francisco.

No sul, a capitania do Rio de Janeiro – apesar de não se comparar a Pernambuco e à Bahia na produção agrícola – consolidava-se como polo da presença portuguesa no sul da América, mantendo intensas relações com a África, particularmente Angola, e com a Hispano-América, onde, através da região do rio da Prata, alcançava a rica região mineradora do Potosi.

A morte do rei D. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, combate entre tropas portuguesas e árabes no norte da África em 1578, desencadeou grave crise sucessória. Durante o curto período da regência do seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, já se definia a disputa pelo trono em torno da duquesa de Bragança, de D. Antonio, prior do Crato, e de Felipe II, rei da Espanha, todos netos de D. Manuel I.

Felipe II era, sem dúvida, o candidato mais forte. Era talvez o mais poderoso soberano da Europa: contava com o apoio de expressivos setores da grande nobreza, do alto clero e de setores ligados ao comércio, interessados nos ricos fluxos da Hispano-América.

Portugal, apesar da alta dos preços do açúcar e da expansão de sua produção no Brasil, ressentia-se do comércio oriental e sofria as consequências políticas e econômicas do acidente de 1578.

Após a morte do cardeal-rei D. Henrique, em 1580, Felipe II fez o exército espanhol entrar em Portugal e, apesar de uma inexpressiva resistência militar dirigida pelo prior do Crato, consolidou sua posição como novo soberano. Iniciava-se um período de sessenta anos (1580-1640) em que Portugal e suas colônias permaneceram sob o domínio da dinastia espanhola, denominado por alguns autores como União Ibérica, que na prática colocava sob o governo espanhol o maior império colonial da história.

No Brasil, o período coincidiu com importantes movimentos e a expansão da colonização, ao mesmo tempo que a influência da

monarquia Habsburgo se fez sentir em várias orientações de grande vulto para a colonização.

Veremos então, nesta aula, primeiro, uma breve discussão sobre as concepções historiográficas em torno do período de domínio espanhol; em seguida, serão apresentadas as principais orientações da política colonial, destacando-se a expansão territorial e o uso da mão de obra indígena.

O Brasil espanhol: a discussão historiográfica

A historiografia clássica sobre o período filipino, que tem em Joaquim Veríssimo Serrão (1984) o seu principal representante, consolidou a ideia de respeito à autonomia portuguesa. Contudo, tal entendimento pôde ser revisto à luz do trabalho recente de Roseli Stela (2000), que demonstra a efetiva interferência espanhola na administração. Ao deslocarmos o eixo da análise da formatação institucional para os processos decisórios, percebe-se que os órgãos centrais de Madri foram cada vez mais a instância última da deliberação em substituição aos Conselhos de Fazenda e de Portugal.

Anteriormente, na historiografia brasileira, a conhecida síntese de Antônio Pacca de Almeida Wright (1976) apontou a “coincidência” do período filipino com uma “mudança na orientação da colonização”, marcada a partir de então por um “período de penetração e conquista”. Destaca que no sul, cuja colonização era “desordenada e flutuante”, a consolidação dos interesses comerciais, sustentados por “ligações anteriores entre o Prata e Piratininga”, foi desdobrada posteriormente pelo bandeirismo.

Teríamos, portanto, um vínculo da Hispano-América com São Vicente/São Paulo desenvolvido em paralelo com o vínculo mantido a partir do Rio de Janeiro, já estudado desde o clássico de Alice Canabrava (1984), sobre o comércio português no rio da Prata. O marco das novas orientações foi a vinda de D. Francisco de Souza ao sul, em 1591,

personagem que será estudado posteriormente, em paralelo a Martim de Sá, governador por dois períodos do Rio de Janeiro.

A ideia de que houve uma ingerência direta da administração espanhola nos negócios portugueses foi aprofundada, como apontamos anteriormente por Roseli Stela (2000). O estudo da administração e de seus processos decisórios sustenta a argumentação da autora. Além do argumento tradicional sobre o envolvimento de portugueses no comércio espanhol e no interesse pelos metais, a autora recupera a ideia da multiplicidade e da reciprocidade de interesses lusitanos e espanhóis no processo de colonização brasileira, durante a monarquia filipina, como, por exemplo, o interesse dos portugueses em reforçar a sua conquista no oceano Índico.

A análise da colonização brasileira durante o período filipino exige a superação da discussão da historiografia mais tradicional sobre a maior ou menor autonomia de Portugal e suas colônias no período. A superação desse viés de caráter nacionalista também encontra correspondência na produção historiográfica portuguesa mais recente, a exemplo de Antonio Manuel Hespanha (JANUS, 2000), que reconhece mudanças na cultura política da monarquia lusitana e no aprimoramento de sua administração.

A consideração literal da “Patente das Mercês, Graças e Privilégios”, por exemplo, firmada por Felipe II nas Cortes de Tomar, pode nos conduzir a equívocos. Sem dúvida, ficou assegurado: “Não se tirem desses, nem haja mudanças, do que ao presente se usa. E que os oficiais, que andarem nos ditos tratos, e navios deles sejam portugueses (...).” No entanto, o reconhecimento das situações estabelecidas não impede de admitir – como o fizeram Antônia Wright (1976) e Roseli Stela (2000) – que houve ingerência direta da administração espanhola na condução do processo de colonização.

Não nos parece que a nacionalidade dos oficiais e a bandeira dos navios sejam suficientes para definir a questão. Por tais critérios, chegaríamos à conclusão de Charles Boxer (1973) de que reis espanhóis “respeitam escrupulosamente” a autonomia portuguesa, quando na verdade entendemos que o período foi marcado por mudanças nas orientações

da política colonial. Por outro lado, a valorização do “considerável surto” do Brasil, apontado por Serrão (1984), deve ser vinculada à conjuntura do Império na passagem do século XVI para o XVII.



Atende ao Objetivo 1

Tanto que chegou a esta Bahia, que foi no ano de 1582, escreveu a todas as capitânicas que conhecessem a Sua Majestade por seu rei e foi de importância este aviso, porque daí a poucos dias chegaram três naus francesas ao Rio de Janeiro e surgiram junto ao baluarte que está no porto da cidade, dizendo que iam com uma carta de D. Antônio para o Capitão Salvador Correia de Sá, o qual nesta ocasião era ido ao sertão fazer guerra ao gentio. Mas o administrador Bartolomeu Simões Pereira, que havia ficado governando em seu lugar e estava informado da verdade pela carta do governador-geral, lhes respondeu que se fossem embora, porque já sabia quem era seu rei (SALVADOR, 1975, p. 216).

1. O texto de frei Vicente do Salvador, escrito em 1627, sugere uma recepção tranquila do domínio espanhol no Brasil. Associe tal entendimento a uma das concepções historiográficas comentadas, apontando também os argumentos que lhe contrapõem.

Resposta Comentada

A recepção aparentemente tranquila do domínio espanhol serve de sustentação ao argumento da tradição, representada por Joaquim Veríssimo Serrão, que valorizou aspectos institucionais para afirmar que a Espanha assegurou a autonomia de Portugal e suas colônias.

Em contraponto, as historiografias mais recentes, portuguesa e brasileira, destacam que foram adotadas novas orientações para o processo de colonização, que, de forma crescente, teve sua direção vinculada à corte de Madri.

A colonização do Brasil espanhol

A virada para o século XVII foi marcada pelo esgotamento da revolução dos preços, entre 1590 e 1600 (isto é, o período de alta de preços que caracterizou a conjuntura econômica da Europa, no século XVI, período estudado por você na disciplina História Moderna), abrindo uma nova tendência conjuntural na qual o sistema colonial espanhol e português foi abalado por graves crises. O aprimoramento da administração e a orientação centralizadora, atribuídos pela historiografia à monarquia dos Habsburgo, já se esboçara no reinado de D. Sebastião, refletindo a crescente importância da produção do açúcar brasileiro e as dificuldades do comércio oriental.

Desde 1571, foi esboçada a montagem do que contemporaneamente denominamos de Antigo Sistema Colonial. A preocupação com as ameaças da concorrência estrangeira produziu uma ordenação da organização das armadas (Provisão de 15.12.1557 e Provisão de 3.11.1571), exigindo-se seu aparelhamento bélico, o que aumentava os seus custos e certamente estreitava as possibilidades de participação de negociantes interessados.

A legislação de D. Sebastião (1571) foi ampliada por novos diplomas em 1591 e 1605, criando uma série de procedimentos para que barcos estrangeiros obtivessem licença para ir a qualquer porto do Império, culminando neste último ano com a lei (18.3.1605) que proibia qualquer navio estrangeiro de ir ao Brasil e a outras partes do Império.

A prática do exclusivo, elemento básico do sistema colonial como você já estudou, teve importantes consequências, destacando-se as duas invasões da Companhia das Índias Ocidentais holandesa ao Nordeste (Bahia, 1624, e Pernambuco, 1630) que serão objeto de estudo na Aula 9.

Na metrópole, a criação dos Conselhos de Fazenda (20.11.1591) e das Índias (25.7.1604) expressa a tendência de direção centralizada dos negócios do Estado, tendo em vista que estes se tornaram cada vez mais complexos e interdependentes. Na colônia, dentre as mudanças na administração, destaca-se o aprimoramento da prestação jurisdicional com a criação da Relação da Bahia (7.3.1609), justiça de segunda instância para as decisões dos juízes ordinários e ouvidores.

Dois governadores do período receberam regimento próprio: Francisco Giraldes, em 30.3.1588, e Gaspar de Souza, em 15.6.1612, ambos com nítida tendência centralizadora, como controle de receitas e despesas, introdução de elementos do que modernamente chamaríamos de orçamento e contabilidade, e limitação à criação de cargos e ofícios. Era reforçada a orientação de visitar as capitanias, efetivar a ocupação de áreas sob ameaça estrangeira, como o Rio Grande do Norte, com preocupação especial na prospecção de novas alternativas de exploração econômica.

Orientação semelhante encontra-se no Regimento passado ao provedor-mor Baltazar Rodrigues de Souza, em 12.3.1588. O texto reconhecia o precário funcionamento da fazenda, determinando aos seus funcionários “cobrar nas partes do Brasil o que era devido à Fazenda Real”. As medidas de controle (como inquirir provedores e demais oficiais, tomar contas a cada três anos e instaurar devassas) foram ampliadas, em paralelo, às recomendações de controle patrimonial e do provimento de cargos, sobretudo dos militares, nos contextos de expansão dos ofícios no mundo colonial.

A ideia do exclusivo está presente em vários ordenamentos com a instituição do estanco do sal e no Regimento do Pau-Brasil (12.12.1605), cuja exploração era reconhecida como predatória.

A exigência de licenças (a serem concedidas em consideração a “qualidade da pessoa” e “segundo a possibilidade de cada um”), o envolvimento de vários oficiais na repartição (governadores, provedores e oficiais das Câmaras) e o rigor das penas (multas, confisco, degredo, chegando até a pena de morte) não foram suficientes para, por exemplo, coibir as “desordens que há no sertão do pau-brasil”, como sugere a documentação posterior.

O cuidado especial com as minas foi materializado nos Regimentos das Terras Minerais do Brasil, instituídos respectivamente em 15 de agosto de 1603 e 8 de agosto de 1618, firmando o princípio da livre extração, mediante o pagamento do quinto. Esses Regimentos foram instrumentos reguladores e disciplinadores da atividade mineradora de metais preciosos que, naquela época, já eram o objetivo principal de expedições ao interior do continente em busca dos “eldorados”, já em curso como no caso do governador Francisco de Souza, que será estudado no decorrer desta aula.

Os regimentos correspondiam, no campo administrativo, ao esforço de autoridades e colonos em busca de minas, estabelecendo uma estrutura fazendária paralela, a Provedoria das Minas, independente do provedor-mor e subordinada diretamente ao rei, através do Conselho de Fazenda. A nova estrutura era encabeçada por um provedor das minas (por vezes, denominado administrador ou superintendente), auxiliado por um tesoureiro e um escrivão, além de outras funções, que em suas definições parecem requerer algum conhecimento técnico.

Os dois Regimentos seguiam a tendência já conhecida de regulamentar de forma minuciosa a exploração mineral, e os concessionários deveriam comprovar a disponibilidade de pelo menos dois escravos e quatro trabalhadores. Estabelecia-se também uma série de restrições à quantidade de permissões acumuladas e distância entre elas, a venda e transferência de minas e, como não poderia deixar de ser, aos descaminhos, variando as punições do pagamento de multa até a morte.

O provedor das minas concentrava amplas atribuições: autorizava a lavra e recebia as manifestações do metal encontrado; concedia glebas para exploração, presidindo a demarcação das quadras e a colocação de marcos; fiscalizava as atividades, concedendo e ampliando prazos; decidia as dúvidas na demarcação de limites e fiscalizava a remoção de balizas e os trabalhos de acesso e segurança nas minas. Suas atribuições foram ainda mais ampliadas no segundo Regimento (1618).

Ficava criada a Fundição Real, onde o provedor desempenhava o papel de tesoureiro, para dar origem, marcar e apropriar o quinto. Esse novo funcionário tinha ainda sob suas ordens um meirinho e três guardas para vigilância e diligências, e julgava causas relativas às minas até a alçada de 60 mil-réis, dando contas ao rei em relatório anual.

Alterações significativas do período foram também os desmembramentos da estrutura original de 1548, como a separação da administração do sul e o estabelecimento do estado do Maranhão.

Na criação da Repartição do Sul, em 1608, foi concedida a administração das minas a Francisco de Souza. Após a morte do governador e com a extinção da Repartição em 1612, a administração geral das minas nas três capitanias do sul teve sua jurisdição repassada sucessivamente a Martim de Sá e a seu irmão, Gonçalo Correia de Sá. Embora efêmera, a separação do sul é representativa do esforço espanhol de obter sucesso na prospecção mineral e da crescente relevância dos circuitos comerciais que se consolidavam no Atlântico Sul.

A criação do estado do Maranhão reflete as dificuldades de assegurar o controle efetivo do Norte do Brasil, mesmo após a expulsão dos franceses, em 1615. As dificuldades geográficas que dificultavam a penetração na Amazônia, o risco de novas investidas estrangeiras e a necessidade de “fechar” um possível acesso à região andina justificam a nova unidade administrativa.



Atende ao Objetivo 2

2. Relacione pelo menos uma das medidas adotadas pelo governo espanhol com a organização do “sistema colonial”.

Comentário

A preocupação com a regulamentação e o controle das atividades econômicas, como nos casos citados dos Regimentos de Minas e, principalmente, a restrição ao comércio com outros países tornavam efetivo o conceito de exclusivo, base do sistema colonial.

Como você deve lembrar, a colonização da época moderna era baseada no exclusivo, isto é, as relações econômicas da colônia eram restritas a sua própria metrópole, para assegurar a extração dos excedentes produzidos. Foi no período estudado que se tornaram mais efetivas as restrições à participação de estrangeiros nos negócios do Brasil.

Um caso representativo: a Repartição do Sul

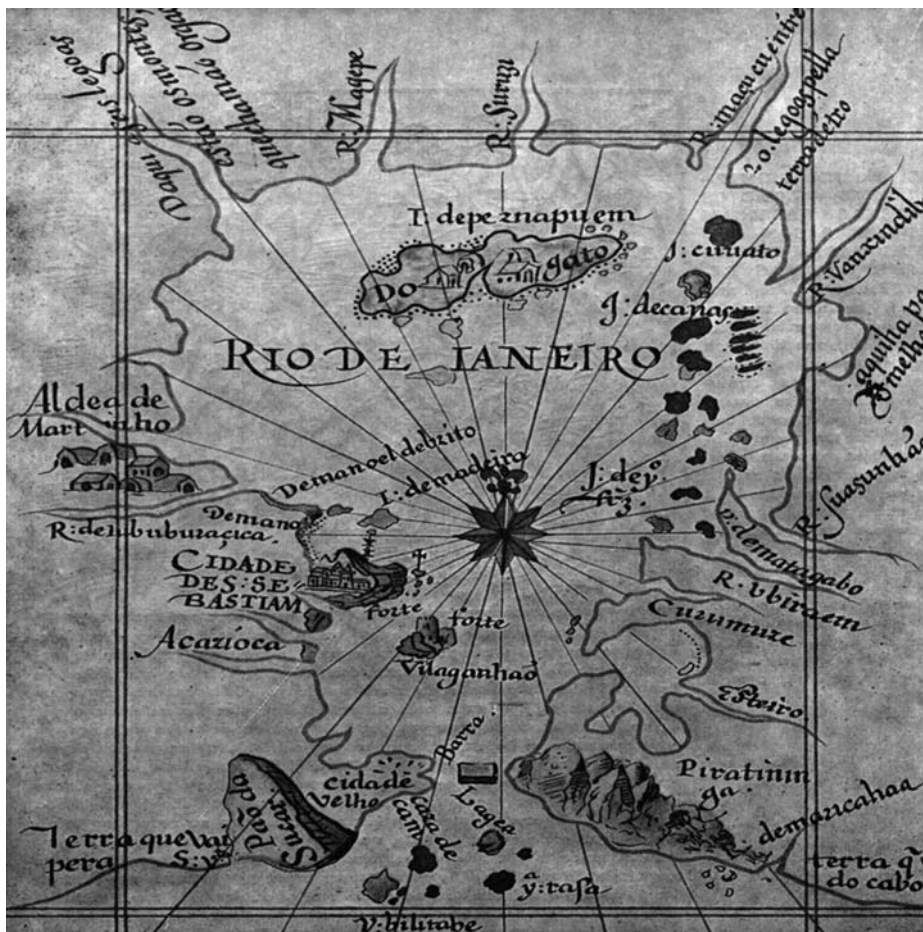


Figura 5.1: ○ Rio de Janeiro da década de 1570.

Fonte: Roteiro de todos os nomes, conhecimentos, fundos, baixas alturas, e derrotas que há na Costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães. In: *Boletim Internacional da Bibliografia Luso-Brasileira*, v. 6, n. 2, 1965 e TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Roteiro Cartográfico da Baía da Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975. Reprodução realizada pelo conteudista.

Embora formalmente a duração da Repartição do Sul tenha se esgotado com a morte de Francisco de Souza, os desdobramentos posteriores – como a transferência da administração das minas a representantes da elite fluminense – conferiam às capitanias do sul uma relativa autonomia em relação ao governo-geral do Estado do Brasil.

No contexto da crise sucessória em Portugal, o Rio de Janeiro era uma acanhada urbe, que começava a se espalhar do Castelo para a várzea, compreendida entre este morro e os morros de São Bento, Santo Antônio e da Conceição. Mantinha-se decadente o núcleo da cidade velha, na entrada da barra com alguma ocupação nas enseadas de Botafogo e do Flamengo, implantadas a partir da foz do rio Carioca e já ligadas à cidade por caminho de terra, como se observa no mapa datado de 1574 e atribuído a Luiz Teixeira (**Figura 5.1**).

A importância do sul, em especial do Rio de Janeiro, pode ser atribuída a um conjunto de elementos, como: o próprio comércio oceânico (cujo apogeu coincide com o período espanhol), a produção de abastecimento, a conjuntura favorável do açúcar e a captura de índios. Estes elementos se configuram em fatores de acumulação que possibilitaram a expansão agrícola no seiscentos.

As capitanias do Rio de Janeiro e de São Vicente conheceram importante surto agrícola que se manteve ao longo do período, em especial, a partir da década de 1620, quando se registrou o retrocesso do comércio colonial com Sevilha. A expansão agrícola e as trocas comerciais dinamizaram as relações e a integração entre as partes do Império que, no caso em questão, eram o Rio de Janeiro/São Vicente, o Prata/Paraguai e a África.

Pierre Chaunu (1980), principal estudioso das relações econômicas polarizadas em Sevilha, considera que o Rio da Prata “não pertence ao sistema maior mediterrâneo de Sevilha” e, embora importante no comércio de abastecimento, a região foi “colonizada por fora e quase em concorrência” aos eixos centrais do império (Nova Espanha e Peru). Entre 1580 e 1640, boa parte da prata do Potosi foi escoada por Buenos Aires – “a ladra de Potosi”, que era “portuguesa, brasileira, pelo menos tanto quanto é espanhola”. Coincidiu também o período filipino com o desbravamento do território pelos colonos portugueses, com destaque para a ação dos bandeirantes paulistas.

Os impulsos de intensificação da exploração do território não são fatos específicos da colonização portuguesa. A segunda fundação de Buenos Aires, em 1580, está inserida no mesmo contexto, representando expressamente um movimento de “dentro para fora”, isto é, projetando na direção do Atlântico os interesses do interior da bacia platina, articulados aos do vice-reino do Peru.

A expedição de Diogo Flores de Valdez (1582) constituiu-se em outro marco da atenção espanhola ao sul do Brasil, expressando, ao lado de interesses econômicos, um objetivo político de reforçar o vínculo da colônia com a monarquia espanhola e teria contato com a articulação do padre José de Anchieta. A presença de Valdez baliza também a fixação de espanhóis no Brasil, em especial no planalto paulista, consolidando os vínculos terrestres com o Paraguai e o Rio da Prata. Os espanhóis que se fixaram em São Paulo ocuparam funções no governo da República e consolidaram suas atividades econômicas, explicando-se, assim, a simpatia pela causa espanhola em 1640, no episódio da aclamação de Amador Bueno.

Constituiu-se uma integração econômica entre os paulistas e a região platina, pautada pelas trocas terrestres e pelo tráfico de indígenas, destinados à produção regional. Essa integração se desdobrou em ligações entre as famílias hispânicas e as de maior tradição da capitania de São Vicente que, inclusive, estariam reunidas nos ataques às **reduções** indígenas na primeira metade do século.

A expansão territorial

A posse de Francisco de Souza no governo-geral da Bahia (1591) e a sua designação do provedor das minas (1592) intensificaram o movimento expansionista, no qual convergiam os interesses minerais e a busca de cativos. A ação do governador traduziu-se na organização de um “verdadeiro distrito mineiro”, na expressão do historiador Affonso Taunay (1975), reunindo técnicos e incentivando novas expedições de prospecção mineral.

Reduções

Denominação dada à reunião e fixação de grandes contingentes indígenas nas aldeias jesuíticas, principalmente no Sul do Brasil, na região de influência dos rios formadores da bacia do Prata, que concentravam importantes contingentes, sobretudo de índios guaranis. O verbo reduzir é aplicado no sentido de deslocar os índios do sertão, onde muitas vezes estavam dispersos, e concentrá-los em determinada região ou próximo de vilas ou cidades, com o objetivo de facilitar a catequese. Na prática, tal concentração também favoreceu os ataques dos bandeirantes.

Substituído no governo-geral por Diogo Botelho de Souza, Francisco de Souza permaneceu na capitania de São Vicente até 1605. Seu retorno na condição de governador do sul representou uma nova inflexão na história da capitania. A exploração mineral revelara até então resultados pouco significativos, mas em paralelo, expandiu-se a produção agrícola, dependente da oferta de mão de obra, mais um elemento incentivador das bandeiras.



As bandeiras foram expedições armadas que desbravaram o interior do Brasil entre os séculos XVII e XVIII. Organizadas a partir de São Paulo, voltaram-se na maior parte do século XVII para o ataque às Reduções e o aprisionamento de nativos que supriam de mão de obra a economia do planalto paulista.

Os líderes e organizadores das expedições confundiam-se em grande parte com os principais proprietários e representavam as principais famílias da região.

Dessa época datam as denúncias dos religiosos, sobretudo jesuítas, sobre o que consideravam massacre praticado pelos paulistas. Contemporaneamente, poucos temas mereceram atenção de tão vasta produção historiográfica. Objeto de extensas e profundas polêmicas historiográficas, a sua percepção variou desde a condenação jesuítica – a “lenda negra” – até a de heróis construtores da formação territorial da nação na primeira metade do século XX, quando historiadores paulistas como Affonso Taunay (1975) e Alfredo Ellis (1934) produziram minuciosas investigações sobre o tema, mas associada à pesquisa histórica estava o que Paulo Cavalcante (1995) chamou de “memória bandeirante”: uma representação heroica dos paulistas e o seu papel prevalente na constituição da nação.

Vários historiadores importantes se ocuparam do fenômeno, incorporando novos matizes explicativos. A título de exemplo, Caio Prado Júnior (1971) valorizou a sua motivação econômica e Sérgio Buarque de Holanda (1981) destacou os elementos culturais como a intensa aculturação com o indígena como elemento facilitador das bandeiras.

A historiografia tradicional do bandeirismo, representada dentre outros por Alfredo Ellis (1934) e Affonso Taunay (1975), consagrou a tese do “recoo do meridiano” – favorecida pela perda de sentido do Tratado de Tordesilhas durante a União Ibérica – como elemento facilitador da expansão, entendimento contestado por Jaime Cortesão (1958) para quem a expansão foi o resultado dos próprios interesses coloniais luso-espanhóis e por trabalhos mais recentes que vinculam a interiorização à dinâmica da economia e da sociedade colonial.

Uma das vertentes bastante difundida no presente é representada por John Monteiro (1994), que busca entender o bandeirismo a partir das próprias dinâmicas sociais do processo de colonização.

Quando da morte de Francisco de Souza e da extinção da Repartição do Sul, o desbravador paulista já se redirecionava para a captura de índios, e nesse contexto constituíram-se novos núcleos de povoamento, como Parnaíba (1625) e Taubaté (1639).

A historiografia mais recente, com destaque para John Monteiro (1994), tem realçado o bandeirismo de apresamento como uma atividade vinculada à própria expansão da agricultura no planalto paulista, embora os autores clássicos tenham valorizado o fornecimento de “negros da terra” para outras capitanias, situação que efetivamente ocorreu de forma mais pontual, segundo nos parece.

O planalto paulista apresentava quadro econômico bastante peculiar. Afastado dos circuitos atlânticos, sua produção agrícola estava voltada para o abastecimento interno da colônia e conheceu expressiva expansão na primeira metade do século XVII, em paralelo ao apogeu da economia do açúcar.

Sem acesso ao tráfico de homens do Atlântico, isto é, a escravidão africana, os paulistas constituíram sua própria mão de obra, utilizando o nativo, que embora protegido legalmente não deixou de ser submetido ao trabalho compulsório.

Até a metade do século, o bandeirismo esteve predominantemente focado nas áreas de concentração de reduções – Guairá, Itatim e Tape (ver **Figura 5.2**) –, onde o trabalho missionário dos jesuítas concentrou expressivos contingentes demográficos.

Já na segunda metade do século XVII, após Portugal recuperar a independência, o bandeirismo deslocou-se para o planalto Central, cujo resultado foi a descoberta das ricas jazidas das Minas Gerais, o que será objeto de estudo nas Aulas 8 e 14.

Durante o período filipino, o evento mais emblemático da expansão foi a bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares, que em 1628 aniquilou as reduções do Guairá e até pelo menos a derrota de Mbororé (1641), nas margens do Uruguai, a exploração do interior do continente só fez crescer.

A expansão territorial foi um fenômeno geral, indicativa do aprofundamento da exploração colonial desde o final do século XVI. Na capitania do Rio de Janeiro, por exemplo, no início dos Seiscentos foi consolidada a ocupação do litoral sul (Angra dos Reis e Parati), e os colonos se voltavam para a área da extinta capitania de São Tomé (região de Campos dos Goitacases).

No Nordeste, a economia da cana-de-açúcar produzia um relativo “fechamento” do litoral, do qual resultaram novos núcleos de povoamento como Filipeia (Paraíba, fundada em 1585), ao mesmo tempo que a pecuária deslocava-se para o interior, ocupando grande parte do sertão.

Do Rio Grande até a foz do Amazonas, o litoral foi sendo progressivamente conquistado aos indígenas e aos estrangeiros, com destaque para a ocupação francesa – França Equinocial, no Maranhão. Vale ressaltar que nunca deixou de existir o movimento de “entradas”, ou seja, de explorações mais ou menos isoladas do interior do território, nas quais sempre esteve presente a atração exercida pelos recursos minerais.

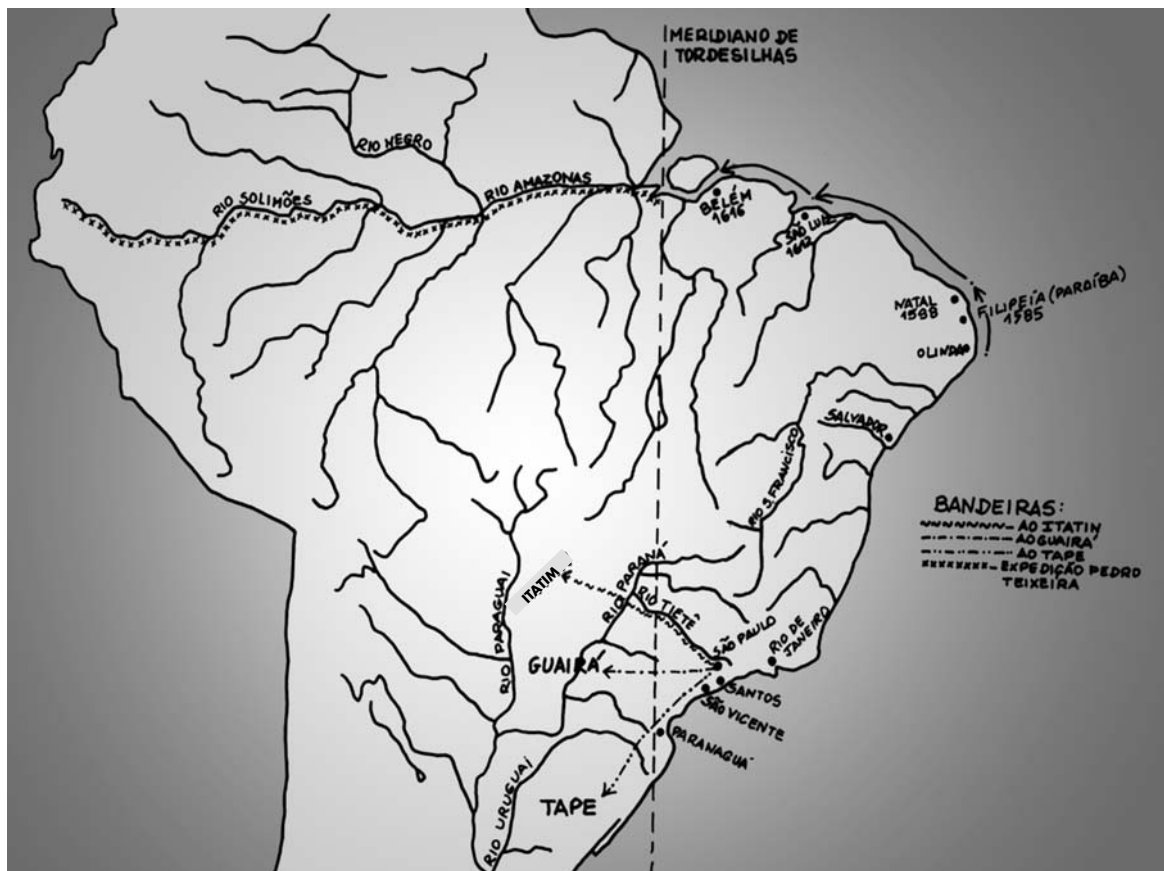


Figura 5.2: Principais bandeiras do início do século XVII.

A escravidão indígena

O recrutamento de mão de obra é outro aspecto demonstrativo da expansão da colonização. O crescente emprego de africanos é um forte indício da maior demanda de mão de obra e mecanismo de acumulação da elite colonial. No entanto, o gentio continuou a ser largamente utilizado de múltiplas formas e em diversos empreendimentos.

O recurso à mão de obra nativa não foi, portanto, um fenômeno exclusivamente da região paulista ou da Amazônia, sempre referidas na historiografia e objeto de fortes denúncias dos contemporâneos, tendo como exemplo o padre Antonio Vieira.

São Vicente/São Paulo desempenhou, na opinião de frei Gaspar da Madre de Deus, o papel de “celeiro” do Brasil, onde a expansão agrícola estava associada ao bandeirismo. A captura de nativos, tida como “remédio da pobreza” do colono, sustentou a atividade produtora, que estava distanciada dos circuitos do comércio internacional e envolvia os elementos de maior riqueza e prestígio da capitania, o que caracteriza o perfil dos principais bandeirantes.

O fato da “cativação dos índios” ser sempre uma atividade sistemática não deve ser considerado como indício da menor importância da produção agrícola, podendo significar, pelo contrário, fator de incentivo, pela disponibilidade de fatores de produção, no caso a mão de obra, como já destacou John Monteiro (1994).

Se “os paulistas deram as costas para o circuito comercial atlântico”, eles, por sua vez, desenvolveram “formas distintas de organização empresarial, tomaram em suas próprias mãos a tarefa de constituir uma força de trabalho”, na conclusão de John Monteiro, utilizada de forma sistemática, na “idade de ouro” da produção de trigo, entre 1630 e 1680, e justificando as grandes ações do bandeirismo de apresamento. No século XVII, convergiram os interesses minerais e agrícolas na busca de cativos, braços de sustentação de uma produção descrita em todos os autores como rica em trigo, hortaliças, mandioca, arroz e algodão.

No Rio de Janeiro, no final do século XVI, a população indígena distribuía-se próxima à cidade, em duas aldeias no recôncavo – São Lourenço e São Barnabé –, mas sua maior concentração ficava no norte da capitania (aí incluindo áreas da então capitania de São Tomé). No sul da cidade de São Sebastião foram fundadas, no início dos Seiscentos, as aldeias de Itinga (Itacuruçá) e Mangaratiba. Ambas tiveram sua criação creditada ao governador Martim de Sá, conhecido pela utilização de mão de obra indígena, tanto nas ações governamentais, quanto, provavelmente, nas suas propriedades particulares.

Nenhum dos aldeamentos citados parecem ter tido grande peso no fornecimento de trabalhadores. Os dois últimos ficavam mais distantes da cidade, e, no caso de Itinga, o núcleo original foi transferido para o interior da fazenda de Santa Cruz da Companhia de Jesus, poucos anos após sua fundação, instalando-se próximo a sua sede com a denominação de São Francisco Xavier de Itaguaí.

Nas duas aldeias do recôncavo, José de Anchieta calculou em 1585 quase três mil índios, provavelmente muitas crianças, pois tinham sido batizados dois mil indivíduos no ano anterior. No entanto, a proteção eclesiástica não os livrara da “tirania” dos colonos que, “espanta (...) e os faz fugir”, para não serem obrigados a servir com escravos.

As sucessivas referências ao trabalho indígena sugerem a insuficiência dos contingentes das aldeias do recôncavo para sua satisfação. Em meio a uma descrição paradisíaca da terra, o padre Fernão Cardim, em sua “Narrativa Epistolar” (1584), confirmou a existência de duas únicas aldeias (São Barnabé e São Lourenço) – “onde batizei dois adultos somente, por os mais serem todos cristãos”, mas informa que os 150 vizinhos da cidade contavam com “muita escravaria da terra”.

No entanto, os registros indicativos da redução do número do gentio são contemporâneos à documentação que, ao longo de todo o Seiscentos, refere-se a sua participação no mundo do trabalho, fazendo ganhar força a hipótese da captura ou resgate de nativos.

Os índios foram problema central da montagem da colonização portuguesa na América. A sua inserção e/ou resistência ao projeto europeu e a percepção da alteridade estiveram no centro da preocupação dos colonos e da historiografia, em suas diferentes vertentes: desde a defesa ou denúncia da sua submissão até a compreensão da dinâmica das sociedades indígenas e as suas múltiplas formas de inserção no processo colonial.

O trabalho indígena foi, durante muito tempo, abordado de forma generalizada e como problema secundário na exploração

econômica da terra. Colocado entre os extremos da escravidão e do missionamento, o uso da mão de obra do gentio tem sido colocado como característica de capitanias secundárias, apesar de Stuart Schwartz (1988), em seu clássico estudo sobre o recôncavo da Bahia, ter destacado a ocorrência de “várias formas de coerção” sobre os nativos, mesmo onde foi intensa a escravidão africana.

Preliminarmente, importa destacar a não homogeneidade das dinâmicas socioeconômicas dos diferentes grupos indígenas e a existência de variados projetos de colonização, refletindo objetivos e interesses diversos: desde os agricultores até os religiosos, o que só recentemente tem sido valorizado pela historiografia.

O aldeamento, sob a direção religiosa, e os sucessivos mandamentos legais não impediram a escravização do gentio, pois a legislação apresentava muitas “brechas” como, por exemplo, a possibilidade de se praticar a “guerra justa”, enquanto se aguardava alguma manifestação da metrópole, o que na prática favorecia a escravização.

Nesse sentido, no mundo do trabalho, os aldeamentos não constituíram barreira intransponível para o emprego do trabalho indígena, da mesma forma que não existia uma sucessão rígida entre os usos da mão de obra indígena e africana.

O trabalho indígena predominou no início da colonização e manteve-se, guardando uma relação de complementaridade a outras formas de exploração. Seu declínio parece-nos muito mais ligado ao déficit demográfico das comunidades nativas do que à progressiva preponderância do trabalho escravo. Persistiu a insistência dos colonos em submeter os indígenas à escravidão, como apontado por Schwartz (1988) para a Bahia, ao arrepio dos sucessivos ordenamentos de 1570, 1595 e 1609, contrários à submissão do gentio. O mesmo autor, no entanto, aponta pelo menos duas outras “formas de coerção” – além da escravidão direta – visando inserir o indígena na exploração colonial: o aldeamento e a utilização individual por meio de pagamento de salário.

A historiografia mais recente, representada, por exemplo, pelos próprios historiadores Stuart Schwartz (1998), Jacob Gorender (1978) e John Monteiro (1994), tem chamado atenção para “as diversas formas de organização do trabalho”, e tal reconhecimento implica repensar mecanismos como o aldeamento, não em oposição, mas como alternativa à escravidão, garantindo mão de obra abundante e barata, o que na opinião de John Monteiro (1994) caracterizou a política indigenista no início da colonização: desenvolver uma estrutura de trabalho na qual os colonos contratariam os serviços dos nativos.

Estaríamos, portanto, diante do que Gorender denominou “formas incompletas” de escravidão indígena, onde se incluem os “sistemas de administração” – os aldeamentos, o pagamento de salários e o trabalho compulsório. No primeiro caso, compreendem-se as aldeias como parte integrante do complexo econômico colonial, garantindo a produção de abastecimento e representando uma espécie de reserva de mão de obra.

Tomando-se como exemplo a capitania do Rio de Janeiro, a documentação relata a frequência de incursões ao interior e a fundação de aldeias no entorno da fronteira econômica. Sem a expressão que o movimento adquiriu em São Paulo, as ações dos colonos fluminenses extrapolaram as autorizações régias. Evidência importante foi o permanente conflito com os religiosos.

O primeiro administrador eclesiástico, Bartolomeu Simões Pereira, apesar do “heroísmo no empenho em reformar os sentimentos viciosos dos habitantes”, na expressão de monsenhor Pizarro e Araújo, retirou-se para o Espírito Santo por volta de 1591, onde morreu sob suspeita de ter sido envenenado. Desde então, a prelazia (subdivisão do bispado de São Salvador, na Bahia, cuja criação é uma indicação da importância conferida ao sul do Brasil) só tornou a ter de fato um administrador efetivo em 1607, com a posse de Mateus da Costa Aborim. Nesse ínterim, o padre João da Costa foi afastado por sentença (1605) e Bartolomeu Lagarto declinou de assumir a função (1607). O padre João da Costa chegou a defender

a exclusividade da Igreja na redução dos índios, pleiteando, da mesma forma que todos os outros administradores, a obrigatoriedade dos colonos requererem licença e pagarem emolumentos rendimentos para poderem dispor do gentio, admitindo, tal como Vieira, que o nativo pudesse servir aos moradores e trabalhar em obras públicas, desde que “pagos de seu trabalho”.

A dinâmica ação do administrador não o poupou de conflitos. Mais uma vez, é monsenhor Pizarro e Araújo quem nos dá a dimensão das tensões entre as diferentes instâncias de poder e destas com a sociedade colonial:

Com particularidades assaz credoras da benevolência pública, não escapou contudo à ingratidão do povo, talvez porque o vexame com monitorias e excomunhões em negócios civis, se metesse na questão da liberdade dos índios e na de levantar bandeiras contra eles; do que resulta acabar os seus dias envenenado, a 8 de fevereiro de 1629 (ARAÚJO, 1947, p. 102).

Os conflitos, envolvendo as posições dos sucessivos administradores eclesiásticos, reproduziam as tensões e conflitos típicos do mundo colonial. No Rio de Janeiro, o início do século XVII foi marcado por graves problemas com pelo menos dois governadores. O caso de Afonso de Albuquerque, afastado pela correição do desembargador Manuel Jácome Bravo, foi paralisado pela excomunhão imposta pelo prelado Aborim. O novo governador nomeado, Constantino Menelau, superou o problema e ainda reintegrou o ouvidor Gonçalo Homem, deposto anos antes pela Câmara, discordante de sua correição. Em 1631, o administrador eclesiástico D. Lourenço de Mendonça sofreu atentado creditado aos moradores, isto depois do abade de São Bento, Máximo Pereira, ter recusado o cargo na sucessão de Aborim.

A utilização regular do trabalho indígena envolvia as pessoas de maior qualidade da sociedade colonial. Martim de Sá, em cujo governo foi amplamente utilizado o trabalho dos índios, sempre esteve envolvido

com ações de aldeamento, mesmo quando tal prática já havia caído em desuso na região, como na carta ao rei, em 5.3.1624, em que considerava o sistema “negócio (...) de tanta consideração”.

O maior de todos os conflitos continuava envolvendo os interesses dos colonos e os padres da Companhia em torno do problema dos índios. A publicação pelo administrador eclesiástico, Pedro Homem Albernaz, atendendo a orientação do papa Urbano VIII, da bula de Paulo III, que assegurava a liberdade dos gentios e ameaçava de excomunhão quem a desrespeitasse, desencadeou o mais sério conflito. Depois de longa negociação, chegou-se ao entendimento sob a forma da “escritura de transação amigável, composição e renúncia”, firmada no Rio de Janeiro, em 22.6.1640, e em São Paulo, a 14.5.1643, na qual os jesuítas desistiam da publicação da bula e os colonos se comprometiam a não submeter os índios.

O tradicional conflito em torno dos índios parecia acirrado, certamente em consequência da expansão agrícola, pois também crescia a procura por africanos, como sugere a vereação de 19.1.1637, quando a Câmara intimava Baltazar Leitão e outros a “vender fora da capitania”, sob pena de trinta dias de prisão, os negros “alevantados na Bahia”, que haviam sido desterrados. Os negros eram considerados um “notável dano” para a cidade.

Para exemplificar o exposto, preste atenção na exploração que se segue de uma fonte valiosa do início do século XVII: o “Processo das despesas feitas por Martim de Sá no Rio de Janeiro”. Constituído por cadernos que registram autorizações dos sucessivos provedores da Fazenda para o pagamento de despesas, realizadas entre 1628 e 1638, sobressaem do material os gastos com a defesa, na difícil conjuntura da invasão da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco. Os registros englobam “despesas todas feitas na preparação da fortificação da terra e fortalezas delas e em mantimentos dos Índios que descer dos Patos para defesa dela” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1940, p.13).

Os índios, sem dúvida, foram usados no esforço de defesa, sobretudo nas atividades de construção e reparo das fortificações. As indicações mais consistentes do corpo documental são os pagamentos de alimentos, via de regra previamente confiscados dos colonos, para o “sustento dos índios” que “assistiam nas fortalezas” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1940, p. 25).

Na mesma época, uma relação nominal dos aldeados (9.4.1630) registrava apenas 403 índios no entorno da cidade, contingente que foi certamente complementado por grupos trazidos de outras regiões, como os que os jesuítas haviam deslocado da área da lagoa dos Patos.

A expansão da economia refletiu-se no mercado de mão de obra, valorizando o gentio em face da escassez, como sugere Carta Régia de 1624, combatendo o aliciamento – “ninguém induza índios ou criados de alguém para lhe saírem de casa com pena de seis mil réis se o fizer” (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO). Formalmente, a metrópole mantinha a proibição à escravidão, reiterada com frequência após a Restauração, reflexo provável da influência jesuítica, como na Carta Régia de 6.7.1643, sendo a constância um indicativo da continuidade da sua exploração irregular: “Nenhum morador de qualquer qualidade e condição que se induza nem tenha em sua fazenda ou casas índios nem índias do gentio da terra nem se sirva deles nem os conserve em sua fazenda por maneira alguma sem avisar logo a seus donos com pena de cem cruzados” (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

Vários foram os expedientes para a atração de índios, inclusive com a participação de padres. As despesas do governador Martim de Sá registram o pagamento de 274 mil réis referente a dois mil anzóis, quinhentas facas, quinhentas tesouras, quinhentos pentes e cem varas de pano de algodão, “as quase cousas para os padres da Companhia que forão para o sertão”. A natureza e a quantidade dos objetos sugerem expedição de resgate, com o uso das velhas práticas de atração e/ou escambo (BIBLIOTECA NACIONAL, 1940, p. 27).

Por outro lado, os gentios trazidos para a cidade ou aldeados no seu entorno não foram utilizados exclusivamente nos trabalhos de defesa, participando na execução de obras públicas, como nas sucessivas tentativas de trazer as águas do rio Carioca ao centro da cidade. A obra do Carioca só foi concluída definitivamente na gestão Gomes Freire de Andrada, e o indígena continuava sendo utilizado pelo menos até 1747, como indica uma coleção de Cartas Régias, tratando da obra (BIBLIOTECA NACIONAL). Ainda nas despesas de Martim de Sá, encontramos o pagamento de sententa enxadas, setenta foices e setenta machados, “ferramentas para os índios que descerão dos patos” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1940, p. 23).

A colônia tivera, durante o domínio espanhol, uma relativa expansão econômica e após a Restauração, numa conjuntura de “atlantização do Império”. O fato de o Brasil se destacar como seu principal centro não deve ser compreendido apenas pelo declínio da exploração ou encolhimento das conquistas africanas e asiáticas, mas também pelo aprofundamento da exploração americana.

O balanço dos sessenta anos de domínio espanhol aponta para uma consolidação da exploração colonial. Foram ampliados a exploração econômica e o domínio do território, assim como a administração foi ampliada, consolidando o modelo de colonização mercantilista da época moderna.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

O texto de monsenhor Pizarro e Araújo transcrito a seguir é um “assento” da Câmara de São Vicente de 24.2.1605. Identifique no texto a natureza das ações adotadas pelo governador Martim de Sá em relação aos nativos (considere na sua resposta a fonte analisada no texto).

Disse que tinha chegado a sua notícia ter Martim de Sá, Capitão Governador do Rio de Janeiro, mandado três navios a resgatar na jurisdição, e partes de suas Capitanias de São Vicente e Santo Amaro, e que por isso ser contra a doação do donatário, pedia que ajudassem ao Capitão Mor destas Capitanias, Pedro Vaz de Barros, no caso de ele querer ir com a gente desta Capitania impedir aquele resgate com paz e quietação; pois tendo a capitão desta Capitania escrito ao do Rio de Janeiro que não mandasse os ditos navios a resgatar, ele nenhum caso fizera da sua representação dita (ARAÚJO, 1947, p. 99).

Resposta Comentada

A postura adotada pela Câmara indica que eram recorrentes as ações do governador e outros indivíduos da capitania do Rio de Janeiro na captura e no aldeamento de nativos. As fontes estudadas demonstram o uso sistemático de trabalho dos nativos no Rio de Janeiro. O conflito entre o governador e a Câmara pode indicar também as conhecidas disputas de jurisdição entre diferentes esferas administrativas do mundo colonial e uma certa “concorrência” entre grupos interessados nos índios, pois a Câmara considera a possibilidade de os próprios paulistas intervirem na captura de indígenas.

RESUMO

Envolvida de forma intensa na política europeia, a crise sucessória de 1580 colocou Portugal sob o domínio da Espanha, governada pela dinastia de Habsburgo, tendo repercussões no Brasil. O processo de colonização sofreu o impacto de novas orientações, como: o maior rigor das regras monopolistas e exclusivas do sistema colonial; a regulamentação das atividades econômicas e a aplicação e centralização da administração.

O período coincidiu com uma conjuntura favorável para a produção e comercialização do açúcar e a busca de metais, contribuindo para o processo de expansão territorial.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, serão estudados o tráfico africano e a disseminação da escravidão negra no Brasil, fatores indispensáveis à implantação e à reprodução das estruturas coloniais.

Aula 6

Tráfico atlântico e diáspora africana na América portuguesa

Anderson José M. de Oliveira

Meta da aula

Apresentar o contexto de estruturação e desenvolvimento do tráfico atlântico relacionando-o ao processo da diáspora africana na América portuguesa.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer o papel econômico e demográfico do tráfico atlântico na constituição da América portuguesa;
2. identificar o tráfico atlântico como um elemento de compreensão da dispersão das culturas africanas na América portuguesa.

INTRODUÇÃO

A renovação dos estudos sobre o Brasil colonial e sobre a escravidão, que teve lugar entre as décadas de 1980 e 1990, acabou por repercutir numa nova compreensão sobre o papel do tráfico atlântico na formação da América portuguesa. A tese de Luiz Felipe de Alencastro, publicada no Brasil no ano 2000, abria uma discussão sobre os chamados condicionamentos africanos ao processo de colonização. Segundo Alencastro, o Brasil se forma no Atlântico Sul em função da importância da mão de obra africana na constituição da sociedade colonial. Os nossos vínculos fundamentais, segundo esse historiador, se dariam com a África, o que demarcaria a originalidade da formação histórica brasileira.

Seguindo uma linha semelhante de raciocínio, o historiador Manolo Florentino empreendeu uma crítica aos grandes modelos explicativos da economia colonial brasileira, argumentando que os mesmos procuraram compreender as origens do tráfico atlântico sem explicar o papel da África no mesmo. Florentino procurou enfatizar a lucratividade do tráfico também para os reinos costeiros africanos, muitos dos quais se tornaram grandes potências escravizadoras que dominaram o apresamento de cativos no interior do continente, colocando-se como intermediários junto aos comerciantes europeus que aportavam às costas da África. A atividade do tráfico atlântico teria impulsionado igualmente um processo de diferenciação social entre os povos africanos, intensificando as guerras locais e gerando um processo de concentração da riqueza e do poder do outro lado do Atlântico.



Visite a base de dados The Atlantic Slave Trade and Slave Life in Americas: a Visual Record (O tráfico negroiro no Atlântico e a vida dos escravos nas Américas: um registro visual), disponível no *site* <http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/search.html>

Os autores do projeto, Jerome S. Handler e Michael L. Tuite Jr., reuniram diversas imagens e as distribuíram conforme as categorias a seguir. Basta clicar sobre o *link*, mas não se preocupe com a mistura entre palavras em português e em inglês encontradas em alguns *links*. Para facilitar sua compreensão, esses *links* foram traduzidos eletronicamente com o Google Tradutor diretamente do *site*.

Mapas: África, Mundo Novo, Tráfico de Escravos
 África pré-colonial: sociedade, Polity, Cultura
 Captura de escravos na África e Coffles
 Fortes Europeia e postos de comércio na África
 Navios negreiros e travessia do Atlântico (Middle Passage)
 Vendas Slave & Leilões: Costa Africano e as Américas
 Trabalho Novo Mundo Agricultura e Fazenda
 Cenas Plantation, Assentamentos Slave & Houses
 Empregados domésticos e pessoas livres de cor
 Profissões Diversos & Actividades Económicas
 Cenas de Marketing & Urban
 Actividades de música, dança, e de recreio
 Vida familiar, puericultura, Escolas
 Práticas de Religião e Funerária
 Actividades Militares e U.S. Guerra Civil
 O castigo físico, Rebeldia, Running Away
 Vida & Emancipação pós-escravidão
 Retratos e ilustrações das pessoas

Do ponto de vista da economia colonial brasileira, a crítica formulada à teoria do “Antigo Sistema Colonial” demonstrou igualmente o protagonismo dos comerciantes radicados na América portuguesa em relação ao tráfico atlântico. Os trabalhos de João Fragoso e de Manolo Florentino demonstraram que os principais investidores no tráfico de cativos estavam nas praças comerciais brasileiras e não na metrópole. Era do Brasil que saíam os artigos comercializados na costa africana em troca de escravos, e essa atividade era fomentada, principalmente, por grandes comerciantes radicados nas praças mercantis do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Neste sentido, o trabalho de Pierre Verger também já havia demonstrado a importância do fumo baiano no comércio de escravos com o reino do Daomé. Luiz Felipe Alencastro também demonstra a importância da mandioca e da cachaça fluminense no comércio com Angola, impulsionando as atividades econômicas e gerando concentração de riquezas no Rio de Janeiro a partir do século XVII.

Em uma outra perspectiva, para além da circulação de cativos e produtos, também vem sendo construída uma outra história do tráfico atlântico, que vem privilegiando o impacto social e cultural da imensa migração forçada de africanos para as Américas. Genericamente agrupados em torno da questão da chamada “diáspora”, alguns destes trabalhos vêm discutindo questões relacionadas à religião, à reconstrução de identidades étnicas e à organização social de africanos e seus descendentes em uma nova realidade histórica. Deste modo, vem se caminhando ao encontro daquilo que o historiador Hubert Gerbeau denominou uma “história total” do tráfico.

A demanda por cativos e a demografia do tráfico

Hoje parece não haver mais dúvidas entre os historiadores sobre o papel da mão de obra indígena na montagem da economia colonial. A exploração do trabalho nativo foi responsável pela construção dos primeiros engenhos de açúcar na Bahia e em

Pernambuco no século XVI, e a construção da economia açucareira no Rio de Janeiro no seiscentos ainda recorreria prioritariamente a essa mão de obra. Todavia, a diminuição do número de indígenas, principalmente no litoral, inviabilizava a continuidade da empresa agrícola colonial. As guerras e as epidemias relacionadas ao processo de conquista da América portuguesa tiveram um impacto devastador sobre a população autóctone. Somava-se a isto o fato de a concentração demográfica indígena na Mesoamérica ou na Zona Andina ter sido muito superior àquela encontrada no Brasil colonial, o que tornou o choque da conquista muito maior do ponto de vista da baixa demográfica.

A mão de obra africana, deste modo, foi a solução encontrada para uma economia que necessitava minimizar seus custos de produção e produzir em larga escala. Os especialistas estimam que, durante a vigência do tráfico atlântico, tenham sido embarcados cerca de 11.863.000 africanos para as Américas, dos quais teriam desembarcado entre 9.600.000 e 10.800.000. Deste total, pouco mais de 4 milhões, ou em torno de 40%, desembarcaram no Brasil. As principais áreas que enviaram escravos aos portos brasileiros estavam situadas na África ocidental (Costa do Ouro, golfo de Benin e baía de Biafra) e, principalmente, na África central (Congo e Angola).

No final do século XVI, ainda não de forma majoritária, os africanos começaram a ser utilizados nas plantações da Bahia e de Pernambuco. Neste momento, a região Congo-Angola aparecia como a fonte primordial de escravos para essa região e assim permaneceria na primeira metade do século XVII. Já na segunda metade do Seiscentos visualiza-se o crescimento da entrada, pelo porto de Salvador, de cativos oriundos do golfo da Guiné. O crescimento da produção do tabaco propiciou aos comerciantes da praça de Salvador uma entrada no comércio de escravos da região. O mesmo tabaco que tinha sua entrada proibida em Portugal, por ser considerado de baixa qualidade, era extremamente valorizado na África ocidental. Com o início da mineração nas Minas Gerais, o tráfico com essa região intensificar-se-ia.

Já a África central assumiria uma importância vital para a região centro-sul da América portuguesa. Em 1648, foram os comerciantes do Rio de Janeiro que financiaram, com seus próprios recursos, a reconquista de Angola das mãos dos holandeses. A partir de então, foram crescentes os interesses dos traficantes fluminenses nessa região e a entrada de cativos da mesma pelo porto daquela cidade. O início na mineração também intensificaria os desembarques no porto do Rio, já que esta passagem era rota obrigatória para o abastecimento das Minas Gerais.

Para se ter uma ideia do aumento da demanda brasileira, a partir do século XVIII, estima-se que no século XVI tenham entrado cerca de 50 mil africanos no Brasil; para o século XVII, essa estimativa seria da casa de 560 mil cativos; no século XVIII, 1.400.000, e no século XIX em torno de 2 milhões de africanos.

Como antes destacado, os novos estudos sobre a economia colonial demonstraram, diferentemente do que se supunha, que eram os comerciantes coloniais que controlavam o tráfico de cativos e não aqueles radicados em Lisboa. Tais condições eram criadas pela acumulação interna de riquezas que se dava tanto pelo controle da mão de obra quanto pela existência de um intenso mercado interno de alimentos que circulavam por intermédio desses comerciantes. O controle sobre a produção interna de alimentos era um fator que inclusive barateava os custos da empresa agroexportadora, tornando-a menos dependente das flutuações do mercado externo. Por ser uma área de fronteira aberta (terra abundante e pronta para a expansão), a economia colonial vencida as crises externas expandindo a área cultivada. Isto era garantido pelo acesso à mão de obra africana e também pela retaguarda do mercado interno, já que, não havendo necessidade de se importar alimentos, gastava-se menos, inclusive com a manutenção da *plantation*. Deste modo, o que aqui se produzia não era uma mera economia de subsistência, mas sim uma atividade geradora de riquezas e de acumulação endógena. Eram esses mesmos produtos que, transportados pelos traficantes às costas da África, garantiam o escambo por escravos, a exemplo do tabaco baiano ou da cachaça fluminense.



O controle americano do tráfico atlântico

Em geral o tráfico de cativos é encarado como um dos indicadores do domínio externo pelo capital mercantil metropolitano sobre a colônia; entretanto, não é este o panorama que flui, por exemplo, da pesquisa de Pierre Verger sobre o tráfico do golfo de Benin e o porto de Salvador. Por ele nota-se que, desde o século XVII, já havia conflitos entre os traficantes da praça de Salvador e a Coroa por causa das limitações a esse tipo de comércio, impostas por esta última. No século XVIII, o próprio Estado português era obrigado a reconhecer a perda desse comércio para os coloniais. Para o caso do Rio de Janeiro, observa-se que o controle metropolitano sobre o tráfico somente se exerceu até o momento em que o porto carioca passou a ser o principal ponto de distribuição de africanos para Minas Gerais. Ao que parece, pelo menos desde a década de 1730, o tráfico carioca conhecia uma participação cada vez mais acentuada dos comerciantes estabelecidos na própria praça, processo acentuado com a liberdade do tráfico, decretada a partir de 1760.

Fonte: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 144.

O envolvimento africano também vem sendo considerado pelos historiadores na explicação do tráfico. Hebert Klein insiste que os povos da África não foram meros expectadores do tráfico atlântico, já que os escravos foram adquiridos de proprietários africanos locais, e os bens envolvidos nas trocas representaram a instituição de um mercado real que gerou interesses e acumulação de poder e riquezas na África. Na maioria das vezes, entre os séculos XV e XIX, não foram os comerciantes europeus ou americanos que adentraram o continente para apresar cativos, não porque não o desejassem,

mas sim porque encontraram complexas estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas que funcionaram como barreiras à penetração ocidental. Os reinos costeiros, ao mesmo tempo em que garantiram estabilidade ao tráfico, desenvolveram interesses próprios que muitas vezes não se afinaram com os interesses dos traficantes estrangeiros. Estes, por diversas ocasiões, tiveram que se adequar às exigências dos poderes e interesses econômicos africanos a fim de continuar a desenvolver o comércio de cativos. Neste sentido, como ressaltou John Thornton, as relações comerciais no mundo atlântico se deram entre estados que visavam preservar seus interesses, fossem eles os estados europeus ou os africanos.



Deferência do vice-rei do Brasil ao monarca do Daomé – 1728

Ao Ilustre Amigo Preclaro Rei Daomé

Por ser informado do bom trato e agasalho que V.A. atende aos portugueses que se acham nos seus domínios, e do quanto os favorece nas suas dependências, mandei pelo diretor Francisco Pereira Mendes entregar a V.A. um bom chapéu de sol em nome de El Rei, meu amo, e porque Antonio Pinto me diz que V.A. distingue a nação portuguesa entre todas as mais, recebendo os portugueses repetidas atenções da sua benevolência, e me remeteu um anão que V.A. lhe entregou para mandar como demonstração de seu afeto, seguro a V.A. em a fiel amizade, a consegue com El Rei meu amo... que não haja causa da parte de V.A. para menor reparo.

Fonte: Apud: VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo*: do tráfico e escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio, 2002, p. 168.

Essas intensas relações ensejadas pelo tráfico, do ponto de vista demográfico, trouxeram à América portuguesa uma população sexualmente desigual. Como nos apresenta Sheila Faria, a proporção de homens foi sempre maior em relação às mulheres, numa ordem de 60% para 40%. Durante algum tempo defendeu-se que esse desequilíbrio originava-se da maior adaptabilidade dos homens ao trabalho agrícola, o que teria gerado uma preferência do tráfico atlântico pelo sexo masculino. Levando-se em consideração a organização do trabalho nas sociedades africanas, essa tese se esvazia de sentido. Entre os *esan*, povos que durante o século XV habitavam a atual região da Nigéria, as mulheres eram as grandes responsáveis pela transmissão das técnicas agrícolas, inclusive aos filhos homens. A organização familiar da produção, que vigorou na maioria das sociedades africanas precedendo o tráfico atlântico, não prescindia do trabalho feminino no cultivo da terra. O que os indícios atualmente apontam é que a escolha por exportar maior quantidade de homens para as Américas talvez fosse uma opção das sociedades africanas, já que o comércio de mulheres era privilegiado em relação à Ásia, onde estas tinham um valor maior, principalmente em função da constituição dos haréns.

Com relação à reprodução interna de cativos, esta foi inviabilizada em função da menor proporção de mulheres e do alto índice de mortalidade entre a população escrava. Estima-se que somente 50% das crianças que nasciam no cativeiro chegavam à idade de dez anos. Os intervalos entre os nascimentos também eram longos, já que em algumas culturas africanas o espaço entre o nascimento de um filho e outro chegava a quatro anos. Era também comum que, durante o período da lactação, as mulheres de origem africana não mantivessem relações sexuais. Deste modo, o desequilíbrio entre os sexos e as dificuldades de reprodução interna da escravaria tornavam a dependência em relação ao tráfico atlântico muito grande.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Como você deve ter percebido, a questão do tráfico de escravos na América pode ser abordada por diferentes ângulos. Desde a questão puramente demográfica da desigualdade entre os sexos até os interesses econômicos envolvidos, passando pelo sincretismo religioso. Assim, em uma análise mais ampla, a diáspora africana levou à formação de toda uma cultura original negra na América. A partir dos elementos apresentados no texto, procure responder se as afirmativas são verdadeiras ou falsas, corrigindo o que, em sua opinião, não estiver certo e elaborando um pequeno comentário sobre o que for considerado verdadeiro.

a. O comércio de escravos na África pode ser considerado resultado de um grande acordo entre europeus traficantes e reinos negros costeiros africanos. ()

b. A visão tradicional sobre a desigualdade entre os sexos dos escravos exportados para a América aponta como justificativa a preferência pelos homens para o trabalho agrícola, enquanto uma nova vertente aponta uma outra justificativa: as mulheres teriam a predileção na Ásia, para utilização em haréns. Essa disparidade entre os sexos dos escravos trazidos para a América explica a formação de uma cultura africana única e original no Novo Mundo. ()

Respostas Comentadas

a. Essa afirmação é verdadeira, na medida em que o tráfico de escravos não foi, diferente do que muitas vezes se pensa, uma empresa exclusiva das potências europeias. Havia amplas vantagens no tráfico também para os reinos costeiros negros africanos que, por intermédio dele, viabilizaram sua transformação em potências regionais.

b. Essa afirmativa não está correta – a formação de uma cultura africana nova no continente americano está relacionada a vários outros fatores, desde a diversidade de etnias que desembarcaram aqui – e que, dessa forma, acabaram ajudando a plasmar essa nova cultura africana nas Américas –, até a necessidade de os escravos adaptarem seus costumes, religião etc. à cultura do homem branco.

Refletindo sobre os significados da diáspora

A história do tráfico atlântico também é a história da dispersão dos diversos povos de origem africana nas Américas. Por mais óbvia que essa afirmação possa parecer, ela enseja a reflexão sobre os significados desse processo que estão longe de ser tão óbvios. Para alguns estudiosos, como Nina Rodrigues, a África sobrevive no Brasil através dos costumes aqui preservados. Na visão do autor, fortemente influenciada pelo evolucionismo do século XIX, as culturas africanas representavam civilizações inferiores e a saída para o fortalecimento do Brasil enquanto nação seria a superação dos traços culturais africanos que contribuíam para nossa inferioridade enquanto povo. Outros estudos, como os de Arthur Ramos, nos anos 40 do século passado, embora reconhecessem que as culturas africanas que aportaram ao Novo Mundo não mantinham suas características originais, continuavam a admitir que a diluição promovida pela diáspora acabou por formar um denominador comum unificando as culturas negras nas Américas.



Diáspora

A palavra *diáspora* é de origem grega e significa dispersão. Originalmente o termo foi utilizado para caracterizar a migração ora espontânea, ora forçada dos judeus. A diáspora judaica teria começado no século IX a.C., acelerando-se a partir do fim do exílio na Babilônia, onde os judeus permaneceram prisioneiros por cerca de 50 anos. Atualmente, o termo também se aplica ao movimento promovido pelo tráfico de escravos que espalhou contingentes da população africana por diversos continentes. A diáspora africana corresponderia a dois movimentos principais. O primeiro gerado pelo comércio de escravos e o segundo, a partir do século XX, marcado pelo fim do processo de descolonização, quando muitos africanos buscaram deslocar-se, sobretudo para a Europa, em direção das antigas metrópoles coloniais na busca de melhores condições de existência.

Fontes: AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2004.

Os recentes estudos sobre a diáspora africana têm procurado fugir e questionar alguns dos pressupostos defendidos pelos autores mencionados. A diáspora não teria promovido a constituição de uma cultura de “reminiscências” ou de “sobrevivências”, ou seja, as sociedades africanas não se reproduziram no Brasil tal e qual os seus modelos de origem, e muito menos originaram uma cultura negra unificada nas Américas. Estudiosos da questão, como o sociólogo Stuart Hall, têm procurado enfatizar a dinâmica profundamente histórica do processo da diáspora. Tal perspectiva leva-nos a encarar o fenômeno como produtor de algo que é completamente novo e, por excelência, múltiplo. As condições engendradas pelo tráfico atlântico não permitiram uma reprodução fiel das sociedades africanas como em seus locais de origem. Por outro lado, o próprio tráfico reclassificava os homens que vinham do interior do continente africano, sendo, na maioria das vezes, impossível recuperar os seus

locais de origem primária. Isso, obviamente, não tornou os africanos papéis em branco, como era o desejo das nações europeias ou dos traficantes americanos. No entanto, a possibilidade de acessarmos aquilo que Robert Slenes denominou lembranças e recordações da África se concretiza na medida em que entendamos que as memórias reconstruídas são fragmentos das sociedades africanas que irão se mesclar às novas experiências impostas pelo tráfico e pela situação do cativo.

Como afirma Stuart Hall, a África trazida no processo da diáspora é uma construção moderna, que envolve uma variedade de povos, tribos, culturas e línguas. O único denominador comum a essa diversidade é o próprio tráfico. Sendo assim, o tráfico se constituiu num fator determinante na transformação das visões que seriam recuperadas da África por aqueles que sofreram diretamente a sua ação. Deste modo, não há nas Américas uma recriação pura da África e muito menos a constituição de uma cultura afro-americana uniforme. Primeiramente, não há uma África única que chega à América portuguesa, mas sim diversas áfricas representadas pelos vários povos deslocados pelo tráfico. Em segundo lugar, a África da diáspora é um lugar reconstruído, reapropriado e reconfigurado por africanos e seus descendentes.

Tráfico atlântico, cultura e diáspora

Ao nos basearmos na visão exposta sobre a diáspora, torna-se possível ampliar o estudo do tráfico atlântico para além da questão numérica ou somente econômica. Os números do tráfico também podem nos revelar a transposição e a recriação de riquíssimos universos culturais representativos da ação de africanos e seus descendentes no processo da diáspora nas Américas.

Partindo de questões semelhantes às aquelas formuladas por Hubert Gerbeau, Jaime Rodrigues também preconiza uma análise do tráfico que supere a questão de cifras e números, propondo um mergulho no conjunto de relações sociais encetadas pelo movimento

do tráfico atlântico. Um dos aspectos que consideramos relevantes de sua análise diz respeito àquilo que o autor denomina uma cultura marítima formada na diáspora, sendo esta fruto das relações estabelecidas ainda na própria travessia no interior dos navios negreiros. Um dos elementos dessa interação teria sido forçado pela própria necessidade de comunicação entre a tripulação e os diversos grupos de africanos transportados. Tal processo teria gerado uma reelaboração da gramática, do léxico e da entonação, dando origens a línguas como o inglês *pidgin* ou ao português crioulo. A propósito dessa questão, Robert Slenes, no trabalho "Malungu ngoma vem!", já havia defendido a tese da existência de uma "protonação" banto, formada na diáspora, a partir da necessidade de comunicação entre os africanos embarcados da África Centro-Occidental, o que teria aproximado expressões linguísticas comuns dessa região da África, favorecendo o processo de comunicação entre aqueles cativos.

A historiografia brasileira nos últimos anos tem avançado nos estudos que demonstram que a escravidão não roubou aos envolvidos pelo tráfico a sua capacidade de manter suas memórias, refundar comunidades e construir novas identidades; ou seja, não roubou a subjetividade dos cativos, embora a violência que fundou o processo de escravização não tenha sido anulada. Deste modo, multiplicaram-se entre nós os estudos sobre, por exemplo, a família escrava, sobre os processos de coroação de reis negros nas Américas, sobre as irmandades negras etc.

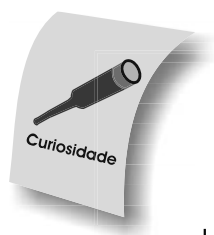
À guisa de exemplo, podemos refletir sobre o processo de construção de identidades étnicas e os nomes classificatórios do tráfico na América portuguesa. Como analisou Mary Karasch, as nações africanas que chegaram ao Brasil, na maioria das vezes, ostentavam nomes classificatórios impostos pelo tráfico, os quais se referiam, na quase totalidade, aos portos de embarque dos cativos. Com efeito, vamos encontrar nos documentos do período colonial referências como João "Congo", Maria "Angola", Antonio "Mina", Josefa "Benguela", José "Moçambique", entre outras.

Etnicidade

Características que podem ser encontradas em grupos de pessoas e que as tornam diferentes de outros grupos, tais como a língua.

Essas nações não correspondiam, efetivamente, aos grupamentos étnicos originais daqueles homens. Todavia, esses nomes não deixaram de ser um ponto de partida para que os africanos reconstruíssem suas histórias dando aos nomes do tráfico novos significados. Esse processo fez com que os historiadores refletissem sobre a organização dos chamados grupos étnicos na América portuguesa. Desde a década de 1960, as ciências sociais intensificaram os debates em torno das questões étnicas. Nomes como Fredrik Barth, Abner Cohen e muitos dos seus seguidores foram responsáveis por uma revisão profunda do conceito de **etnicidade**. Abandonou-se a concepção de que era possível o encontro de unidades étnicas no seu sentido original, passando-se a se preocupar com a identificação da diversidade do grupo em sua organização e não como os traços culturais eram distribuídos. Deste modo, o grupo étnico passou a ser visto não como uma unidade natural/pura, mas sim como uma unidade que, dotada de uma cultura, empreende um processo de reconstrução de suas formas de organização em meio às condições políticas, culturais e econômicas impostas pela situação vivida.

Entre os historiadores brasileiros que se dedicaram a estudar aspectos da diáspora africana no Brasil, João Reis talvez tenha sido um dos primeiros a mostrar como essas denominações do tráfico foram reapropriadas pelos escravos e ex-escravos de forma a constituírem unidades étnicas formadas em meio aos embates políticos e culturais vigentes na sociedade escravista brasileira. Mariza Soares preferiu compreender os nomes classificatórios do tráfico enquanto grupos de procedência, admitindo também que estes poderiam recriar, no ambiente da escravidão, relações múltiplas de solidariedade, tendo nas irmandades um dos espaços privilegiados de manifestação.



Irmandades e fronteiras étnicas

No Rio de Janeiro, já na primeira metade do século XVIII, os grupos étnicos haviam começado a construir fronteiras entre suas associações. Em 1700, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito iniciou a construção do seu templo, que abrigou, preferencialmente, os “pretos Angola”. Em 1740, a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia constituiu-se como uma irmandade de “pretos” forros e escravos das nações Cabo Verde, Costa da Mina, Ilha de São Tomé e Moçambique, proibindo terminantemente a entrada de “pretos” de Angola, crioulos e mestiços. Em 1747, esta mesma irmandade recebeu provisão para construir seu templo, que ficou pronto em 1754. A Irmandade de Nossa Senhora da Lampadosa, constituída, por “pretos Minas”, também não aceitava “pretos” de Angola.

Fonte: OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2008.

As irmandades foram um dos espaços, por excelência, onde se deu o processo de reconstrução das identidades étnicas na América portuguesa. O culto aos santos, um dos pontos centrais na estruturação dessas associações, para além da questão da fé, foi também um elemento de construção de fronteiras simbólicas entre os grupos de africanos. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o culto de Santo Elesbão e de Santa Efigênia estava identificado aos chamados “pretos minas”. Esse grupo, oriundo da África Ocidental – local chamado Costa dos Escravos – era composto por uma série de povos: entre eles, principalmente, os jejes e iorubás.

Documentos dessa irmandade, referentes ao século XVIII, analisados por Mariza Soares e por mim, comprovam a presença desses grupos no interior da associação. As histórias que os religiosos carmelitas difundiram na colônia sobre Elesbão e Efigênia os colocavam como santos originários da África, ele da Etiópia e ela da Núbia. Numa linguagem que objetivava claramente a conversão, ambos eram exaltados como luminares da fé cristã em terras africanas, ele representando o Sol e ela, a Lua.

John Thornton chama a atenção para o fato de que, já na África, os santos católicos vinham sendo reapropriados e identificados a divindades locais ou espíritos ancestrais protetores. Parece-nos que tal processo se intensifica na diáspora, tendo as irmandades como um veículo para tal. Entre os habitantes do reino do Daomé, grupo de língua jeje que compunha os chamados “pretos minas”, tinha grande importância o culto a Mawu e a Lissa, tidos como o par de divindades criadoras. Mawu era o princípio feminino, correspondente à Lua, e, Lissa, o princípio masculino, correspondente ao Sol. Mawu e Lissa teriam criado o céu e a terra e eram tidos como a origem das demais divindades que representavam os ancestrais de todas as famílias do Daomé. Alguns africanistas acreditam que o culto ao par de divindades criadoras teria sido implantado entre os séculos XVII e XVIII. Desse modo, parte do grupo dos “pretos minas” que aportaram no Brasil e estavam na irmandade carioca teriam tido contato com essas histórias. Não parece ser absurdo supor que as divindades jejes tenham sido associadas ao par de santos católicos que em suas histórias também resgatavam os princípios do masculino e do feminino, além de igualmente serem associados ao Sol e à Lua. Deste modo, Elesbão e Efigênia representavam simbolicamente a possibilidade de recriação de novas identidades étnicas, além de resgatar, dentro de certos limites, parte da memória ancestral daqueles povos no contexto da diáspora. Evidentemente, Elesbão e Efigênia não eram Lissa e Mawu, e nem tinham condições de sê-los. O que no contexto da diáspora se produzia era algo novo, fruto de uma intensa mestiçagem cultural que se fazia entre recortes de uma memória africana possível e uma releitura particular da cultura cristã ocidental.

Os estudos no campo da constituição de famílias também enfatizaram o casamento com um dos locais onde a reconstrução de identidades étnicas se realizava. Ao contrário da visão dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil escravista, trabalhos como os de Robert Slenes comprovaram que a família escrava foi uma realidade na América portuguesa, e que através dela os cativos puderam reconstruir, dentro dos limites impostos pela escravidão,

seus grupos parentais. Essa reconstrução recorreu em diversos aspectos ao resgate da memória dos grupos de linhagens comuns na costa africana. Essas linhagens reuniam grupos familiares que descendiam de um ancestral comum.

Como argumenta Sheila Faria, o matrimônio católico foi uma das estratégias possíveis aos africanos para fazer com que os senhores respeitassem seus grupos familiares. Nessa reconstrução do grupo familiar, como demonstra a autora, a endogamia de grupos foi um dos elementos que veio a prevalecer, ou seja, angola casava com angola, mina com mina e assim por diante. Deste modo, mais uma vez os nomes do tráfico eram reapropriados no sentido de reafirmar uma nova identidade que também se afirmava na reconstrução dos laços parentais.

Diante dessas novas perspectivas, parece-nos importante considerar que a relação entre tráfico atlântico e diáspora enseja também o entendimento de um intenso processo de circulação de culturas que, recriadas em novo ambiente, deram origem a sociedades novas, que seriam intensamente marcadas pela cultura dos colonizadores, mas igualmente desenhadas pelas diversas “Áfricas” que aqui aportaram.



Atende ao Objetivo 2

2. Explique como a compreensão do processo da diáspora pode abrir uma nova perspectiva de análise do tráfico atlântico.

Comentário

O aluno deverá demonstrar que a dispersão dos africanos na América foi mais do que um processo puramente econômico de troca de produtos por cativos, constituindo-se também num processo de trocas culturais, em que as diversas culturas africanas, aqui aportadas de forma forçada, contribuíram para a estruturação de algo novo, que não foi a mera reprodução da África e nem uma aceitação sem resistência da imposição da cultura europeia.

RESUMO

A aula visa apresentar um panorama das questões relativas ao tráfico de escravos e da diáspora dos povos africanos na América portuguesa. Abordando não só as questões relativas aos números do tráfico, pretende-se compreender a grande migração forçada de africanos para a América também como um fenômeno de cunho social e cultural.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, serão estudadas as invasões holandesas na Bahia e em Pernambuco em suas relações com a conjuntura internacional do século XVII, assim como os impactos produzidos na colônia.

Aula 7

O Brasil holandês: guerra e comércio no Atlântico Sul

Marcos Sanches

Meta da aula

Apresentar as características das invasões holandesas na Bahia, em 1624, e em Pernambuco, em 1630, relacionando-as com a conjuntura internacional do século XVII e os impactos produzidos na colônia.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. descrever a conjuntura internacional e, particularmente, atlântica do início do século XVII, relacionando-a às invasões holandesas;
2. caracterizar as invasões holandesas na Bahia (1624) e em Pernambuco (1630);
3. analisar as repercussões do domínio holandês no Nordeste brasileiro.

Pré-requisito

Para um bom aproveitamento desta aula, você precisa ter entendido o processo de organização da economia açucareira no Brasil e as mudanças na orientação da colonização durante o período de domínio espanhol. Esses conteúdos você aprendeu nas Aulas 3 e 6; portanto, se julgar necessário, volte àquelas aulas antes de começar a estudar esta.

INTRODUÇÃO

De Olinda a Holanda não há aí mais que a mudança de um
i, em a, e esta vila de Olinda se há de mudar em Holanda, e
há de ser abrasada para os holandeses antes de muitos dias;
porque pois falta a justiça da terra, há de acudir a do céu
(CALADO, 1987, p. 48).

A “profecia” do visitador do Santo Ofício, frei Antonio Rosado, da Ordem de São Domingos, cumpriu-se em 1630. Certamente, não fora o castigo divino como na explicação providencialista de frei Manuel Calado que se manifestara pela ação holandesa. A riqueza proporcionada pela economia do açúcar e o envolvimento direto dos holandeses no negócio são o ponto de partida para entendermos a investida da Companhia das Índias Ocidentais, na capitania de Pernambuco, em 1630, depois da malograda ação na Bahia, cinco anos antes.

As duas investidas da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), fundada em 1621, na Holanda, sobre os domínios portugueses da América constitui em processo complexo que envolve a projeção de conflitos europeus – particularmente o travado entre as Províncias Unidas e a Espanha –, a política espanhola adotada durante a União Ibérica (união das coroas de Espanha e Portugal, entre 1580 e 1640) e os diversos interesses envolvidos na economia açucareira nordestina.

A presença holandesa no Brasil foi objeto de intensa atenção da historiografia desde Francisco Adolfo de Varnhagem (2002, p. 12), que interpretou a reação dos colonos contra “uma das nações mais guerreiras da Europa” como indício de um nascente sentimento nativista. Desde a *História Geral do Brasil*, editada a partir de 1854, o autor já atribuía grande relevância aos episódios e, na sua última obra – *História das lutas com os holandeses no Brasil* –, foi bastante explícito ao considerá-la como exemplo ou estímulo aos brasileiros durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando a busca de uma verdade histórica estava claramente vinculada à constituição e à exaltação de uma memória nacional.

Na geração seguinte, Capistrano de Abreu (1976, p. 96) foi um dos que de certa forma subestimaram a complexidade do processo. Em seus “Capítulos” colocava a invasão – “mero episódio da ocupação da costa” – em segundo plano, privilegiando a “corrente interna, mais volumosa e mais fertilizada que o tênue fio litorâneo”.

A sua explicação repete argumentos já conhecidos: a repressão ao comércio holandês, como consequência das medidas restritivas implementadas desde a década de 1580 e aos conflitos europeus, em especial, a Guerra dos 30 Anos; as dissensões internas na colônia e a precariedade da sua defesa; e certa identificação de interesses entre a elite colonial e o comércio holandês, pois “passado o primeiro momento de entusiasmo, os reinos quiseram reassumir a sua atitude de superioridade e proteção” (ABREU, 1976, p. 97).

Se cada um dos elementos apontados apresenta relevância, a explicação do conjunto deve ser repensada, partindo-se do duplo sentido atribuído por Evaldo Cabral de Mello (1998, p. 14) à expressão guerra do açúcar:

guerras pelo açúcar, vale dizer, pelo controle das ricas fontes brasileiras de produção [e] guerras sustentadas pelo açúcar, pelo sistema econômico e social que se desenvolveu no nordeste, a fim de produzi-lo e exportá-lo para o mercado europeu.

Varnhagem (2002) não deixou de perceber a ação batava (holandesa) no Brasil como produto das disputas de caráter mercantilista entre os países europeus, agravadas, no caso específico, pela rivalidade entre as Províncias Unidas e a Casa d'Áustria. Varnhagem (2002, p. 48-52) relacionava a criação da Companhia das Índias Ocidentais em 1621 ao fim da “trégua” e mencionava projetos luso-espanhóis de criação de uma companhia de comércio para o Brasil.

A questão central para explicar a opção por Pernambuco na invasão de 1630 era o controle do comércio, em especial o do açúcar:

Resolveu, porém, não insistir em ocupar a Bahia, que provavelmente encontraria prevenida; escarmentada com a última invasão, pior receberia de novo o seu domínio. Lançou, pois, suas miras cobiçosas a Pernambuco, mais perto da Europa, e cuja ocupação julgou mais fácil e mais rendosa, em consequência até das devastações que acabava de sofrer a Bahia e de outros dados que deviam, na Holanda, ser muito conhecidos, a ponto de publicar um escritor holandês contemporâneo que um seu compatriota, que vivera 30 anos no Brasil, assegurara-lhe que só Pernambuco produzia, anualmente, 60 mil ducados, afora o tabaco, o pau-brasil etc. (VARNHAGEM, 2002, p. 72).

Todas as histórias gerais do Brasil repetem os argumentos da invasão, alguns dos quais têm como fonte frei Manuel Calado, o mais importante testemunho sobre Pernambuco durante o domínio holandês, na avaliação de José Antonio Gonsalves de Mello (1947, p. 32). O desaparelhamento das defesas conhecido por meio de contatos anteriores, quando do apresamento de navios e a cumplicidade de judeus/cristãos-novos presentes na conquista, apontados com frequência como causas da invasão, foram ironizados por Charles Boxer (1961) para quem os holandeses não precisavam de redes de informantes, já que mantinham estreitos vínculos com o Nordeste brasileiro.

A referência aos judeus tem outros desdobramentos importantes. Citemos mais uma vez frei Manuel Calado (1987), a primeira fonte sobre o problema:

os cristãos-novos (...) judaizavam muitos deles, como bem o mostraram depois que o Holandês entrou na terra, que se circuncidaram publicamente e se declaram por judeus (CALADO, 1987, p. 48).

Sem dúvida, a documentação inquisitorial comprova a presença de cristãos-novos e a ocorrência de práticas judaizantes na colônia, mas é possível que os “inumeráveis” mercadores de Olinda, descritos nos “Diálogos” de Brandônio (BRANDÃO, 1966), sejam em parte associados à tradição judaica no trato com as atividades mercantis em uma sociedade de ordens, que lhes depreciava a atividade.

A historiografia mais tradicional, fundada na preocupação oitocentista com a identidade nacional, reverberou enfaticamente tal versão, qualificando de forma pejorativa alguns personagens que se aliaram aos holandeses com o “judeu” Antonio Dias, o “papa-robalos”, guia da invasão de Olinda a partir do Pau Amarelo e o “mulato contrabandista” Domingos Fernandes Calabar. A rigor, todos os que se ligaram ao invasor são definidos em oposição ao padrão ideal, seguido pelos autores como paradigma do ser brasileiro: ser branco, português e católico; perfil, para citar mais uma vez Varnhagem, que se encaixa na imagem dos heróis da resistência brasílica, como Matias de Albuquerque, que “fez o que podia”, tributando às indecisões e descasos da Corte a maior responsabilidade pelo sucesso do ataque (VARNHAGEM, 1956, p. 72-73).

O Brasil no contexto da economia atlântica

A virada para o século XVII foi marcada por um deslocamento do eixo principal do Império português do Oriente para o Atlântico, no qual o Brasil ocupava lugar central, destacando-se na produção de açúcar e dinamizando as relações com a África, como grande área receptora de escravos.

O interesse holandês (e, de um modo geral, dos comerciantes dos Países Baixos) nos negócios do açúcar antecede muito as invasões. Desde a montagem da empresa colonizadora, em Pernambuco, por exemplo, as ações do primeiro donatário Duarte Coelho já se beneficiaram de ligações com os holandeses.

Gonsalves de Mello (1976) destaca que pelo menos desde a segunda metade do século XVI os holandeses estavam presentes na economia colonial, tanto na sua exploração direta, como no caso do Engenho São Jorge, em São Vicente, arrendado a banqueiros da Antuérpia, quanto no fornecimento de capitais, realizando o transporte e o refino do açúcar no próprio território europeu.

Charles Boxer (1961) também destaca que os holandeses “não eram estranhos ao Brasil”, mas acrescenta que o envolvimento intensificou-se durante o período espanhol, “graças à cumplicidade oficial dos portugueses”. Tal fato está ligado ao conjunto de medidas de restrição ao comércio estrangeiro com o Brasil, adotado pelos espanhóis (temática já estudada na Aula 6), prejudicando não só os estrangeiros, mas os portugueses a eles associados. No entanto, as relações comerciais foram plenamente restabelecidas no período entre 1609 e 1621, durante a trégua entre as Províncias Unidas e a Espanha:

(...) foi porém durante a trégua de 1609-21 que o seu tráfico com o Brasil tomara grande impulso, isso a despeito das explícitas e reiteradas proibições baixadas pela coroa espanhola no tocante ao comércio dos estrangeiros com a colônia. A maneira pela qual se conseguiu chegar a essa invejável situação vem explicada numa representação que a respeito desses negócios fizeram em 1622 os mercadores holandeses aos Estados Gerais. O comércio holandês com o Brasil prosperava sempre graças ao papel de intermediários, desempenhado por “muito bons e honestos portugueses, na sua maioria moradores de Viana e do Porto” (...). Graças a essa cumplicidade oficial dos portugueses na desobediência às leis do rei de Espanha, calculavam os comerciantes holandeses haverem chamado a si a metade, sendo os dois terços, do comércio marítimo entre o Brasil e a Europa. Ao expirar a trégua, construíam-se anualmente na Holanda quinze navios para o uso exclusivo desse comércio, ao mesmo tempo que se importavam, via Portugal, 50.000 caixas de açúcar, afora pau-brasil, algodão, couro etc. A maioria desses produtos brasileiros era expedida para o Porto e Viana, onde eram mais baixos os impostos de importação e exportação, impostos que eram ainda muitas vezes reduzidos mediante o suborno das autoridades. Ao passo que em 1595 existiam na Holanda setentrional apenas três ou quatro refinarias de açúcar, esse

número ascendia a vinte e nove em 1622, vinte e cinco das quais em Amsterdam. Boa parte desse açúcar refinado era reexportada para a França, a Inglaterra e os Países Bálticos, proporcionando à Holanda novos lucros, ao mesmo tempo que o Brasil constituía um valioso mercado de exportação para as linhas e tecidos holandeses. Desnecessário é dizer que os interessados nesse próspero comércio de contrabando encaravam com susto a idéia de um ataque às colônias ou aos navios luso-americanos, o que exporia a represálias os seus próprios barcos e bem assim os seus agentes no Porto e em Viana (...) (BOXER, 1961, p. 27-29).

Os interesses econômicos não constituem a única explicação das ações. O enfraquecimento do império espanhol ajudava a consolidar a independência das Repúblicas Unidas e, além dos interesses dos comerciantes e das companhias de comércio privilegiadas, o período marca o declínio dos países ibéricos e a ascensão holandesa, e depois, a inglesa na economia mundial. Vivia-se a constituição de nova “economia-mundo”, para usar a expressão de Braudel (1998), nucleada em Amsterdã.

Na historiografia brasileira mais recente, Arno Wehling (1994) considera que o envolvimento nos negócios do açúcar não é a única causa da ação da Companhia no Brasil, devendo ser levados em conta o quadro internacional, a consolidação das práticas típicas do mercantilismo e até os primeiros sinais de declínio dos rendimentos do açúcar.

O final da trégua teve como consequência imediata a constituição da Companhia das Índias Ocidentais, em moldes semelhantes a sua congênere, a Companhia das Índias Orientais (WOC), mas com objetivos distintos e bem específicos.

Se na historiografia brasileira é consensual atribuir papel decisivo à participação dos holandeses na economia açucareira e na colonização do Nordeste de um modo geral, autores europeus, como Kossmann (1979), afirmam que “o comércio transoceânico era, apesar

de tudo, de importância secundária dentro da estrutura da economia holandesa”. Para o autor, a Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621, ao final da “trégua dos 12 anos”, tinha “seu objetivo (...) totalmente distinto à Companhia Oriental”, datada de 1602, voltando-se para “hostilizar a Espanha”, como no conhecido caso da captura da frota americana em 1628 (1979, p. 260).

Gonsalves de Mello (1981), na Introdução do primeiro volume das *Fontes para História do Brasil Holandês*, dá-nos interpretação diferente, ao destacar, além da importância do comércio, “a crescente dependência dessa área da economia holandesa (o refino do açúcar) do fornecimento do açúcar brasileiro”, vinculando a produção colonial ao processo em curso na Europa de desenvolvimento manufatureiro e industrial.

Segue a interpretação de Engel Sluiter, que vincula a decisão de atacar o Brasil aos prejuízos consequentes ao fim da “trégua”:

Cerca de 1621 esse interesse foi o poder soberano para influente parte de negociantes holandeses. Quando ficou evidenciado a esse grupo, que era fortemente representado na nova Companhia das Índias Ocidentais, que a renovação da guerra só lhes fecharia outra vez a Península Ibérica, mas também os privaria do acesso ao açúcar brasileiro, eles aconselharam a conquista da colônia (SLUITER, 1967, p. 206-207).

A conjuntura do início do século XVII já apresentava os sinais de estagnação/retração que, de modo geral, caracterizam a economia da centúria. Nesse contexto, Boxer (1961) avaliou uma perda, na terceira década da centúria, de cerca de 20 mil cruzados na arrecadação dos dízimos, corroborando certa “diminuição dos frutos do Brasil” e a urgência de defendê-lo melhor de que falava Matias de Albuquerque em 1627.

A documentação contábil dos engenhos, explorada por Vera Lucia Ferlini (1988), revela dados mais precisos sobre os primeiros sinais de declínio da economia açucareira. Embora a regressão secular só vá atingir plenamente o setor depois de 1650, entre 1620

e 1634, portanto englobando a data das duas invasões, o preço do açúcar declinou 17%, enquanto os escravos encareceram 55%, tendências refletidas na queda da lucratividade.

O conflito latente da Holanda com a monarquia filipina explica outras investidas no Brasil, como a da baía da Ilha Grande, entre 1614 e 1615, combatida por Martim de Sá e Constantino Menelau, sendo que o primeiro manteve um antigo costume de tomar para seu serviço alguns dos estrangeiros prisioneiros que, portanto, permaneceram na colônia. A investida no Rio de Janeiro era parte da chamada guerra de corso, “primeiro lance do conflito luso-holandês” que “deslança em 1621 com o estabelecimento da WIC e desemboca na tomada de Olinda e Recife em 1630” (ALENCASTRO, 2000, p. 190).

Dentre os holandeses que permaneceram na colônia, parece que conhecemos a identidade de um. Trata-se de Jan Andries Moerbieck, que acabou desempenhando papel de informante privilegiado por meio de sua obra, editada em 1624: “Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a Terra do Brasil, e isto quanto antes.” No entanto, se a presença de estrangeiros, em especial holandeses, serviu de argumento para justificar uma certa facilitação das invasões, não devemos deixar de levar em conta a regularidade da estada de tais indivíduos na colônia, como já apontou José Antonio Gonsalves de Mello (1981), na introdução de *Memória de Verdonnck*, um holandês já estabelecido no Brasil. Os “invasores encontraram aqui vários neerlandeses”, “senhores de engenhos” e “comerciantes ricos”, reforçando a “indicação de que os capitais flamengos não faltaram à economia do nordeste”.

A memória de Jan Andries Moerbeek, dedicada ao príncipe de Orange e aos Estados Gerais dos Países Baixos, constituiu-se em verdadeiro libelo de propaganda para a invasão do Brasil, empreitada favorecida pela inexperiência dos colonos com a defesa e porque “os que oferecerão maior resistência ou defesa são, em sua maior parte, de religião judaica, inimigos dos espanhóis”. O ataque e o confisco

de terras e mercadorias do “Rei de Espanha, clero e negociantes particulares portugueses” “carregará grandes tesouros em navios e mercadorias (...) que se encontram em Pernambuco e Bahia”:

Estimando o rendimento da terra em 77 toneladas/ano de ouro, Moerbeek não temia a reação dos colonos que seriam “compensados pelo aumento da produção”, favorecida pela liberdade de comércio, pela atração de novos empreendedores, pela maior valorização dos investimentos e pelo maior incremento nas relações com a África, além de fragilizar as potências ibéricas, que já tinham perdido possessões africanas e orientais para a WOC, de aumentar as despesas espanholas e de aprofundar as dissensões entre portugueses e espanhóis:

Rei da Espanha perderá, assim, grande parte da sua Índia Ocidental com todas as suas terras, rendas, produtos, lucros e impostos. (...) isto será ruína e empobrecimento do reino de Portugal, por ele depender totalmente do domínio do Brasil (MOERBEECK, 1942, p. 42).

Conjugavam-se, portanto, interesses comerciais e estratégicos:

(...) assim, a WIC obterá meios e ocasião de arrebatando ao rei da Espanha as suas outras terras e reinos decentemente, sem perigo e sem despesas, porque com os lucros do comércio com o Brasil ela poderá manter poderosas frotas e muitos milhares de soldados (...) (MOERBEECK, 1942, p. 42).



Atende ao Objetivo 1

1. Tomando por base esta citação transcrita e considerando os conteúdos apresentados ao longo da aula, responda às questões a seguir:

A nação portuguesa fixou-se em umas quatrocentas milhas à beira da costa marítima do Brasil, de modo que ali se pode chegar com um exército e explorá-la, plantando cana, produzindo açúcar, tabaco, gengibre, semeando outros frutos e vendendo todos esses gêneros aos negociantes de Portugal ou, então, mandando-os para cá. Há, pois, nessa terra muitas pessoas ricas e poderosas. Às quais se poderia aplicar, por motivo da conquista, um imposto por cabeça, em proveito da Companhia das Índias Ocidentais. Tal imposto importará em muito e será pago sem grandes oposições, visto que aquelas pessoas, bem como todos os residentes portugueses, serão, em breve, libertadas da tirania e da inquisição espanholas e levadas à obediência de Sua Majestade (...) Terão, igualmente, todos os gêneros de primeira necessidade em maior abundância e por menor preço, ficando de posse de seus bens com maiores garantias e gozando outros benefícios (...) (MOERBEECK, 1942, p. 32-33).

a. Por que a política adotada pela Espanha em relação ao Brasil prejudicava os interesses dos Países Baixos na colônia?

b. Por que as fontes falam de certa “cumplicidade” entre os holandeses e os colonos brasileiros, a qual de certa forma facilita as investidas da Companhia das Índias Ocidentais?

Respostas Comentadas

a. A política espanhola foi caracterizada por medidas monopolistas, nomeadamente sucessivas restrições e proibições ao comércio de estrangeiros com o Brasil. Tais medidas não só expressavam o “exclusivo” característico da colonização mercantilista como visavam eliminar a participação holandesa na economia açucareira, presente desde o século XVI e envolvendo diversos aspectos do processo (financiamento, transporte, refino etc.). Para o autor, as restrições impostas trariam prejuízos à produção.

b. Da mesma forma que os holandeses tinham enorme comprometimento de capitais e empreendimentos com as refinarias na economia açucareira, os produtores coloniais dependiam do capital mercantil, no caso holandês, para viabilizar o processo produtivo com crédito, fornecimento de escravos e colocação do produto no mercado europeu. Desobedecer ou eliminar as restrições impostas pela Espanha significava vencer uma verdadeira “tirania” imposta aos colonos no dizer do autor, justificando a “cumplicidade” em torno dos objetivos econômicos sobrepondo-se, em muitos casos, a realidade política da Companhia dominar uma colônia luso-espanhola.

O ensaio geral: a invasão da Bahia

A primeira invasão ocorreu na Bahia, entre maio de 1624 e abril de 1625. Comandada por Jacob Wilekens e Johan Van Dorf, dominou-se a cidade de Salvador, prendendo o governador. A cidade foi quase que totalmente abandonada por sua população, que se deslocou para o recôncavo, principal área produtora de açúcar, que o domínio holandês não conseguiu alcançar:

Na manhã de 17 de maio, logo que os tambores romperam alvorada, apareceu junto à citada porta um português com bandeira branca, a entregar a cidade, na qual entramos a seguir, postando-nos em ordem de batalha na praça do mercado; guarneceamos todas as portas e corpos de guarda e aquartelamos. Na mencionada cidade de S. Salvador, não encontramos outra gente senão negros, mas grandes riquezas em pedras preciosas, prata, ouro, âmbar, muscada, bálsamo, veludo, sedas, tecidos de ouro e prata, cordovão, açúcar, conservas, especiarias, fumo, vinho de Espanha e Portugal, vinho das Canárias, vinho tinto de Palmas, excelentes cordiais, frutas e bebidas, com o que muito nos maravilhamos, e alguns soldados denominaram a terra de “batávica”, não tardou em começar o jogo vós, à moi, dividindo-se o ouro e a prata em chapéus, e havendo quem arriscasse numa carta trezentos e quatrocentos florins (ALDENGURGK, 1961, p. 171-176).

A resistência, comandada pelo bispo D. Marcos Teixeira, recebeu reforços enviados pelo governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, e impediu a progressão dos invasores; em grande parte, graças à aplicação de uma forma específica de guerrear que ficou conhecida como “guerra brasílica”.

A chegada de uma frota luso-espanhola, comandada por D. Fradique de Toledo Osório, obrigou a capitulação dos holandeses.



Guerra brasílica

A denominação “guerra brasílica” aparece pela primeira vez em 1615, no livro de Francisco de Brito Freire, *Nova Lusitânia ou História da Guerra Brasílica*. Caracterizava-se pelo uso de estratégias, táticas e equipamentos diversos daqueles aplicados pelos exércitos europeus, podendo ser considerada como uma guerra tipicamente colonial. Marcada por movimentos rápidos, uso de pequenas unidades e ataques de surpresa, teve como formas mais comuns a guerrilha e a emboscada, que se beneficiavam do conhecimento do terreno e do apoio dos colonos. A prática da guerra brasílica é também um exemplo do processo de aculturação vivido nas colônias, onde os europeus incorporaram elementos das culturas africanas e, principalmente, indígenas.

A invasão da Bahia foi um relativo fracasso e representou pesado prejuízo financeiro para a Companhia, mas o seu significado deve ser compreendido dentro de um plano mais amplo, como destacou Luiz Felipe Alencastro (2000), de “alvos conjugados”, em que a captura da Bahia foi acompanhada de novas ações na África (Benguela e Luanda), onde os holandeses já haviam se assenhorado da fortaleza de São Jorge da Mina na Guiné.

Os sucessos seguintes da Companhia, liderados pelo almirante Piet Heyn, com nova incursão à Bahia (1627) e, sobretudo, o apresamento da frota espanhola de Prata (1628), proporcionaram os recursos para a investida que se seguiu em 1630: a capitania de Pernambuco.

“A mais deliciosa, próspera e abundante”: a capitania de Pernambuco no Brasil holandês

A capitania de Pernambuco era, no início do Seiscentos, a mais importante do Brasil, como atesta a estada em seu território de vários governadores-gerais, ainda que isso contrariasse recomendações expressas da Coroa, como no caso de Diogo Luis de Oliveira, primeiro efetivo no cargo desde a expulsão dos holandeses da Bahia, cujo exercício do governo lhe foi transmitido, em 1626, por Matias de Albuquerque, em Olinda. Os adjetivos de frei Manuel Calado – “deliciosa, abundante e próspera” – refletem a importância central de Pernambuco na América portuguesa (CALADO, 1987, p. 47).



Figura 7.1: Mapa mostrando o esquadrão naval holandês, comandado por Hendrick Corneliszoon Lonck, na invasão de Pernambuco em 1630.

Fonte: *Hanc Tabulam continentis laetam Pharnambuci* [incluindo este rico mapa de Pernambuco], Nicolaes Visscher [ca. 1640]. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Cartografia.
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart374058.jpg

O mapa apresentado – que reproduz o assédio da esquadra holandesa à capitania – nos mostra uma densa ocupação dos núcleos urbanos, no caso Olinda, e intensa ocupação da lavoura no eixo dos principais rios. A riqueza da capitania é unanimidade em todas as fontes contemporâneas. O texto usado como subtítulo, de autoria de frei Manuel Calado, chega a especular com a condição de mais rico domínio de Portugal – “não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinas o Reino de Portugal tem debaixo de sua Coroa” (CALADO, 1987, p. 47).

A economia de Pernambuco estava centrada na produção de açúcar, produzido em seus “infinitos engenhos”, mas incluía também “muitas lavouras de toda parte” e “criações” (BRANDÃO, 1966, p. 26), caracterizando um complexo econômico regional, polarizado pela capitania. A descrição de Brandônio coincide com as informações do sargento-mor Diogo de Campos Moreno: “tem grande força, sendo a povoada de toda esta costa, porquanto moem açúcar noventa e nove engenhos e nas demais povoações e fazendas, mais de oito mil moradores brancos” (MORENO, 1958, p. 175).

A importância de Pernambuco no trato mercantil atlântico era também destacada pelo sargento-mor, para quem Olinda “semelha uma Lisboa pequena” onde “habitam inumeráveis mercadores de muito preço, de toda sorte, em tanta quantidade”. No seu porto, encontravam-se “em qualquer tempo do ano” mais de trinta navios, totalizando 120 embarcações ao ano, escoando uma produção de “açúcar, algodão e pau”.

Na mesma direção, aponta Diogo de Campos Moreno sobre o Recife, onde “ajuntam-se contínuo, mais de duzentos homens de mar”, gerando grande disputa para o transporte das mercadorias, chegando os pilotos a fazerem “mimos e regalos aos senhores de engenho”. O rendimento dos dízimos da capitania era estimado em 43.400 cruzados, “fora os direitos das alfândegas do Reino e fora o pau-brasil que, tudo junto, são muitos mil cruzados” (MORENO, 1958, p. 184), valores que, descontada a imprecisão da época,

aproximam-se dos 100 mil cruzados de rendimento global da fazenda real, apontado por Brandônio que também estimava em vinte mil cruzados a redízima do donatário.

Joaquim Veríssimo Serrão (1968), talvez o mais citado historiador português sobre o período filipino, destaca dois aspectos que corroboram a importância da capitania: as intervenções dos provedores do Estado do Brasil para coibir abusos e delitos fiscais e para apoiar ações de defesa, em discutível violação dos direitos dos donatários, e o desenvolvimento sistemático de ações de defesa, melhorando e/ou construindo conjuntos sistemáticos de fortificações.

Sendo o açúcar o responsável pelo “prodígio” da capitania de Pernambuco, eram também estreitos os vínculos desse setor da economia colonial com os capitais dos Países Baixos que, apesar das restrições impostas pela monarquia filipina em 1585, 1590, 1595 e 1599, se mantiveram de forma direta ou por intermédio de portos metropolitanos, como Porto e Viana, sendo este último origem de número expressivo de colonos, migrado para Pernambuco, reforçando o entendimento de Serrão para quem a notícia da perda da capitania “traduziu-se em calamidade nacional, no ânimo das gentes e no consenso da própria Corte”:

(...) não causa, aliás, espanto essa reação. Não só aquela capitania era a mais rica do Brasil e com maior número de moradores brancos, como também o comércio que dali se fazia com o reino implicava muitos interesses privados, agora com a ameaça de ruína. A linha comercial de Pernambuco ligava-se à dos portos de Lisboa, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Faro, Aveiro e outros de menos importância, envolvendo acionistas e comerciantes, mestres e tripulantes de navios, que assim perdiam seus capitais e a fonte de seu rendimento comercial (...) (BRANDÃO, 1968, p. 208).

Apesar da decantada riqueza de Pernambuco, a expedição comandada por militares experientes, como Sigemundt von Skoppe, não teve maiores dificuldades em conquistar os aglomerados urbanos

de Olinda e Recife. No entanto, o avanço na zona da mata, principal área produtora de açúcar, enfrentou forte resistência novamente liderada por Matias de Albuquerque e caracterizada pela “guerra brasílica”, a partir do arraial do Bom Jesus, por ele fundado.

A resistência manteve-se até 1635, mas os holandeses continuaram avançando. Dominaram Itamaracá e Rio Grande (1633), e Paraíba (1634), incluindo o cabo de Santo Agostinho, privando o arraial de receber suprimentos regulares. As dificuldades do reino na Europa (guerra, crise financeira etc.) e as precárias condições do governo geral do Brasil deixaram a resistência entregue às próprias forças, levando à rendição do arraial em 1635, com a retirada de Matias de Albuquerque para a Paraíba e o sempre citado episódio do enforcamento de Domingos Fernandes Calabar.



Calabar foi um “traidor”?

Domingos Fernandes Calabar é um personagem sempre referido com ênfase na historiografia, como símbolo do “traidor”, ou seja, do colono que aderiu às forças de ocupação. É atribuída a sua colaboração, a partir de 1632, grande parte dos sucessos dos holandeses em derrotar a resistência, liderada por Matias de Albuquerque. Foi sumariamente enforcado, quando o governador recuperou a cidade de Porto Calvo, em 1635. Nascido no início do século XVII, estudou com os jesuítas e parece ter sido indivíduo bem colocado na sociedade nordestina, certamente ligado aos grupos produtores de açúcar. A ênfase na figura da traição serviu à historiografia tradicional desde Varnhagem, para valorizar o caráter nativista da luta empreendida no Nordeste. Contemporaneamente, a figura de Calabar tem sido reavaliada, podendo entender-se a sua adesão aos holandeses a partir dos interesses comuns entre a Companhia das Índias e os colonos prejudicados pela política espanhola.

Entre os anos de 1635 e 1637, cessou toda a resistência aos invasores e tornaram-se mais estritas a relação entre o setor produtivo e a Companhia, em torno do que lhes era comum: a economia do açúcar. Símbolo do novo período foi a contratação pela Companhia do príncipe João Maurício de Nassau Siegen para dirigir o seu empreendimento no Brasil.

As fontes produzidas pela Companhia durante o domínio exercido sobre o Brasil revelam o empenho sistemático em incrementar a produção. Apesar de relacionar 173 engenhos em 1635, a “Lista de tudo o que o Brasil pode produzir” reconhecia tal necessidade ao defender: “aquelas terras sejam povoadas e os engenhos postos a moer (...) novas invenções dirigidas com menos despesas”.

O “Inventário”, de Schott, em 1636, já indicava a existência de engenhos localizados em áreas pioneiras, sugerindo o avanço da fronteira agrícola, e o “Discurso” de Nassau, em 1638, elogiava os produtores locais que “não se mostravam menos diligentes” e no seu empobrecimento poderiam ser “bravamente auxiliados pelos nossos mercadores”.

Maurício de Nassau considerava que o preço alto do açúcar estimulava todos a plantar e também a confiança dos mercadores. Sumariava o comércio com a Holanda que envolvia, além do açúcar, pau-brasil, tabaco, doces, couros e madeiras, enxergando boas possibilidades para o desenvolvimento do algodão, do gengibre e do anil (NASSAU, 1638).

Culminando no processo de instalação dos holandeses no Nordeste do Brasil, o “Relatório” de Adrien van der Dussen, produzido próximo à Restauração portuguesa (1640), é claro, em sua extensa descrição, ao indicar o sucesso da política da Companhia. A sua narrativa evidencia a recuperação da produção de açúcar e uma certa estabilização das relações entre os diversos grupos presentes na conquista.

A administração de Maurício de Nassau estendeu-se até 1644, quando o domínio holandês atingiu sua máxima extensão no Brasil e na África. São Jorge da Mina foi conquistada em 1637. A tentativa de conquistar a Bahia data de 1638 e, sobretudo, após a Restauração, Sergipe e Maranhão, no Brasil, e São Tomé e Angola, na África, foram dominados em 1641.

A Restauração – fim do domínio espanhol sobre Portugal e suas colônias – representou novo elemento no quadro internacional. O Brasil não estava mais sob domínio espanhol, o que fazia cessar várias justificativas da invasão, mas Portugal tinha como prioridade a guerra com a Espanha, evitando hostilizar a Holanda, peça-chave de um sistema de alianças que a nova monarquia portuguesa precisava para se consolidar. Isso explica a trégua de dez anos entre Portugal e as Províncias Unidas, que possibilitou importante surto econômico na colônia.

Durante o período de Nassau, a administração foi reorganizada, com a criação do Conselho dos Escabinos – instituição com algumas semelhanças com as Câmaras portuguesas – e novos ofícios de natureza policial e judicial. A Companhia adotou uma política de incremento da produção, fornecendo créditos aos produtores, transferindo a titularidade de engenhos abandonados a novos proprietários e criando na prática um novo grupo de senhores de engenho, que, posteriormente, teve destacado papel na capitania de Pernambuco.

As medidas econômicas de Nassau demonstram clara compreensão da complexa estrutura da produção de açúcar. Além de vender engenhos abandonados e fornecer créditos, cuidou-se de garantir na África o fornecimento da mão de obra escrava e foi incentivada a diversificação agrícola (por exemplo, a obrigação de plantio de mandioca, medida recorrente em todo o período colonial) para garantir o abastecimento da população.

A aproximação com os colonos portugueses incluía deliberada política de tolerância religiosa, evitando-se até a repressão de práticas da religiosidade colonial, que tal qual para os católicos, também não eram bem vistas pelos calvinistas. Em comum, os dois

grupos cristãos opunham-se à liberdade de culto dos judeus, grupo mal visto mas com importante papel na economia pernambucana, o que pode explicar as medidas de proteção que obtiveram dos Estados Gerais da Holanda em 1645.

Tal conjunto de medidas permitiu, como mostram as fontes, a regularização e expansão da produção do açúcar, cujas exportações cresceram de 100 mil arrobas em 1638 para 300 mil arrobas em 1645.

Nassau promoveu ainda várias intervenções urbanas em Olinda e, sobretudo, no Recife, que ganhou um formato geométrico, cortado por canais, com instalações comerciais (trapiches etc.) e portuárias melhores que as de Olinda, além de instituições, como jardins botânico e zoológico e um museu, semelhantes aos do Rio de Janeiro, que sediavam estudos variados, inclusive de Astronomia. Por tudo isso, Recife tornou-se o principal núcleo do Brasil holandês.

O governador se fez acompanhar também de vários artistas, dentre os quais os mais conhecidos são os pintores Franz Post (**Figura 7.2**) e Albert Eckhout (**Figuras 7.3 e 7.4**, cujas obras representam rico material etnográfico sobre o período colonial).



Figura 7.2: Engenho de açúcar (Franz Post).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_com_capela.jpg



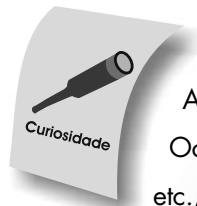
Figura 7.3: *Dança tapuia* (Albert Eckhout).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Albert_Eckhout_1610-1666_Tarairiu-dansere.jpg



Figura 7.4: *Mulher africana* (Albert Eckhout).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mulher_Africana.jpg



As invasões do Nordeste pela Companhia das Índias Ocidentais não se confundem com as ações de saque, corso etc., comuns à época moderna. Foram ações planejadas na linha dos interesses dos Países Baixos e que também favoreciam os colonos, igualmente prejudicados pela política espanhola. Na ficção, Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra consagraram esse entendimento, embora o texto referido tenha sido construído como uma metáfora à ditadura vivida no Brasil, nos anos de 1970:

NASSAU – A guerra entre Holanda e Portugal nunca existiu. Durante todos esses anos, tivemos um inimigo comum, a Espanha. A ávida Castela dos Felipes, que, não satisfeitos de humilhar Portugal, pretendiam estender suas garras imperialistas até os Países Baixos. Queriam ocupar o trono da Holanda e conquistar o mundo, os Felipes. Mas a Restauração de Portugal vem marcar o início de um novo tempo. E o fim de um longo equívoco (abraça o Frei e enche os dois cálices) – Viva D. João Quarto, rei de Portugal! (HOLANDA; GUERRA, 1974, p. 99-100).



Atende ao Objetivo 2

2. Com base no texto de Mauricio de Nassau (1638), apresentado a seguir, responda às questões.

Os portugueses que ficaram sob a obediência de Suas Altas Potências, os Estados Gerais e da Companhia das Índias Ocidentais, e por isso conservaram as suas terras e engenhos, bem como os que nos compraram alguns engenhos confiscados, não se mostraram menos diligentes do que os holandeses, posto que todos se acham geralmente muito empobrecidos pela guerra e com os seus próprios recursos não se podem ajudar; mas são bravamente auxiliados pelos nosso mercadores, que tendo muitas mercadorias e delas pouco proveito tirado, servem de boa vontade a quem possui engenho ou canavial, fornecendo aos agricultores todas as mercadorias e também o dinheiro de que precisam, para ser a dívida paga pela safra, sendo que alguns dão ainda maior prazo, que tal foi o único meio de animar a cultura. Acresce que o açúcar subiu a tão alto preço que estimula a todos a plantar cana com muita força e inspira grande confiança aos mercadores para com aqueles que dispõem de engenhos e canaviais.

a. Que tipo de relação a Companhia da Índias procurou estabelecer com os colonos?

b. Relacione a conjuntura, o entrelaçamento dos interesses dos colonos e da Companhia.

Respostas Comentadas

a. A Companhia das Índias, interessada em obter lucros da exportação do açúcar, tomou várias iniciativas, visando recuperar a produção prejudicada pela guerra, e promoveu a sua ampliação. Confiscou engenhos abandonados e promoveu sua venda de forma financiada e, no geral, forneceu crédito aos produtores, “bravamente” apoiados pelos mercadores holandeses.

b. Nas primeiras décadas do século XVII, os preços do açúcar continuavam a crescer, ainda aproveitando a conjuntura positiva que caracterizara o século anterior. A nova tendência conjuntural inspirava grande confiança, no dizer de Nassau, tanto para a Companhia quanto

para os colonos interessados em ampliar as exportações, o que justifica as ações tomadas e já apresentadas na questão anterior, e um recuo relativo da resistência, podendo-se falar em uma certa acomodação entre os dois grupos.

A insurreição pernambucana ou a guerra do açúcar

As relações relativamente tranquilas dos colonos com os holandeses começaram a mudar após 1640. A Restauração, como já foi comentada, mudou o quadro político europeu. Seu reflexo imediato na América foi a reação do Maranhão (1641), onde os colonos liderados por senhores de engenho e comerciantes retomaram o controle da região, apoiados oficiosamente por Portugal.

Em 1644, a saída de Nassau denunciava novos problemas para o domínio holandês. Incompatibilizado com a direção da Companhia, para quem as ações de governo, inclusive despesas tidas como excessivas, prejudicavam os interesses mercantis, o período corresponde à reversão de tendência (para baixo) dos preços do açúcar no mercado internacional, fonte de crescentes prejuízos da Companhia.

O “endurecimento” com os senhores de engenho do Brasil, cobrando-lhes dívidas e tributos, acelerou a reação. Evaldo Cabral de Mello (1998) tomou como emblemática a figura de João Fernandes Vieira, um feitor que se tornou senhor de engenho favorecido pelas iniciativas de venda e financiamento, praticados pela Companhia, que era um dos seus principais devedores, quando passou a liderar a guerra contra os holandeses.

Em Portugal, vários setores da sociedade portuguesa eram contrários à guerra. O padre Antonio Vieira, por exemplo, propunha deixar o Nordeste para os holandeses enquanto a nova monarquia consolidava-se na Europa e compensar a perda com a exploração da região do Rio da Prata. Mas, na colônia, o movimento tornava-se irreversível, liderado entre outros por João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, obtendo sucessivas vitórias no monte das Tabocas (1645) e em Guararapes (1648 e 1649).

A ausência do efetivo envolvimento da Coroa portuguesa na luta e mobilização de amplos setores da sociedade, incluindo negros – liderados por Henrique Dias – e índios e mestiços – liderados por Felipe Camarão –, contribuiu para a construção de uma visão do movimento, como uma manifestação nativista, expressão de um nascente sentimento de brasilidade.

Por outro lado, após as batalhas de Guararapes, a guerra manteve-se em um impasse. O domínio holandês estava praticamente sitiado em Recife e em Olinda, mas controlava o acesso marítimo, sem, no entanto, ter acesso à região produtora. O declínio da produção, desorganizada pela própria guerra, e a retração do comércio pioraram a situação financeira da Companhia.

A Guerra entre Holanda e Inglaterra, a partir de 1652, foi o pretexto para que Portugal enviasse tropas ao Brasil, levando à capitulação dos invasores, no início de 1654. O ataque a Pernambuco não foi apenas uma segunda tentativa de invasão depois do insucesso da Bahia, nem tampouco foi o ataque ao centro econômico depois do fracasso em dominar o centro político. Teve sentido estratégico, pois a posse de Pernambuco e por extensão do Nordeste transferia a renda do comércio para a Holanda e da produção para a Companhia, enfraquecendo a Espanha, ao mesmo tempo que permitia maximizar os lucros que declinavam. A WIC fora constituída com “duplo intuito” – “guerra e comércio”, sendo seus insuficientes recursos privados complementados por fundos públicos, para permitir a sua atuação nos domínios luso-espanhóis (ALENCASTRO, 2000).

De acordo com Evaldo Cabral de Mello (2003, p. 13),

O domínio neerlandês no Brasil constituiu o episódio central do conflito que opõe Portugal aos Países Baixos pelo controle do açúcar brasileiro, do tráfico, de que este dependia e do comércio das especiarias asiáticas.

A conclusão de Evaldo Cabral de Mello (2003) ao estudar as negociações com a Holanda e as ações mais ou menos dissimuladas para retomar o Brasil revelam, além do valor intrínseco da economia colonial brasileira, a crescente centralidade da colônia americana no mundo colonial, processo que a historiografia consagrou como “viragem” ou “atlantização” do Império colonial português, como percebido por testemunhos contemporâneos:

O Brasil leva todo este Reino atrás de si, bem como as rendas reais porque sem o Brasil não há Angola nem Cabo Verde nem a madeira de lá se trás nem alfândegas nem consulado nem portos secos nem situação em que se paguem às repartições e aos funcionários seus salários, nem meio de possam viver e dar vida a outros a nobreza, as religiões, Misericórdias e hospitais que tinham nas alfândegas seus rendimentos e tenças (NARBONA Y ZÚÑIGA, 1950).

Mais do que uma manifestação nativista, resultado de um nascente sentimento nacional, resultante da mistura de várias raças, o nordeste do Brasil, quando das invasões da Companhia das Índias Ocidentais foi palco privilegiado de um novo enredo que se encenava nas duas margens do Atlântico: um novo capítulo da expansão europeia e da própria história do mundo moderno.

Atividades Finais

Com base neste texto, responda às questões que seguem:

Os vazios criados pelo abandono dos engenhos foram preenchidos por particulares holandeses, judeus e luso-brasileiros, graças à revenda a longo prazo financiada pela Companhia. Dos engenhos vendidos em 1637, 21 foram adquiridos por holandeses. 17 por luso-brasileiros e 6 por judeus. Entre os 17 compradores luso-brasileiros, apenas 6 já eram senhores, o restante ascendeu à condição. Criou-se assim um grupo de novos proprietários luso-brasileiros diretamente interessados na preservação do Brasil holandês. O tamanho deste grupo só fez crescer nos anos seguintes, pois muitos dos engenhos inicialmente comprados por holandeses e judeus foram revendidos a luso-brasileiros. Pouco a pouco (...) a lavoura canavieira foi voltando para as mãos dos velhos senhores de engenho, dos feitores, dos administradores brasileiros ou lusos. (...) data este processo do período 1640 -1643. Pode-se, aliás, conjecturar que ele tenha correspondido à inversão por que passaram as perspectivas otimistas de 1637 e 1638 sob o impacto da queda de preços que atingiu o mercado internacional do açúcar a partir de então. Os primeiros compradores, holandeses ou judeus, terão procurado desvencilhar-se dos prejuízos anunciados. Na sua jornada pelo sul de Pernambuco, o conselheiro Bullestrate registrou a queixa de senhores de engenho que alegavam não poderem saldar simultaneamente as dívidas com a WIC [Companhia das Índias Ocidentais] e com o primeiro comprador. O caso de João Fernandes Vieira é, aliás, revelador deste grupo de segundos compradores. Feitor de Jacob Stachouwen ele comprou os engenhos do patrão, desiludido do negócio ou da sua capacidade para geri-lo. O madeirense não foi, aliás, o único feitor de proprietário holandês a se tornar senhor de engenho. Moreau observaria que os ótimos salários percebidos pela categoria permitiam-lhe acumular cabedais razoáveis, e, acrescente-se ascender na escala social.

O conflito em torno dos engenhos confiscados não constituiu o único aspecto da desorganização do sistema de propriedade ao tempo da ocupação holandesa. apenas o mais significativo social e economicamente. Roçados, terras incultas, sítios de pescaria, casas e terrenos de Olinda, do Recife e de burgos menores, apetrechos e equipamento de engenho, escravos e animais passaram de mãos segundo as circunstâncias mais diversas. A aumentar a confusão, os arquivos notariais de Olinda haviam-se perdido ou destruído durante a ocupação e o incêndio da vila" (MELLO, 1998, p. 386).

1. Por que se pode afirmar que a política da Companhia promoveu mudanças na sociedade pernambucana?

2. Em que medida a política da Companhia fortaleceu os setores tradicionais da Capitania de Pernambuco?

Respostas Comentadas

1. Ao “criar” um novo grupo de senhores de engenho, a Companhia modificou a composição da elite da Capitania, que ainda era, em grande parte, descendente dos seus conquistadores. O novo grupo era mais diversificado, incluindo homens de origem não totalmente branca ou exclusivamente descendentes de portugueses.

2. Apesar dos novos indivíduos que ascenderam socialmente na capitania e tiveram vários conflitos com os setores já estabelecidos em torno, por exemplo, da propriedade de engenhos ou de interesses mais ligados ao comércio, o retorno dos antigos proprietários e o envolvimento direto dos colonos no processo de expulsão, consolidou a hegemonia do grupo no controle da capitania e suas atividade econômicas.



RESUMO

As invasões promovidas pela Companhia das Índias Ocidentais holandesa na Bahia (1624-1625) e em Pernambuco (1630-1654) refletem os conflitos europeus, que opunham a monarquia luso-espanhola e as Províncias Unidas e, ao mesmo tempo, demonstram o profundo envolvimento dos capitais holandeses nos negócios do açúcar. Durante a ocupação, é possível observar diversas etapas, desde a resistência inicial até a reação que culmina com a capitulação dos holandeses, passando um período de certa acomodação, exemplificado no período de administração de Maurício de Nassau. O domínio holandês no Nordeste representa a consolidação do Brasil no contexto do comércio atlântico e os movimentos de reação produziram importantes consequências para a posterior capitania de Pernambuco.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula será dedicada ao estudo da economia e da sociedade nas Minas no século XVIII.

Aula 8

A idade de ouro do Brasil

Paulo Cavalcante

Meta da aula

Discutir as contradições do processo de colonização no tempo da extração de ouro e diamantes na América portuguesa.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. relacionar o conceito de exploração ao de colonização;
2. reconhecer a razão de o fausto mineiro ser de fato falso.

INTRODUÇÃO

Para nós, filhos de um Brasil urbano, industrial e conectado à internet, é muito difícil imaginar a vida, a sociedade e a economia em Minas Gerais no final do século XVII e na primeira metade do XVIII.

A própria representação iconográfica da época nos é estranha. Essa aí abaixo, ao que tudo indica de 1720, nos apresenta um recorte das regiões de Minas (“do ouro”), São Paulo e Rio de Janeiro: litoral, matas e montanhas. Tudo por devassar – para usar uma palavra de outro tempo. Tudo por explorar – para usar uma palavra que, para nós, sublinha o seu sentido econômico, isto é, a exploração econômica dos recursos da terra.



Figura 8.1: Mapa das minas do ouro e de São Paulo e da costa do mar que lhe pertence (cerca de 1720).

Fonte: <http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/mapas.php>

Exploração é um dos conceitos-chave para compreendermos o sentido da expansão comercial europeia da Época Moderna. Karl Marx assim sintetizou esse processo histórico em seu livro mais famoso, *O capital*:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um mercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. (...) Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber, pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica (1985, p. 285-286).

Leia o item na íntegra disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap06.htm>

A principal fonte histórica para o tema da exploração econômica do Brasil é o livro do jesuíta italiano Giovanni Antonio Andreoni – mais conhecido por Antonil –, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, publicado em 1711 e logo destruído por ordem do rei Dom João V. O livro contava muitos segredos do Estado português... dizia onde estavam as riquezas que todas as potências colonizadoras da época desejavam tomar para si.



Antonil

Antonil morou na Bahia desde 1681. Foi reitor do Colégio dos Jesuítas de Salvador e provincial da Companhia de Jesus. Antonil “não se limitou a descrever os principais fatores da riqueza econômica do Brasil no limiar do século XVIII e enumerar os rendimentos que, ano após ano, estes produtos traziam à Fazenda real”, como se pode ler na orelha da edição de Andrée Mansuy Diniz Silva. O livro de Antonil

deu a conhecer, de maneira incomparável, as técnicas de produção do açúcar e do tabaco, a grandeza das áreas de criação de gado no Nordeste, o início da exploração das minas de ouro, evocando muitos aspectos da vida dos homens que, no seio de uma sociedade baseada no trabalho escravo, contribuíram, à custa do dinheiro de uns e do suor e sofrimento de outros, para enriquecer um império cobiçado e ameaçado por potências estrangeiras.

Há várias edições disponíveis do livro de Antonil. A mais recente (2001) foi preparada pela historiadora Andrée Mansuy Diniz Silva, que a dotou de excepcional aparato crítico de erudição. Veja, na internet, a edição preparada pelo historiador brasileiro Affonso de E. Taunay:

Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>



Transcrição:

Terceira Parte. Cultura e opulência do Brasil pelas minas do ouro.

Capítulo I. Das minas do ouro que se descobriram no Brasil.

Foi sempre fama constante que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata. Mas também houve sempre bastante descuido de descobri-las e de aproveitar-se delas, ou porque contentando-se os moradores com os frutos que dá a terra abundantemente na sua superfície e com os peixes que se pescam nos rios grandes e aprazíveis, não trataram de divertir [desviar] o curso natural destes para lhes examinarem o fundo, nem de abrir àquela as entranhas, como persuadiu a ambição insaciável a outras muitas nações, ou porque o gênio de buscar índios nos matos os desviou desta diligência menos escrupulosa e mais útil.

Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or_cofre3_37.pdf

Desde o primeiro contato dos portugueses com a costa da América do Sul se cuidou de buscar metais e pedras preciosas. Não foi outro o comentário de Pero Vaz de Caminha ao final de sua famosa carta sobre a terra recém-descoberta:

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma cousa de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem (CORTESÃO, 1943).

Querendo-a aproveitar... Para tirar proveito da terra, como vimos, foi necessário instalar toda a estrutura necessária ao cultivo

e processamento da cana-de-açúcar, e, com isso, gerou-se uma sociedade. O descobrimento das minas tão sonhadas e desejadas por Portugal é, antes de tudo, resultado do crescimento das diferentes partes da América em que a colonização avançou.

No final do século XVII, convergiram para o interior duas vertentes de colonização. Uma, partia de São Paulo, com as energias e os saberes indígenas reunidos no sertanista, no bandeirante. A outra, mais antiga, vinha da Bahia e se internava conforme o traçado do rio São Francisco e o ritmo do gado e da produção de couros.

Minas é isso, como diz Darcy Ribeiro, é “o nó que atou o Brasil e fez dele uma coisa só” (1997, p. 153).

Tão logo surgem os primeiros sinais consistentes de ouro, o Estado português, por assim dizer, corre para erguer todo o aparato administrativo destinado a controlar e taxar a produção. Entre os últimos anos do século XVII (1697, 1698) e as duas primeiras décadas do século XVIII, gente de toda parte corre em busca do Eldorado finalmente encontrado. Movimento contraditório, gerador de inúmeros conflitos, que não escapou à argúcia de Antonil:

Não há cousa tão boa que não possa ser ocasião de muitos males, por culpa de quem não usa bem dela. E até nas sagradas se cometem os maiores sacrilégios. Que maravilha, pois, que sendo o ouro tão formoso e tão precioso metal, tão útil para o comércio humano, e tão digno de se empregar nos vasos e ornamentos dos templos para o culto divino, seja pela insaciável cobiça dos homens contínuo instrumento e causa de muitos danos. Convidou a fama das minas tão abundantes do Brasil homens de toda a casta e de todas as partes, uns de cabedal, e outros, vadios. Aos de cabedal, que tiraram muita quantidade dele nas catas, foi causa de haverem com altivez e arrogância, de andarem sempre acompanhados de tropas de espingardeiros, de ânimo pronto para executarem qualquer violência, e de tomar sem temor algum da justiça grandes e estrondosas vinganças. Convidou-os o ouro a jogar largamente e a gastar em superfluidades quantias

extraordinárias, sem reparo, comprando (por exemplo) um negro trombeteiro por mil cruzados, e uma mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados. Os vadios que vão às minas para tirar ouro não dos ribeiros, mas dos canudos em que o ajuntam e guardam os que trabalham nas catas, usaram de traições lamentáveis e de mortes mais que cruéis, ficando estes crimes sem castigo, porque nas minas a justiça humana não teve ainda tribunal e o respeito de que em outras partes goza, aonde há ministros de suposição, assistidos de numeroso e seguro presídio, e só agora poderá esperar-se algum remédio, indo lá governador e ministros. E até os bispos e os prelados de algumas religiões sentem sumamente o não se fazer conta alguma das censuras para reduzir aos seus bispados e conventos não poucos clérigos e religiosos, que escandalosamente por lá andam, ou apóstatas, ou fugitivos. O irem, também, às minas os melhores gêneros de tudo o que se pode desejar, foi causa que crescessem de tal sorte os preços de tudo o que se vende, que os senhores de engenhos e os lavradores se achem grandemente empenhados e que por falta de negros não possam tratar do açúcar nem do tabaco, como faziam folgadamente nos tempos passados, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal. E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras. Nem há pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro para castigar com ele ao Brasil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro (2001, p. 310-311).

Dom Pedro Miguel de Almeida e Portugal, conde de Assumar, governador da capitania de São Paulo e Minas Gerais entre 1717 e 1720, não veio com outra missão senão a de assegurar a contenção

dos ânimos de toda a região, particularmente conturbada desde os episódios conhecidos por Guerra dos Emboabas, e ativar a lógica metropolitana, isto é, normalizar o trabalho nas minas, incentivar novos descobrimentos, cobrar os quintos devidos e encaminhá-los sem problemas para a Real Fazenda. Segundo o governador, em seu discurso de posse como governador das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro, em 1717:

(...) e deva El-Rei nosso senhor aos de São Paulo adquirirem-lhe maiores tesouros, para que enriquecidos e opulentos os seus vassallos neste continente, possam com menos avareza e mais generosidade aumentar-se os seus erários com mais quintos tão devidos pelas humanas leis, quanto pelas divinas; e para que com o maior rendimento destes sejam mais prontos os socorros no caso de irrupção dos inimigos, como para que possa florescer mais o comércio, de que o ouro é o nervo principal e o móvel sobre que gira a afluência do rimeiro..." (SOUZA, 1999, p. 31).

O método estipulado para arrecadar os direitos que incidiam especificamente sobre a extração de metais e pedras preciosas à base de 20%, o quinto, variou bastante ao longo do período. Confrontado com o conjunto de práticas destinadas a desviar os rendimentos do Estado – os descaminhos – e com as rebeliões coletivas, as autoridades coloniais transitavam constantemente de uma atitude de rigor extremado para composições possíveis e provisórias.

Na segunda metade do século XVIII, a representação iconográfica já nos é mais familiar. Veem-se rios e matas, é certo, mas a natureza não é mais absoluta: o mapa está repleto de nomes de arraiais, vilas e cidades. E repare: não se trata de toda a extensão das Minas. Trata-se apenas de uma parte, a comarca de Sabará. O oficial do rei está tranquilamente sentado e tomando medidas com seu compasso. O índio, por sua vez, espreita defensivamente atrás da árvore. Esta terra não lhe pertence mais. Ele mal consegue sobreviver. Porém, nem tudo reluz. O ouro também se foi. Os últimos anos do século XVIII foram de crise e mudança.

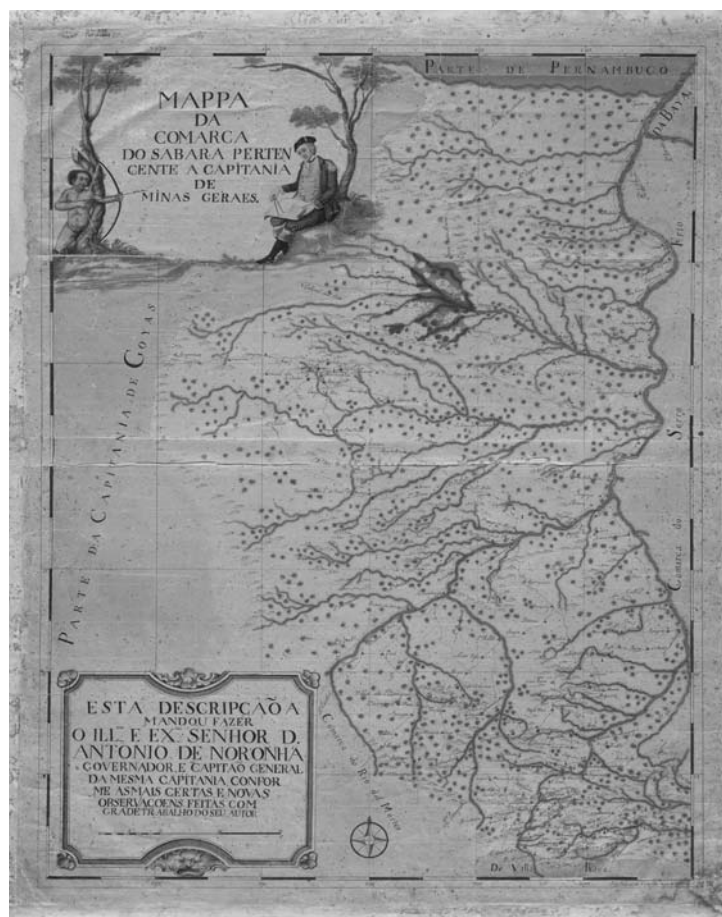


Figura 8.2: Mapa da comarca do Sabará pertencente à capitania de Minas Gerais. Autor: José Joaquim da Rocha. D. Antônio de Noronha governou Minas entre 1775 e 1779.

Fonte: <http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/mapas.php>



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. O documento e a historiografia.

Primeira parte: o documento

Leia com atenção este pequeno documento. Tome-o como se o tivesse descoberto no seio de uma pesquisa sobre Minas Gerais no século XVIII dentro de um arquivo público.

[Descrição das festividades da entrada do bispo de Mariana]

Chegou o senhor bispo das Minas ao seu palácio na Cidade Mariana em 15 do mês de outubro de 1748 pelas dez horas da manhã, e neste dia não fez a sua entrada com a solenidade que se costuma receber os senhores bispos, por vir bastante molesto da prolongada viagem e dilatados sertões que experimentou, pois contam daqui até o Maranhão seiscentas e tantas léguas, e o Espírito Santo o acompanhou, pois em toda ela não experimentou mais do que uma leve moléstia que teve, da qual esteve sangrado, por cautela, três vezes.

Como necessitava de tomar alguma cura para o que pudesse suceder, gastou esta algum tempo, donde veio a dar sua entrada em 28 de novembro do dito ano, e se fez esta função com grande solenidade e assistência de todo o principal destas Minas fazendo-se-lhe uma aparatosa procissão triunfal, que se compunha de dois famosos carros triunfantes, cheios de música, cantando várias letras, repetindo muitos vivas, que pareciam os próprios anjos. Levavam onze figuras de cavalo, com várias insígnias na mão, tudo dedicado ao prelado, três danças gravemente ornadas ao próprio sentido. Na noite antecedente se lhe deitou um grave fogo, além de muitas línguas dele que tinham aparecido de noite pelas janelas três dias sucessivos, depois daquele que, em seu palácio, portou a primeira vez, o que se repetiu três dias mais no dia que tomou posse da sua catedral, havendo de noite em seu palácio vários divertimentos que lhes davam os moradores daquela cidade, que constaram de bailes, óperas, academias, parnasos, comédia, sonatas e vários saraus, tudo modesto e com gravidade e asseio feito, e duraram estes gratuitos divertimentos oito dias sucessivos, que se findou esta solenidade com a nova eleição e posse do ilustre cabido, que em obséquio fizeram trino, pregando neles os melhores oradores que se puderam excogitar, sendo o penúltimo o doutor José de Andrade, arcepreste e provisor da mesma Sé, e último o doutor Geraldo José, arcediogo e vigário-geral da mesma diocese, que por último coroou a obra, mas como o princípio, no primeiro dia, em que orou o reverendo padre doutor José, não foi menos, não podia deixar de ter bom fim (RAPOSO, 1999).

Concluiu a leitura? Difícil, não é mesmo? Mas não de todo estranho. Lembra que usamos esse documento na Aula 11 de História e Documento? “Não há nada como o tempo para passar...”, diz o poeta Vinicius de Moraes no poema “O Dia da Criação”. Quando inseri esse documento naquela aula, o objetivo era perceber concretamente como se põe em prática a história problema. Você, então, já sabe como o historiador procede na presença de um documento.

Isso mesmo! Ele formula uma pergunta. Excelente. O objetivo foi atingido. Mas precisamos avançar. Agora o nosso objetivo é outro. Precisamos perceber o papel desempenhado pelo documento e pela historiografia na reconstrução de um passado determinado, isto é, a economia e a sociedade das Minas no século XVIII. E, para tal, precisamos apurar o tratamento do documento. Por sorte, há por perto um especialista em documentos coloniais mineiros que gentilmente lhe prestou os seguintes esclarecimentos:

1º Trata-se de uma descrição da entrada triunfal de Dom frei Manuel da Cruz na cidade de Mariana, das manifestações de júbilo e da instalação do bispado.

2º Integra o grupo de documentos com informações sobre Dom Manuel da Cruz, com o qual Caetano da Costa Matoso viveria em grandes desentendimentos.

3º Autoria: anônima. Local: Mariana. Data: 1748.

4º Sobre os aspectos discursivos do documento, é um relato com características do gênero encomiástico. A leitura de sinais da presença da divina providência evidencia a vontade de Deus escolasticamente inscrita na ordem das coisas e profeticamente figurada nos fatos e na natureza. Aplicação da tópica do “decoro”, termo relativo ao que então se considerava como características discursivas apropriadas a um assunto, personagem ou cenário.

5º Comentário paleográfico: escrita moderna, caligrafada do século XVIII, utilizando o “d” uncial com ou sem voluta; o “s” duplo em dois traços curtos, paralelos e oblíquos; o “o” do sufixo “ão” rodado; vírgulas retas e oblíquas; uso do “y” como semivogal. No verso do fólio 359, cálculos de soma e subtração com letra de Caetano da Costa Mimoso.

E agora, depois desses comentários, melhorou alguma coisa? Não? Tudo bem. De qualquer maneira, antes de passarmos para a próxima etapa, escreva alguma anotação que lhe veio à cabeça após a leitura do documento. Tente, vamos lá! Registre pelo menos uma impressão que, segundo o seu juízo, vai ajudar você na construção da pesquisa sobre a economia e a sociedade das Minas no século XVIII.

Muito bem. Agora podemos passar para a segunda parte da atividade. Leia com atenção o texto da historiadora Laura de Mello e Souza, início do primeiro capítulo de seu livro *Desclassificados do ouro*, cujo título, bastante sugestivo, aliás, é “O Falso Fausto”. Ela trata

da mesma época, do mesmo lugar e do mesmo acontecimento referido pelo documento anterior. Mas, antes de começar, retenha no pensamento este título: *O Falso Fausto*. “Fausto” aqui é um substantivo cujo significado é “grande pompa, luxo, ostentação”. A historiadora insinua algo a mais quando afirma que o luxo ostentado pela sociedade mineira daquela época era falso. Vamos tentar elucidar essa insinuação sobre a economia e a sociedade das Minas no século XVIII.

Segunda parte: a historiografia

Em 1733, houve em Vila Rica uma festividade religiosa que retirou o Santíssimo Sacramento da Igreja do Rosário e o conduziu triunfalmente para a Matriz do Pilar. O acontecimento ocorreu no dia 24 de maio, mas foi antecedido por um longo período de preparativos, desde a proclamação oficial da festa até os “seis dias sucessivos de luminárias” que precederam imediatamente a procissão. Esta se achava programada para ter lugar no dia 23, sábado, que amanheceu sereno e assim continuou até o momento em que a cerimônia deveria ter início. Foi então que, súbita e inexplicavelmente, “os desejos de todo o concurso” foram esvanecidos por uma chuva repentina, “muda voz do Céu” que provocou o adiamento da festa para o dia seguinte.

As janelas foram adornadas com colchas de seda e damasco, e as ruas se enfeitaram com arcos, para além dos quais foi montado um altar “para descanso do Divino Sacramento, e deliberado ato da pública veneração”. Completavam o quadro muitas flores, aromas e uma verdadeira explosão cromática, tudo isto segundo o testemunho de Simão Ferreira Machado, autor do Triunfo Eucarístico, texto em que a trasladação é narrada.

Parece não ter tido limites a pompa então presenciada por Vila Rica: danças, alegorias, cavalcadas, figuras a cavalo representando os Quatro Ventos, todos luxuosamente vestidos e enfeitados com pedras preciosas. O bairro do Ouro Preto, onde se situava a Matriz, também foi representado, ao lado da Lua, das Ninfas, de Marte, de Vênus, de Mercúrio, de Júpiter, do Sol, da Estrela d’Alva e da Vespertina, entre muitas outras figuras. O Conde das Galvêas, governador das Minas, assistiu às festas juntamente com “toda a Nobreza, e Senado da Câmara”, e Simão Ferreira Machado diz não haver lembrança “que visse o Brasil, nem consta, que se fizesse na América ato de maior grandeza”. E, continua o autor, se dentre os povos os portugueses se destacam pelos seus atos admiráveis, “agora se vêm gloriosamente excedidos dos sempre

memoráveis habitantes da Paróquia do Ouro Preto”, que com “majestosa pompa e magnífico aparato” trasladaram o Santíssimo da Igreja do Rosário para a nova Matriz do Pilar.¹

Minas estava então no seu apogeu. Vila Rica era, “por situação da natureza cabeça de toda a América, pela opulência das riquezas a pérola preciosa do Brasil”.² Os diamantes tinham sido descobertos recentemente, e em 1729 D. Lourenço de Almeida comunicara oficialmente à Coroa o seu achado. O Fisco lançava vistas gordas sobre o ouro e preparava o terreno para estabelecer a capitação, o que seria feito em 1735. Os primeiros resultados da ação do aparelho administrativo — cujas bases Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho plantara em 1711 — começavam a aparecer, e a inquieta sociedade mineradora dos primeiros tempos já se apresentava mais acomodada. As festas e as procissões religiosas contavam entre os grandes divertimentos da população, o que se harmoniza perfeitamente com o extremo apreço pelo aspecto externo do culto e da religião que, entre nós, sempre se manifestou.³ Mais do que expressão de uma religiosidade intensa, a festa religiosa era um acontecimento que propiciava o encontro e a comunicação; aliás, esse seu aspecto acabava, muitas vezes, por sobrepujar os eventuais anseios místicos, como deixa entrever o último bispo mineiro do período colonial, Frei Cipriano de São José, ao retratar a romaria do Senhor Bom Jesus de Matosinhos: “...tal era a confusão e tão descomposto o tumulto, que a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que Igreja de fiéis”.⁴

Atrelando-se à tradição exaltatória do mito edênico que caracteriza a crônica colonial,⁵ o Triunfo Eucarístico retrata muito bem o estado de euforia da sociedade mineradora numa festa “mais de regozijo dos sentidos do que propriamente de comprazimento espiritual”.⁶ O que está sendo festejado é antes o êxito da empresa aurífera do que o Santíssimo Sacramento, e nessa excitação visual caracteristicamente barroca, é a comunidade mineira que se celebra a si própria, esfumando, na celebração do metal precioso, as diferenças sociais que separam os homens que buscam o ouro daqueles que usufruem do seu produto. A festa tem, assim, uma enorme virtude congregadora, orientando a sociedade para o evento e a fazendo esquecer da sua faina cotidiana; é o momento do primado do extraordinário — o sobrenatural, o mitológico, o ouro — sobre a rotina. No momento de sua maior abundância, é como se o ouro estivesse ao alcance de todos, a todos iluminando com o seu brilho na festa barroca.

O ano de 1748 corresponde a outro grande momento de efusão barroca: a festa do Áureo Trono Episcopal, que celebra a criação do Bispado de Mariana. Na verdade, a criação se dera em 1745, sendo designado D. Frei Manuel da Cruz, então bispo do Maranhão, para ocupar o cargo pela primeira vez. O prelado deixara a sua antiga diocese em agosto de 1747, empreendendo uma fantástica travessia dos sertões que só terminaria em outubro de 1748, “vencendo doenças, perigos e privações, confortando religiosamente as almas largadas no imenso vale do São Francisco, escassas populações que desconheciam a assistência regular da Igreja e que acorriam das partes mais remotas daqueles sertões em busca de bênçãos e sacramentos que o bispo ia distribuindo em sua passagem”.⁷ Sabendo que a sua chegada provocaria festividades e gastos excessivos, o bispo procurou evitar que se ventilasse a notícia, pois, segundo um cronista anônimo, o ouro já estava em decadência.⁸ Não se sabe se o bispo agiu assim por prudência ou se recebeu ordens das autoridades metropolitanas. O fato é que a festa não pôde ser evitada e, como a do Triunfo Eucarístico, foi extremamente luxuosa.

Se o texto da festa de 1733 fala de pretos e pardos enquanto integrantes de Irmandades próprias,⁹ o Áureo Trono Episcopal, retratando os pajens mulatinhos, “iguais na estatura” e luxuosamente ataviados com sedas, fitas, ouro e diamantes, procura integrar esses elementos na sociedade, fazendo deles os acompanhantes de uma das figuras principais.¹⁰ Há ainda referência a uma dança indígena executada por mulatinhos, que assim faziam as vezes do gentio da terra.¹¹

Mais do que o ouro, é aqui a sociedade mineradora o principal protagonista: uma sociedade que já se assentara razoavelmente e que passava a contar com sua própria sede eclesiástica. Mas se o caráter de acampamento aurífero não mais persistia, se suas casas começavam a se requintar e suas cidades a ganharem edificações, o ouro escasseava. Nesse mesmo ano de 1748, terminavam as obras do Palácio dos Governadores em Vila Rica, ampliava-se o antigo palácio do Conde de Assumar na cidade Mariana, onde também se construiria, no ano seguinte, o primeiro chafariz de repuxo, um e outro empreendimento fazendo parte da reformulação urbanística então sofrida pela cidade mineira.¹² A capitação dos escravos e o censo das indústrias renderia, entre 1735 e 1751, pouco mais de 2.066 arrobas — rendimento máximo até então alcançado¹³ —, mas a decadência já era sensível e só por acaso encontraria o observador alguém capaz de arcar com o “dispêndio necessário para a conservação da sua pessoa e fábricas”.¹⁴

Tudo leva a crer ter sido esse o momento em que se encerrou o apogeu e começou, lentamente, a decadência, que os anos 70 presenciaram já evidente e palpável. As duas festas barrocas “serviriam, assim, para periodizar o período áureo das Minas, constituindo uma e outra dois grandes monumentos ao luxo e à ostentação”.

Endossando-se a ideia de que a festa funciona como mecanismo de reforço, de inversão e de neutralização,¹⁵ teríamos no Áureo Trono a ritualização de uma sociedade rica e opulenta — *reforço* — que procura, através da festa, criar um largo espaço comum de riqueza — riqueza que é de poucos, mas que o espetáculo luxuoso procura apresentar como sendo de muitos, de todos, desde os nobres senhores do Senado até o mulatinho e o gentio da terra. O verdadeiro caráter da sociedade é, aqui, invertido: a riqueza já começava a sumir, mas aparece como pródiga; ela era de poucos, e aparece como de todos. Por fim, a festa cria uma zona (fictícia) de convivência, proporcionando a ilusão (barroca) de que a sociedade é rica e igualitária: está criado o espaço da neutralização dos conflitos e diferenças. A festa seria, como o rito, um momento especial construído pela sociedade, situação surgida “sob a égide e o controle do sistema social”, e por ele programada.¹⁶ A mensagem social de riqueza e opulência para todos ganharia, com a festa, enorme clareza e força persuasória. Mas a mensagem viria como que cifrada: o barroco se utiliza da ilusão e do paradoxo, e, assim, o luxo era ostentação pura, o fausto era falso, a riqueza começava a ser pobreza e o apogeu, decadência. “Em tal abundância, quem poderia ver, começamos a ser pobres.”¹⁷

Em 1789, a Representação da Câmara de Mariana acusava a percepção de que os espetáculos teatrais usam de artifícios para induzir o espectador a uma falsa consciência, fazendo as palhetas douradas passarem por ouro maciço e os vidros lapidados por preciosa pedraria. O que subjaz a esse documento extraordinário é a ideia do paradoxo, do fausto que é falso, ideia que pode ser rastreada ao longo de todo o século XVIII mineiro (SOUZA, 2004).



Notas de referência

¹ Cito a publicação fac-similar feita por Affonso Ávila em *Resíduos seiscentistas em Minas — textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte, 1967, vol. I. As passagens citadas encontram-se entre as páginas 131-283, sendo estas referentes à numeração original.

² “Prévia Alocutória” ao *Triunfo Eucarístico*, in A. Ávila, op. cit., vol. I, p. 25.

³ As festividades religiosas absorviam recursos extraordinários. Boxer diz que, como as Câmaras da Metrópole, as da colônia esbanjavam dinheiro nessas festas, ficando sem fundos para seus encargos costumeiros (conservação de estradas e pontes etc.). A Câmara de Lisboa teria ido à bancarrota com a festa de Corpus Christi de 1719. *The Portuguese Seaborne Empire*, Londres, 1969, p. 282-283. *Portuguese Society in the Tropics — The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda — 1510-1800*, Madison, 1965, p. 143. Para as festividades religiosas na Bahia, ver p. 89-91.

⁴ Apud José Ferreira Carrato, *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*, São Paulo, 1968, p. 37.

⁵ A observação é de Affonso Ávila em *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo, 1971, p. 114.

⁶ Affonso Ávila, op. cit., p. 117.

⁷ A. Ávila, *Resíduos seiscentistas...*, p. 27.

⁸ “...mas foi com o desígnio oculto de não o avisar, senão na véspera de sua chegada, para não dar lugar aos excessivos gastos de pompa, e lustre, com que os habitantes daquele dourado Empório da América costumam ostentar-se em semelhantes funções, sem embargo de ser

tanta a decadência do mesmo país, que por acaso se acha nele quem possa com o dispêndio necessário para a conservação da sua pessoa, e fabricas." *Áureo Trono Episcopal*, p. 35. O grifo é meu. Cito pela edição fac-similar de A. Ávila.

⁹ *Triunfo Eucarístico*, p. 97.

¹⁰ *Áureo Trono...*, p. 100-101.

¹¹ "Seguia-se às sobreditas figuras uma dança de Carijós, ou gentio da terra. Era esta ajustada de onze mulatinhos de idade juvenil, nus da cintura para cima, a qual cingiam várias plumas cinzentas caídas até os joelhos, formando saíote; rodeavam as cabeças penachos das mesmas plumas, e outros cingidos de papel pintado, e latas crespas; nos braços e nas pernas tinham várias prisões de fitas, maravilhas, e guizos; na variedade das mudanças usavam de uns arcos, com que formavam diversos enleios, cantando ao mesmo tempo célebres toadas ao som de tamboril, flautas, e pífaros pastoris, tocados por outros carijós mais adultos, que na grosseria natural dos gestos excitavam motivo de grande jocosidade." Op. cit., p. 108-109.

¹² Dados levantados em Carrato, op. cit.

¹³ Fonte: J. J. Teixeira Coelho, "Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais", *RAPM*, vol. VIII, p. 495.

¹⁴ Este documento foi citado na nota 8.

¹⁵ Cf. Roberto da Matta, *Carnavais, malandros e heróis*, Rio, 1979, capítulos 1, 2 e 3.

¹⁶ Roberto da Matta, op. cit., p. 56.

¹⁷ José Veríssimo Álvares da Silva, "Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa", apud Fernando Novais: *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo, 1979, p. 205. O autor citado faz essas considerações sobre a realidade metropolitana na época dos descobrimentos.

E agora, melhorou, não é mesmo? Nada como ver como se faz para, aí sim, aprendermos a fazer. O documento ganhou sentido. Retorne a ele. Leia-o novamente. É assim que se processa o estudo e a pesquisa do historiador: lendo, relendo, fazendo, desfazendo e refazendo relações entre ideias e documentos – em uma palavra, processando uma interpretação objetiva, isto é, uma interpretação em nada subjetiva. Uma interpretação que não é o mesmo que opinião, pois se baseia em fatos e argumentos.

a) O que você consegue “enxergar” agora no documento e que antes era totalmente impossível? Por exemplo, relacione a insinuação sobre o *falso fausto* como o documento.

b) Explique o mecanismo da festa.

c) Por que a riqueza do ouro era, na verdade, falsa? Ela era para todos? Ela era eterna?

Respostas Comentadas

a) Muita coisa. Especificamente em relação à questão do *falso fausto*, antes, eu compreendi a informação contida no documento, “fazendo-se-lhe uma aparatosa procissão triunfal” – sobre a festa de recepção do bispo –, como um dado daquela realidade, isto é, para mim esse fausto era verdadeiro porque o documento afirmava isso e porque as pessoas acreditavam nisso. Agora, no entanto, eu vejo que “o modo como as pessoas conceberam o seu tempo não é necessariamente o modo como ocorreram os acontecimentos da época” (THOMPSON, 1998,

p. 213), pois, no tempo da recepção do bispo, “a decadência já era visível”. Dessa maneira, o algo a mais que a historiadora insinua no título “O Falso Fausto” é essa contradição.

b) A festa opera três movimentos: inversão, reforço e neutralização. Inversão: aqueles que não possuem nem riqueza nem preeminência social ganham relevo e importância. Neutralização: os problemas e conflitos decorrentes das injustiças sociais são enfraquecidos. Reforço: ao operar a inversão e a neutralização, a festa termina por reforçar os fundamentos da sociedade de que é fruto, contribuindo para postergar as mudanças que se avizinhavam.

c) A economia da mineração permitiu o aumento da circulação de bens e pessoas na colônia. No entanto, essa riqueza era apropriada de modo muito distinto pelas pessoas envolvidas na extração. Ela não era para todos nem era eterna. No final do século XVIII, os veios se esgotaram.

RESUMO

No final do século XVII e no início do XVIII, finalmente foram descobertos metais e pedras preciosas. Os desígnios da metrópole portuguesa finalmente podiam ser atendidos conforme a expectativa inicial verificada na carta de Pero Vaz de Caminha. Mas não foram propriamente os agentes do Estado aqueles que descobriram as riquezas, estas são o resultado do próprio crescimento da colônia. A riqueza veio e evadiu-se, mas deixou as partes da colonização portuguesa na América atadas. Como afirma Charles Boxer, “os fundamentos para a independência brasileira foram lançados, involuntariamente, pelo governo português, durante o reinado de Dom João V”, a idade de ouro do Brasil.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a relação entre Igreja e Estado na América portuguesa.

História do Brasil I

Referências

Aula 1

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 193-207.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1982.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CORTESÃO, Jaime. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1988. v. 2.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira*. São Paulo: Atual, 1998.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Estampa, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

NOVAIS, Fernando. *A invenção do Brasil*: depoimento abr/junho 2000. Entrevistadores: José Corrêa Leite e Walnice Nogueira Galvão. 2000. Entrevista concedida à revista *Teoria e Debate*, n. 44, abr/junho 2000. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/entrevista-invencao-do-brasil-entrevista-co>>. Acesso em: 01 jul. 2010.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Editores, 1950.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Sociedade feudal: guerreiros, sacerdotes e trabalhadores*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

THOMAZ, Luís Felipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. Descobrimento. In: _____. (Org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956. 4 v.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes: Instituto Nacional do Livro, 1977. 2. v.

WOOD, Ellen. *Origens do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Aula 2

ABREU, J. Capistrano. *Descobrimento do Brasil: seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

BONAVIDES, Paulo AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. 9 v.

BOXER, Charles. *O Império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

CHAUNU, Pierre. *Expansão Européia – do século XIII ao XV*. São Paulo: Edusp: Pioneira, 1980.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994.

DIAS, Manuel Nunes. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1967.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. Por uma teoria institucional do Antigo Regime. In: _____. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

_____. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. São Paulo: Difel, 1981-1982. t. 1. v. 1-2.

JOHNSON, H. B. *A colonização portuguesa no Brasil, 1500-1580*. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

MAURO, Frédéric. *Expansão européia (1600-1870)*. São Paulo: Edusp: Pioneira, 1980.

SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Arquivo Nacional, 1990, p. 46.

SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

TAPAJÓS, Vicente. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: DASP, 1956, Vol II.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, 1994.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Aula 3

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *A economia política dos descobrimentos*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FRAGOSO, João Luís Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio II: sobre história de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

_____. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Arcádia, 1980.

_____. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1991. 4. v.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O sistema colonial*. São Paulo: Ática, 1991.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1. p. 13-39.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942. p. 13-26.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. Belo Horizonte: Edusp, 1982.

_____. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889. Disponível em: <<http://purl.pt/154/1/P1.html>>. Acesso em: 13 maio 2010.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

_____. *Historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *O nome do Brasil: Vera Cruz, terra dos papagaios, Santa Cruz... a indefinição em nomear as terras descobertas por Cabral revela a disputa entre humanistas e comerciantes em pleno expansionismo português do século XVI*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/pos/hs/images/stories/docentes/LauraSouza/Nossahistdef.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Aula 4

ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de História colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

ASSIS, Machado. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1977.

- FREITAS, Décio. *Palmares. A guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946. 2 v.
- GORENDER, Jacob. *Escravidão colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *Escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- KLEIN, Hebert. Tráfico de escravos. In: IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A população no Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, v. 2.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.
- MOUSNIER, Roland. *Las jerarquías sociales*. Buenos Aires: Amorrortu, 1969.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1983.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROMERO, SILVIO. *O Brasil social*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1906.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Aula 5

- ARAUJO, José de Souza Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1947. v. 2.
- ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Livro de provisões do Senado da Câmara*. (Cód. 16-4-10). Ref. a.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Livro de Vereanças 1635-1650*. (Cód. 16-3-20). Ref. b.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1940. v. 59.

_____. *Manuscritos*, II, 34, 23, 1, n. 73-95 (1677-1747).

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1973.

CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

CAVALCANTE, Paulo. Affonso d'E. Taunay e a construção da memória bandeirante. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 387, p. 343-457, 1995. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1995numero0387.pdf>>.

CHAUNU, Pierre. *Sevilha e América nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1980.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

ELLIS, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Nacional, 1934.

GORENDER, Jacob. *Escravidão colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

HESPANHA, Antonio Manuel. Portugal na Monarquia dos Áustrias. *Janus onLine*: espaço online de Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_16.html>. Acesso em: 26 jun. 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981-1982. t. 1, v. 1-2.

MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SALVADOR, Vicente. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Felipes em Portugal e no Brasil (1580-1640)*. Lisboa: Colibri, 1984.

STELA, Roseli Santaella. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes 1580-1640*. São Paulo: Unibero/CenaUn, 2000.

TAUNAY, Affonso de E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

WRIGHT, Antonia F. Pacca de Almeida. O Brasil no período dos Felipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1976. p. 180-187. t.1, v.1.

Aula 6

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BRÜGGER, Silvia; OLIVEIRA, Anderson de. Os benguelas de São João del Rei: tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas (séculos XVIII e XIX). *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O trabalho na colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

GERBEAU, Hubert. O tráfico escravagista no oceano Índico: problemas postos ao historiador, pesquisas a efectuar. In: UNESCO. *O tráfico de escravos negros, sécs. XV-XIX*. Lisboa: Edições 70, 1981.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Hebert. *O tráfico de escravos no Atlântico*. São Paulo: Funpec, 2004.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2004.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história e suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MILLER, Joseph C. *O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos*. Afro-Ásia, [S. l.], n. 19/20, p. 9-36, 1997. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n19_20_p9.pdf>. Acesso em: 19 maio 2010.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2008.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês, 1835*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: EdUERJ, 2004.

LENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LENES, Robert. *Malungu, Ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil*. Luanda: Ministério da Cultura-Museu Nacional da Escravatura, 1995. (Cadernos do Museu da Escravatura, 1).

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

THE ATLANTIC slave and slave life in the Americas. Disponível em: <<http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/search.html>>. Acesso em: 19 maio 2010.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002.

Aula 7

ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. São Paulo: Conselho Nacional de Pesquisas: Universidade da Bahia, 1961. 274 p. (Brasiliensia Documenta, v. 1).

- BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1961.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 3.
- CALADO, Manuel. *O valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987. p. 48.
- DUSSEN, Adrien Van Der. Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil: Conselho dos XIX na Câmara de Amesterdam, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, J. A. Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. Recife: MEC/Fundação Pró-Memória, 1981.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- HOLANDA, Chico Buarque; GUERRA, Ruy. *Calabar: o elogio da traição*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- KOSSMANN, E. H. *Historia del mundo moderno*. Barcelona: Editorial Sopena, 1979. v. 4.
- LISTA do que o Brasil pode produzir anualmente. In: MELLO, J. A. Gonsalves de (Ed.). *Fontes para a História do Brasil Holandês*. Recife: MEC/Fundação Pró-Memória, 1981.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- _____. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste: 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- _____. *Fontes para a História do Brasil holandês*. Recife: MEC/Fundação Pró-Memória, 1981.
- _____. O domínio holandês na Bahia e em Pernambuco. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1976. v. 1, t. 1.
- MOERBEECK, Jan Andies. Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil, e isto quanto antes. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Os holandeses no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958. p. 175.

NARBONA Y ZÚÑIGA, Eugénio. Historia de la recuperación del Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1950. v. 69.

NASSAU, Mauricio. Breve discurso sobre o estado das quatro capitânias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. Recife: MEC/Fundação Pró-Memória, 1981.

SCHOTT. Inventário, na medida do possível, de todos os engenhos ao sul do rio da Jangada até o rio Uma, feito pelo Conselheiro Schott. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. Recife: MEC/Fundação Pró-Memória, 1981.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Nacional, 1968.

SLUITER, Engel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 46, 1967.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

_____. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Aula 8

A CARTA de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 17 maio 2010.

A CARTA de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro: Edições Portugal, 1943.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

_____. *Cultura e opulência, do Brasil por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer...* Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or_cofre3_37.pdf>. Acesso em: 19 maio 2010.

ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ÁVILA, A. *Resíduos seiscentistas em Minas*. Com a edição crítica e facsimilar do Triunfo Eucarístico (Lisboa, 1734) e do Áureo Trono Episcopal (Lisboa, 1749). Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais, 1867. 2 v.

_____. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. v.1.

ÁVILA, A. Triunfo eucarístico. In: _____. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. v. 1.

BOXER, Charles Ralph. *Portuguese society in the tropics; the municipal councils of Goa, Macao, Bahia e Luanda, 1510-1800*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965.

_____. *The Portuguese seaborne empire, 1415-1825*. London: Hutchinson, 1969.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: EDUSP. 1968.

COELHO, José João Teixeira. Instrução para a capitania de Minas Gerais, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.8, p. 495, 1903.

COLEÇÃO Digital de Itabirito. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/mapas.php>>. Acesso em: 13 maio 2010.

MARX, Karl. A chamada acumulação original. In: _____. *O capital*. 1867. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/index.htm>>. Acesso em: 17 maio 2010.

_____. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAPOSO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica (Coord.). *Códice Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999 (Coleção Mineriana, 1).

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

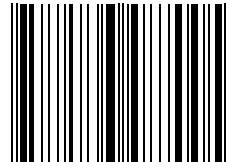
RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. v. 2.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Echemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ISBN 978-85-7648-700-5



9 788576 487005



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



**FUNDAÇÃO
SANTA CABRINI**
Provedora de acesso à Cidadania



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**